



Universidade de Brasília - UnB
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação
Internacional

SINVAL CEZÁRIO DA SILVA

CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA DE TERRITORIALIZAÇÃO E
INSTRUMENTAÇÃO PÚBLICA EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS

Brasília-DF

2025

SINVAL CEZÁRIO DA SILVA

**CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA DE TERRITORIALIZAÇÃO E
INSTRUMENTAÇÃO PÚBLICA EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional - PPGDSCI - do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM, da Universidade de Brasília - UnB.

Prof. Orientador: Dr. Luiz Fernando Macedo
Bessa

Brasília-DF
2025

A minha querida esposa, Flaviana Mesquita da Silva, cuja paciência e amor inabaláveis me sustentaram durante esta jornada. Às minhas adoráveis filhas, Ana Beatriz Mesquita Cezário e Ana Sofia Mesquita Cezário, que são a luz dos meus dias e a inspiração para nunca desistir. Este trabalho é tanto de vocês quanto meu, e dedico a vocês com todo o meu amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado de um esforço coletivo, e gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a sua realização.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Fernando Macedo Bessa, cuja orientação, dedicação e sabedoria foram fundamentais para o meu desenvolvimento acadêmico e para a conclusão desta dissertação. Sua paciência, insights e apoio constante foram essenciais em todos os momentos deste processo.

Agradeço também às Professoras Fernanda Natasha Bravo Cruz e Maria Carolina Martinez Andion, pelas contribuições valiosas, críticas construtivas e pelo incentivo ao longo desta jornada.

Reconheço com profunda gratidão o apoio institucional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do CEAM/UnB, que não apenas me proporcionou uma formação acadêmica de excelência, mas também me inseriu em um ambiente intelectual estimulante, repleto de professores dedicados e comprometidos com o desenvolvimento crítico e reflexivo de seus alunos. Além disso, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos ao Colaboratório da Fiocruz Brasília, em especial ao Coordenador Wagner de Jesus Martins, cuja disponibilidade e suporte foram essenciais para o acesso a materiais e recursos técnicos indispensáveis para a realização desta pesquisa. Sem esse apoio, este trabalho não teria sido possível.

Aos meus familiares, minha eterna gratidão. À minha esposa, Flaviana Mesquita da Silva, pelo amor incondicional, compreensão e apoio emocional durante todos os momentos desafiadores deste processo. Às minhas filhas, Ana Beatriz Mesquita da Silva e Ana Sofia Mesquita da Silva, que são minha maior inspiração e motivação para seguir em frente.

Aos amigos que compartilharam comigo esta jornada do mestrado, Luiz Henrique Paiva Pires, Anderson José Sant'anna de Oliveira e Edson Rodrigues da Silva, pelo apoio emocional e pelas trocas de conhecimento que enriqueceram esta experiência. Um agradecimento especial ao Marcelo Souza de Jesus, pelo apoio técnico fundamental que forneceu em momentos cruciais.

Agradeço ainda aos amigos e colegas da Fiocruz Brasília, cujo apoio e colaboração foram fundamentais ao longo desta jornada. Em especial, gostaria de destacar a Diretora Maria

Fabiana Damásio Passos, pela liderança inspiradora e pelo incentivo constante ao desenvolvimento de nossas atividades. Não poderia deixar de mencionar também Juliana Bezerra de Souza e Kátia Miyuki Sasaki Zeredo, minha chefia imediata, que sempre demonstraram confiança em meu trabalho, oferecendo orientações valiosas e um ambiente acolhedor para o crescimento profissional. A cada um, meu profundo reconhecimento e gratidão.

À Professora Dra. Regina Márcia de Jesus Lima, expresso minha mais profunda gratidão. Sua dedicação, preocupação genuína e apoio constante foram fundamentais para minha trajetória. Mais do que compartilhar conhecimento, você me ajudou a desenvolver uma visão de mundo humana e justa, que levarei para toda a vida. Obrigado por acreditar em mim e por personificar a ética, sensibilidade e compromisso social que tanto admiro.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento especial ao meu amigo, Dr. Edward Torres Mais, cujo incentivo foi decisivo para que eu me inscrevesse no mestrado. Sua orientação e acompanhamento em todas as etapas deste processo foram inestimáveis, e devo muito a ele por esta conquista.

A todos, meu mais sincero obrigado. Esta dissertação é o reflexo do apoio, da colaboração e da generosidade de cada um de vocês.

"Mais importante do que a quantidade de informação é a capacidade de usá-la."

Santos (2006)

RESUMO

A Cartografia Social configura-se como considerável ferramenta estratégica para a territorialização e a promoção da ação pública em comunidades vulneráveis. Segundo seus defensores, essa abordagem possui capacidade de promover a inclusão social e a valorização dos saberes locais. Este estudo tem como objetivo geral analisar a incorporação da Cartografia Social nos processos de instrumentação da ação pública, visando fomentar a formulação de políticas mais inclusivas e democráticas. A pesquisa, de abordagem qualitativa, examinou a experiência de aplicação dessa metodologia na região administrativa do Sol Nascente/Pôr do Sol, no Distrito Federal, realizada pelo Laboratório de Pesquisas sobre Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático da Universidade de Brasília (LAP2D/UnB), em parceria com a Fiocruz. A metodologia estruturou-se em três etapas principais, inspiradas em abordagens consagradas, como a análise de conteúdo, garantindo rigor e clareza na investigação. Os resultados evidenciam que a Cartografia Social, quando conduzida de forma adequada, pode não apenas ampliar a percepção territorial, mas também fortalecer a governança e a eficácia das intervenções sociais, ao integrar atores locais, representações simbólicas e espaciais, e processos institucionais. A pesquisa identificou desafios e oportunidades para a incorporação dessa ferramenta como instrumento de ação pública, propondo diretrizes para sua aplicação contínua e colaborativa. Conclui-se que a Cartografia Social, ao articular saberes locais e técnicos, tem condições de contribuir para a construção de políticas públicas mais equitativas e efetivas, reforçando a governança territorial e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Cartografia Social, Ação Pública, Inclusão Social, Participação Comunitária, Vulnerabilidade

ABSTRACT

Social Cartography emerges as a potential strategic tool for territorialization and the promotion of public action in vulnerable communities. According to its advocates, this approach has the capacity to promote social inclusion and the appreciation of local knowledge. The general objective of this study is to analyze the incorporation of Social Cartography into the processes of public action instrumentation, aiming to foster the formulation of more inclusive and democratic policies. This qualitative research examined the application of this methodology in the administrative region of Sol Nascente/Pôr do Sol, in the Federal District, carried out by the Research Laboratory on Public Action for Democratic Development at the University of Brasília (LAP2D/UnB), in partnership with Fiocruz. The methodology was structured in three main stages, inspired by well-established approaches such as content analysis, ensuring rigor and clarity in the investigation. The results show that, when properly conducted, Social Cartography can not only broaden territorial perception but also strengthen governance and the effectiveness of social interventions by integrating local actors, symbolic and spatial representations, and institutional processes. The research identified both challenges and opportunities for incorporating this tool as an instrument of public action, proposing guidelines for its continuous and collaborative application. It is concluded that Social Cartography, by articulating local and technical knowledge, is capable of contributing to the development of more equitable and effective public policies, reinforcing territorial governance and promoting sustainable development.

Keywords: Social Cartography, Public Action, Social Inclusion, Community Participation, Vulnerability.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANT - Actor-Network Theory (Teoria do Ator-Rede)

APS - Atenção Primária à Saúde

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz

GDF - Governo do Distrito Federal

IPEDF - Instituto de Pesquisas e Estatísticas do DF

IVS - Índice de Vulnerabilidade Social

LAP2D/UnB - Laboratório de Pesquisas sobre Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático da Universidade de Brasília

MPDFT - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

MS – Ministério da Saúde

Picaps - Plataforma de Inteligência Cooperativa com a Atenção Primária à Saúde

PPP - Pentágono de Políticas Públicas

PCTec/UnB - Parque Científico e Tecnológico da Universidade de Brasília

PDOT - Plano Diretor de Ordenamento Territorial

PGC - Programa Grande Carajás

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGs - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

SCS - Sala de Cooperação Social

SSP-DF - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal

SES/DF - Secretaria de Saúde do Distrito Federal

SES - Secretaria de Estado de Saúde

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS - Unidade Básica de Saúde

UNB – Universidade de Brasília

TJ-DF - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

SEDUH-DF - Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal

Codeplan - Companhia de Planejamento do Distrito Federal

TSS - Territórios Saudáveis e Sustentáveis.

DP - Diálogos Prospectivos

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: O Pentágono das Políticas Públicas

FIGURA 2: Resultados Esperados da Cartografia Social

FIGURA 3: Território do Sol Nascente/Pôr do Sol dentro do Distrito Federal

FIGURA 4: Foto da entrada principal do Sol Nascente/Pôr do Sol dentro do Distrito Federal

FIGURA 5: Rua 7 do Sol Nascente, no Distrito Federal

FIGURA 6: Reunião de Planejamento com representantes da Fiocruz, Codeplan e UnB

FIGURA 7: Primeiro encontro da segunda etapa da Oficina de Diálogos Prospectivos

FIGURA 8: Cartografia social digital dos territórios de SNPDS

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Catálogo Exemplificativo de Instrumentos de Ação Pública

TABELA 2 - Diferenças entre Território e Territorialização

TABELA 3 - Temáticas Prioritárias Estruturadas

TABELA 4 – Documentos selecionados

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. METODOLOGIA.....	19
3. REFERENCIAL TEÓRICO	26
3.1 Ação Pública	26
3.2 Os Instrumentos de Ação Pública.....	27
3.3 Cartografia Social e Intersetorialidade.....	35
3.4 A Contribuição da Teoria Ator-Rede para a Cartografia Social.....	39
3.5. Território, Territorialização e Cartografia Social	42
3.5.1 Território e Territorialização	42
3.5.3. Histórico e Evolução da Cartografia Social	48
3.5.4. Panorama da Cartografia Social do Território do Sol Nascente e Pôr do Sol.....	54
3.5.4.1 A Região Administrativa do Sol Nascente/Pôr do Sol.....	54
3.5.5.1 A Plataforma de Inteligência Cooperativa com a Atenção Primária à Saúde (Picaps)	58
3.5.5.2 Rede de Radares de Territórios DF	63
3.5.5.3 Relatório Final da Cartografia do Território do Sol Nascente e Pôr do Sol.....	64
3.5.5.4 Curso de Formação de Pesquisadores Populares.....	64
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO	65
4.1. O Papel dos Atores, Processos, Instituições, Representações e Resultados	78
4.2. Os Atores Sociais Envolvidos e Instituições	81
4.3. Os Processos de Articulação e Participação Social	84
4.4. As Representações Simbólicas e Espaciais	87
4.5. A Dimensão dos Resultados Alcançados.....	90
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE -A: Lista Pesquisadores Populares.....	105
APÊNDICE - B: Cenários mais Prováveis dos Territórios de Sol Nascente e Pôr do Sol para 2030	112

1. INTRODUÇÃO

A Cartografia Social tem sido cada vez mais considerada como uma relevante ferramenta para compreender e representar os territórios a partir da perspectiva das populações que os habitam. Do ponto de vista dos seus apoiadores, essa abordagem participativa se difere dos métodos tradicionais de cartografia, que frequentemente adotam uma abordagem técnica e institucionalizada, pois a Cartografia Social tende a valorizar o conhecimento local e incorporar as experiências, narrativas e percepções das comunidades envolvidas (Carolino, 2023). Desse modo essa metodologia permitiria que os mapas produzidos não apenas retratem o espaço físico, mas também expressem as relações sociais, econômicas e culturais presentes no território. Diante disso, surge a questão central: de que modo a Cartografia Social pode ser utilizada como instrumento de ação pública para a formulação e implementação de políticas públicas em territórios vulneráveis?

O adensamento populacional e intensificação dos fluxos migratórios, as transformações econômicas e a ascensão do setor financeiro contribuem para a crescente complexidade dos problemas urbanos. Nesse cenário, aprofundam-se questões como a favelização, a exclusão socioespacial, a degradação ambiental, além do aumento da violência e da criminalidade (Bessa, 2019).

Os territórios vulneráveis, frequentemente marcados por desigualdades socioeconômicas e históricos de exclusão, demandam políticas públicas que sejam sensíveis às suas especificidades (Martins *et al.*, 2024a). No entanto, uma das dificuldades na formulação dessas políticas reside na falta de dados contextualizados que traduzam a complexidade das dinâmicas locais (Machado *et al.*, 2017). De acordo com os entendimentos teóricos predominantes, a Cartografia Social, ao inserir os sujeitos no processo de construção dos mapas, poderia possibilitar a elaboração de diagnósticos mais precisos e representativos, seria capaz de subsidiar decisões governamentais mais adequadas às necessidades da população (Teixeira, *et al.*, 2023).

A cartografia social seria então uma metodologia participativa que utiliza mapas como ferramentas para analisar, compreender e representar a realidade social de comunidades específicas. Ela se diferencia da cartografia tradicional por seu caráter colaborativo e empoderador, onde os membros da comunidade assumem um papel central na construção dos mapas (Teixeira, *et al.*, 2023). Essa ferramenta teria condições de representar uma quebra com

o monopólio das classificações identitárias e territoriais historicamente desenvolvidas pelo sistema colonial (Carolino, 2023).

De acordo com os estudiosos que defendem a Cartografia Social, um de seus principais potenciais enquanto instrumento de ação pública reside na capacidade de mobilizar e engajar ativamente a população local, fortalecendo vínculos comunitários e ampliando a participação nos processos decisórios que afetam o território (Carolino, 2023). Ao participarem do processo de mapeamento, os moradores dos territórios vulneráveis tornam-se protagonistas na construção de conhecimento sobre seu próprio espaço (Idem). Esse envolvimento pode não apenas fortalecer a identidade coletiva, como também vir a contribuir para uma maior conscientização dos direitos territoriais e sociais (Idem). Sugere-se que, dessa forma, a Cartografia Social possa atuar como uma ferramenta de empoderamento, potencialmente permitindo que grupos historicamente marginalizados reivindiquem políticas públicas mais adequadas às suas realidades e necessidades (Teixeira, et al., 2023).

Além de potencialmente promover a participação cidadã, a Cartografia Social se destacaria como um instrumento de mediação entre a sociedade civil e o poder público. Os mapas produzidos por meio dessa abordagem podem servir como evidências concretas em processos de negociação e elaboração de políticas públicas (Souto, *et al.* 2021). Em contextos de regularização fundiária, por exemplo, os mapas sociais têm sido utilizados para documentar a presença e a dinâmica de ocupações em áreas urbanas e rurais, auxiliando na implementação de programas de titulação e reassentamento (Idem). De modo semelhante, em territórios tradicionais, como comunidades quilombolas e indígenas, a Cartografia Social parece configurar-se como uma ferramenta significativa para favorecer o reconhecimento legal e a proteção desses espaços (Ascelrad, 2008).

Outro aspecto importante da Cartografia Social como potencial ferramenta de inclusão social é sua capacidade de integrar diferentes formas de conhecimento. Ao combinar saberes locais com informações técnicas e acadêmicas, essa abordagem possibilitaria uma compreensão mais completa dos territórios (Maia *et al.*, 2023). Isso se reflete, por exemplo, na elaboração de políticas públicas para gestão ambiental e planejamento urbano. Em regiões impactadas por desastres socioambientais, a Cartografia Social poderia auxiliar na identificação de áreas de risco e na definição de estratégias de prevenção e adaptação, considerando não apenas dados geoespaciais, mas também os conhecimentos tradicionais e históricos das comunidades locais (Ascelrad, 2008).

Vista como um virtual instrumento de ação pública, a Cartografia Social poderia ser entendida como um meio, método ou ferramenta utilizada por governos, instituições, movimentos sociais e outros atores para influenciar, implementar ou orientar políticas públicas e processos de governança. Conforme destacam Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021), a abordagem da instrumentação da ação pública parte da ideia na qual os instrumentos permitem focar nas transformações na relação entre governantes e governados e na diversificação das formas de gestão de sociedades complexas. De acordo com esses autores “um instrumento de ação pública é um dispositivo que é ao mesmo tempo técnico e social e que organiza relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários de acordo com as representações e significados que ele carrega”

Nesse sentido, enquanto um instrumento de ação pública, a Cartografia Social poderia estruturar a tomada de decisões, promover a participação social e garantir que determinadas ações sejam conduzidas de forma eficiente e equitativa.

A exigência de realização de ações públicas complexas pelos atores institucionais, quando coerente, é trazida junto com a demanda de participação de uma comunidade que pensa, sente e age sobre as situações que vive (Daroit *et al.*, 2023). Assim, a escolha da Cartografia Social, como instrumento de ação pública poderia ser justificada por ter condições de amplificar a voz de comunidades marginalizadas (Carolino, 2023).

Ascelrad, (2008), sustenta que a relevância da Cartografia Social decorre da capacidade de construir mapas que representam a realidade vivenciada por determinados grupos, proporcionando uma base legítima para reivindicações de direitos, reconhecimento territorial e formulação de políticas mais inclusivas. Seguindo este contexto, um instrumento de ação pública não apenas fornece informações ou diagnósticos, mas também influencia processos decisórios, fortalece a participação cidadã e contribui para a transformação social e política (Daroit *et al.*, 2023).

Souto (2021), observa que no Brasil, há uma ampla variedade de experiências que demonstram a aplicação da Cartografia Social como ferramenta para a democratização da informação territorial e a defesa de direitos. Aponta ainda que essa abordagem tem sido utilizada por diferentes grupos sociais, comunidades tradicionais, movimentos sociais e instituições de pesquisa, visando a construção de representações cartográficas que expressem percepções, demandas e reivindicações desses atores.

O presente estudo concentra-se em uma aplicação prática da Cartografia Social no território do Sol Nascente/Pôr do Sol, no Distrito Federal — uma região que tem recebido atenção especial do poder público, em razão dos múltiplos desafios enfrentados por sua comunidade. A iniciativa é fundamentada na experiência já consolidada da Plataforma de Inteligência Cooperativa com a Atenção Primária à Saúde (Picaps), uma articulação entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Universidade de Brasília (UnB).

Com uma história marcada pela vulnerabilidade social, transformação e diversidade cultural, a região do Sol Nascente/Pôr do Sol, cresceu originalmente como parte da Ceilândia e foi formada por migrantes de diferentes partes do Brasil que contribuíram para a formação de uma comunidade heterogênea, que enfrenta problemas como falta de infraestrutura, saneamento básico, educação, regularização habitacional e transporte público, que nunca foram atendidos adequadamente para a maioria da população. Em 2019 ganhou administração própria buscando melhorias e desenvolvimento. Assim, tendo em vista a notável vulnerabilidade social, a escolha da Comunidade do Sol Nascente, como área de interesse enquanto objeto de estudo na aplicação da Cartografia Social se justifica.

De acordo com Martins *et al.* (2024b), a Picaps surgiu no contexto da pandemia de Covid-19, como uma iniciativa pioneira que integra ciência, tecnologia e cooperação social para enfrentar desafios sanitários e sociais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A Picaps busca fortalecer a integração entre a Atenção Primária à Saúde (APS) e a Vigilância em Saúde, promovendo respostas baseadas em evidências e articulação intersetorial (Martins *et al.*, 2024b).

Martins *et al.* (2024b) explica que a Picaps está estruturada em quatro eixos fundamentais: cooperação social, inteligência epidemiológica, educação e saúde digital. A cooperação social fomenta o envolvimento de comunidades locais na produção de conhecimento territorializado, enquanto a inteligência epidemiológica utiliza dados para identificar e monitorar problemas de saúde pública, orientando soluções precisas. O eixo educacional oferece desde iniciativas de educação popular até programas de pós-graduação, promovendo a formação contínua de profissionais. Já o desenvolvimento de tecnologias digitais amplia o acesso e a qualidade dos serviços de saúde.

Essa abordagem inovadora é especialmente significativa para comunidades vulneráveis, que enfrentam os maiores impactos da pandemia, como o aumento da pobreza e da insegurança alimentar. Martins (2024b) defende que a Picaps pode contribuir para mitigar esses efeitos ao

oferecer suporte aos profissionais de saúde que atuam diretamente nos territórios, fortalecendo o SUS e promovendo inclusão social. Além disso, ressalta que ao adotar uma perspectiva holística, reconhece a integralidade das necessidades humanas e oferece soluções intersetoriais que dialogam com os contextos locais.

Desse modo, com início 2022 foram realizadas cartografia social e classificação de risco, no território do Sol Nascente/Pôr do Sol, onde, os dados coletados pelas instituições participantes podem servir de base para análises aprofundadas, bem como vir a subsidiar uma compreensão da instrumentação da ação pública nessa localidade.

Os resultados apresentados na pesquisa, buscam a ampliação dos conceitos e terminologias recorrentes nas pesquisas realizadas nos últimos anos, tanto de caráter técnico quanto descritivo. Essa abordagem pretende contribuir não apenas com sistematização do conhecimento existente, mas também com aprofundamento da compreensão sobre as lógicas que sustentam a Cartografia Social e seu potencial como instrumento de ação pública. Dessa forma, espera-se que a análise possa contribuir também para a formulação de estratégias mais eficazes na aplicação dessa metodologia em contextos de planejamento territorial, participação comunitária e políticas públicas.

A implementação da Cartografia Social como uma virtual ferramenta de ação pública, no entanto, enfrenta desafios que precisam ser considerados. Pode-se compreender, a partir das reflexões propostas por Souto, *et al.* (2021) e Acselrad (2008), que um dos principais obstáculos é a necessidade de reconhecimento institucional dos mapas sociais como instrumentos válidos para a formulação de políticas públicas. Em muitos casos, as instituições governamentais ainda privilegiam dados convencionais, desconsiderando informações produzidas pelas próprias comunidades. Para que a Cartografia Social seja efetivamente incorporada aos processos de gestão pública, é fundamental que haja um esforço de articulação entre diferentes atores, incluindo governo, sociedade civil, universidades e organizações não governamentais.

1.1. Objetivo Geral

Analisar e compreender as dinâmicas da incorporação da cartografia social nos processos de instrumentação da ação pública, com o intuito de fomentar a formulação de ações mais inclusivas e democráticas, com base na Cartografia Social do Sol Nascente / Pôr do Sol, realizada pela Fiocruz Brasília e pela Universidade de Brasília.

1.2. Os objetivos Específicos

1. Identificar as principais abordagens teóricas e metodológicas relativas à cartografia social considerando sua aplicabilidade como instrumento de Ação Pública.
2. Analisar a experiência da utilização da Cartografia Social realizada na região administrativa do Sol Nascente/Pôr do Sol no Distrito Federal pelo Laboratório de Pesquisas sobre Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático da Universidade de Brasília (LAP2D/UnB) em conjunto com o CoLaboratório de Ciência, Tecnologia, Inovação e Sociedade CTIS/FIOCRUZ e Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPDF.
3. Investigar os desafios e oportunidades da incorporação da cartografia social como instrumento de ação pública, com foco na promoção da inclusão, democracia e desenvolvimento de políticas governamentais.
4. Propor diretrizes ou recomendações para a integração da cartografia como instrumento de Ação Pública, no qual os problemas públicos sejam enfrentados de forma colaborativa e adaptativa.

2. METODOLOGIA

Segundo Laville e Dionne (1999) a definição de uma metodologia clara e bem estruturada é fundamental para a condução de qualquer investigação científica, pois estabelece as diretrizes para a coleta, análise e interpretação dos dados. Neste capítulo, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados neste estudo, detalhando as estratégias empregadas para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados.

A instrumentação da ação pública, fundamentada no modelo do Pentágono de Políticas Públicas (PPP) concebido pelos autores franceses Lascoumes e Le Galès (2021), pode oferecer novas perspectivas para a análise de políticas públicas, especialmente quando integrada à Cartografia Social. Essa abordagem combinada busca não apenas avaliar os instrumentos de ação pública sob uma ótica crítica, mas também mapear as relações de poder, os atores envolvidos e os territórios simbólicos e materiais que configuram o processo político. Ao incorporar a Cartografia Social, espera-se revelar aspectos que frequentemente escapam à percepção dos idealizadores das políticas, distinguindo dinâmicas sociais, culturais e políticas que os modelos tradicionais de avaliação tendem a negligenciar.

A abordagem desta pesquisa fundamenta-se na lógica qualitativa, buscando compreender de que modo a Cartografia Social pode ser empregada como um instrumento estratégico para a formulação e implementação de políticas públicas em territórios vulneráveis. Para isso, adota-se uma descrição complexa, baseada na análise de documentos que expressam diferentes perspectivas sobre o tema. A abordagem metodológica adotada foi indutiva, partindo do estudo de caso da aplicação da Cartografia Social no território do Sol Nascente/Pôr do Sol para inferir generalizações teóricas e práticas sobre sua utilização como instrumento de ação pública.

Desse modo, como objeto de análise, a pesquisa utilizou a experiência da Fiocruz e da UnB na implementação da Cartografia Social na Cidade Satélite Sol Nascente/Pôr do Sol no DF. Essa experiência foi examinada à luz dos conceitos de instrumentação da ação pública, considerando sua interseção com os atores sociais envolvidos, as representações simbólicas e espaciais, as instituições, os processos e os resultados alcançados.

O recorte espacial e contextual da pesquisa foi definido a partir da atuação conjunta do CTIS/Fiocruz e do LAP2D/UnB na região do Sol Nascente/Pôr do Sol, onde se desenvolveu a aplicação da Cartografia Social. A população-alvo do estudo compreende os relatos e

documentos gerados ao longo do processo cartográfico no território, os quais constituem a base empírica para a análise proposta.

Nesse sentido, a presente pesquisa foi desenvolvida com base em uma estrutura metodológica organizada em três etapas principais, as quais permitiram a condução sistemática e fundamentada do estudo. As etapas foram delineadas da seguinte forma:

1. Fase Exploratória: A primeira etapa do estudo consistiu em uma investigação preliminar, cujo objetivo principal foi familiarizar-se com o tema de pesquisa, identificar questões relevantes e mapear possíveis fontes de informação. Durante essa fase, foi realizado um acompanhamento do trabalho realizado pelo CTIS - CoLaboratório de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Fiocruz Brasília, onde diversos relatos sobre a realização da cartografia social no território do Sol Nascente foram compartilhados, incluindo os desafios enfrentados durante o processo. Paralelamente, foram conduzidas leituras bibliográficas, consultas a documentos iniciais e análise de relatórios disponibilizados pelo CTIS. Essas atividades permitiram a definição do escopo da pesquisa e a delimitação do problema de investigação. A fase exploratória desempenhou um papel fundamental na orientação dos passos subsequentes, estabelecendo uma base sólida e bem fundamentada para a coleta e análise dos dados, além de proporcionar uma compreensão mais clara do contexto e das dinâmicas envolvidas no estudo.
2. Organização dos Dados: Após a fase exploratória, deu-se início à coleta e organização dos dados. Essa etapa envolveu a seleção criteriosa de fontes primárias e secundárias, bem como a categorização e sistematização das informações coletadas. Os dados foram organizados de forma a facilitar a análise posterior, utilizando-se uma planilha para garantir a confiabilidade e a consistência das informações. A organização dos dados foi fundamental para estruturar o material de análise de maneira clara e acessível.
3. Análise do Material Fundamentada nos Documentos Coletados: Por fim, realizou-se a análise dos dados organizados, fundamentada nos documentos e informações coletados. Nessa etapa, foram aplicados métodos de análise qualitativa, com a separação entre dados técnicos - como relatórios e documentos - e dados acadêmicos - incluindo teses, dissertações, TCCs e artigos -, levando em consideração os temas e os objetivos de cada material. A análise buscou interpretar os dados de maneira crítica, identificando

padrões, relações e significados relevantes para o estudo. A fundamentação teórica e documental foi essencial para embasar as conclusões e contribuições da pesquisa.

Essa estrutura metodológica, organizada em três etapas interrelacionadas, permitiu a condução de uma pesquisa sistemática e rigorosa, garantindo a confiabilidade dos resultados obtidos. A adoção dessa abordagem foi fundamental para alcançar os objetivos propostos e contribuir para o avanço do conhecimento no campo de estudo em questão.

Desse modo, a estratégia possibilitou não apenas um alinhamento consistente com as principais perspectivas acadêmicas no campo das políticas públicas, mas também uma compreensão aprofundada da Cartografia Social como instrumento de territorialização da ação pública em comunidades vulneráveis.

Segundo Connell (2015), a pesquisa moderna é fruto de processos sociais voltados ao desenvolvimento do conhecimento, nos quais investigações anteriores servem de base para novas descobertas. Nesse sentido, o conhecimento deve ser contínuo e em expansão, ampliando seu alcance por meio de um processo de democratização. Esse processo ocorre, sobretudo, pela cooperação entre pesquisadores, uma vez que a produção de novos saberes se dá a partir da articulação e do aprofundamento de estudos previamente realizados.

Esta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem que integra tanto a pesquisa documental quanto a pesquisa bibliográfica, permitindo uma análise ampla e aprofundada do tema investigado (Kripka *et al.*, 2015).

Na condução da pesquisa bibliográfica e documental, foram analisados os seguintes materiais:

a) **Documentos institucionais** disponíveis na Fiocruz Brasília:

- Atas de reuniões realizadas com a comunidade do Sol Nascente e Pôr do Sol no Distrito Federal;
- Relatórios de atividades Projeto Rede de Radares de Territórios do DF;
- Documentos internos, Plano de atividades, relatórios parciais;

b) **Fontes jornalísticas:**

- Reportagens online, disponíveis no G1, e no site WikiFavelas;
- Artigos publicados em veículos de comunicação, incluindo o site da Fiocruz Brasília e do Governo do Distrito Federal;
- Entrevistas realizadas por Jornalistas do Site G1 e Agência Brasília do Distrito

Federal;

c) Produtos derivados de trabalho de campo:

- Relatórios de reuniões disponibilizadas pelo CTIS da Fiocruz Brasília;
- Relatório de entrevistas com a comunidade do Sol Nascente e Pôr do Sol no Distrito Federal realizadas e disponibilizadas pelo CTIS da Fiocruz Brasília.

d) Documentos de caráter científico:

- Artigos, Teses e dissertações acadêmicas disponíveis no Google Acadêmico, Repositório da UnB, Portal de Periódicos da CAPES e SciELO;
- Livros.

A pesquisa documental foi adotada como estratégia metodológica para o acesso a fontes primárias, ou seja, materiais originais que não passaram por tratamento analítico prévio. Entre esses documentos, destacam-se relatórios institucionais, estudos técnicos, arquivos administrativos, reportagens e outros registros relevantes, disponibilizados por instituições como a Fiocruz Brasília, o Governo do Distrito Federal, a Universidade de Brasília e Ministério da Saúde. Essas fontes possibilitaram o contato direto com registros e evidências vinculadas ao objeto de estudo, conferindo maior autenticidade à análise.

A utilização das fontes documentais permitiu uma abordagem mais ampla e consistente, assegurando a confiabilidade e a profundidade necessárias à compreensão do tema investigado. Os documentos analisados ofereceram informações detalhadas sobre a Cartografia Social dos Territórios do Sol Nascente e Pôr do Sol, no Distrito Federal, contribuindo para o entendimento dos elementos fundamentais dessa metodologia e de seu papel enquanto instrumento de ação pública.

Além disso, o uso de materiais documentais viabilizou a construção de uma análise sólida, dispensando a necessidade de deslocamentos ou da aplicação de outras técnicas de coleta de dados in loco. Dessa forma, a pesquisa documental mostrou-se adequada e suficiente para o alcance dos objetivos propostos, especialmente frente às limitações temporais estabelecidas.

TABELA 4 – Documentos selecionados:

DOCUMENTOS SELECIONADOS	
TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO
Ata de Reunião	Elaboração de Plano de Ação
Ata de Reunião	Reunião de trabalho organizada em parceria pela Fiocruz Brasília e pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de aprofundar as discussões e traçar diretrizes estratégicas relacionadas aos Territórios e Periferias.
Relatório de Atividades Parcial	Identificação de potenciais atores na utilização de recursos, necessários à pesquisa.
Relatório de Atividades Parcial	Apresentar os resultados alcançados
Relatório de Atividades Ampliado	Apresentação de resultados alcançados e as perspectivas de continuidade.
Plano de Trabalho - CODEPLAN - ATIVIDADES DA PARCERIA CTS (Fiocruz) e LAP2D (UnB)	Inteligência cooperativa e ação pública transversal para enfrentamento à Covid-19: integralidade em saúde de territórios no Distrito Federal.
Plano de Aula	Formação de Pesquisadores Populares
PLANO DE ATIVIDADES DA PARCERIA CTS (Fiocruz) e LAP2D (UnB):	Projeto executado no âmbito da Plataforma de Inteligência Cooperativa com a Atenção Primária à Saúde (Picaps), articulado entre o Laboratório de Pesquisas sobre Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático (LAP2D - UnB) e o Colaboratório de Ciência, Tecnologia e Sociedade (Fiocruz-Brasília).
Plano de Trabalho - IPDF	Plano de Trabalho tem por objeto a criação de uma Rede de Inteligência Cooperativa voltada para o monitoramento e a avaliação de vulnerabilidades sociais e territoriais relacionadas direta ou indiretamente à COVID-19.
Relatório Final de Atividades	Projeto Rede de Radares de Territórios do DF: Sala de Cooperação Social Territórios: Sol Nascente e Pôr do Sol
Diário de Campo	Diário de campo de dados coletados das listas de presença dos encontros da Rede Sol, das atas de suas reuniões, de relatórios gerenciais e dos registros realizados.

Fonte: Elaboração pelo autor.

Paralelamente, a pesquisa bibliográfica foi empregada para examinar fontes secundárias, abrangendo livros, artigos científicos, dissertações, teses e outras publicações que já sistematizam reflexões e análises sobre o tema. Essa abordagem permitiu contextualizar a pesquisa dentro do debate acadêmico, relacionando-a às discussões e contribuições de diferentes autores.

Embora a análise tenha abrangido uma ampla variedade de fontes, é crucial ressaltar que o estudo teve como principal base o Relatório de Atividades do Projeto Rede de Radares dos Territórios do DF, elaborado pela Picaps. Esse documento foi fundamental para conduzir uma análise minuciosa da Cartografia Social nos territórios do Sol Nascente e Pôr do Sol, oferecendo informações importantes sobre a estrutura, dinâmica e impactos da Cartografia Social na formulação de políticas públicas voltadas para territórios vulneráveis. A escolha desse procedimento se justifica pela necessidade de compreender as interações, os processos e os agentes envolvidos na temática investigada.

Essa combinação de abordagens procurou garantir uma análise profunda e fundamentada, articulando dados empíricos e teóricos para construir um conhecimento crítico sobre o tema. A pesquisa adotou um caráter descritivo, com o objetivo de analisar a Cartografia Social como instrumento estratégico de ação pública, evidenciando seu papel na construção de diagnósticos territoriais e na mobilização social. A natureza descritiva permitiu identificar, registrar e interpretar elementos essenciais do objeto investigado, sem interferir diretamente sobre ele. O caráter descritivo, teve como objetivo principal analisar e detalhar a Cartografia Social enquanto um potencial instrumento estratégico de ação pública, voltado para a formulação e implementação de políticas públicas em territórios vulneráveis. Essa abordagem permitiu uma compreensão ampla e sistemática de suas particularidades, evidenciando seu papel na construção de diagnósticos territoriais e na mobilização social.

Desse modo, a exploração do conceito de instrumentos de ação pública teve como principal finalidade discutir, no âmbito teórico, as tendências de conceituação desses instrumentos, buscando sintetizar as diferentes abordagens presentes na literatura. Nesse contexto, a pesquisa se dedicou a examinar algumas das teorias e abordagens essenciais das Políticas Públicas. Essas teorias são fundamentais, pois influenciam diretamente a implementação de estratégias como a Cartografia Social, um instrumento plausível de mobilização e análise territorial que se insere de maneira prática nos processos de formulação e execução de políticas públicas.

Destaca-se ainda, o caráter descritivo da pesquisa, que foi essencial para evidenciar padrões, tendências e relações dentro do escopo do estudo, contribuindo para futuras análises e aprofundamentos sobre o tema. Dessa forma, ao apresentar um retrato detalhado do objeto investigado, este estudo busca oferecer subsídios para reflexões críticas e para o desenvolvimento de novas abordagens teóricas e metodológicas na área.

A pesquisa não exigiu aprovação ética formal, uma vez que utilizou apenas dados públicos e disponibilizados pelas instituições parceiras. No entanto, foram adotados cuidados para garantir a confidencialidade e o uso ético das informações coletadas, respeitando os direitos dos participantes e das instituições envolvidas.

Em síntese, a metodologia adotada nesta pesquisa permitiu uma análise detalhada e contextualizada da aplicação da Cartografia Social como instrumento de ação pública no território do Sol Nascente/Pôr do Sol. A abordagem qualitativa, baseada em um estudo de caso e análise de conteúdo, mostrou-se adequada para responder aos objetivos da pesquisa, fornecendo percepções relevantes sobre os desafios e oportunidades da incorporação da Cartografia Social em políticas públicas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Ação Pública

A ação pública refere-se ao conjunto de práticas, estratégias e instrumentos utilizados pelo Estado e pela sociedade para enfrentar problemas coletivos e promover políticas públicas. Diferente de uma abordagem estritamente governamental, a ação pública é caracterizada pela participação de múltiplos atores, incluindo instituições estatais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, que interagem em redes complexas para gerar soluções efetivas (Daroit *et al.*, 2023).

Assim, a ação pública desempenha um papel central na análise das políticas públicas, transcendendo a mera implementação de medidas governamentais e configurando-se como um instrumento fundamental para a compreensão e transformação da realidade social. Na França, essa abordagem ganha destaque ao incorporar uma perspectiva multidimensional, que considera aspectos históricos, os atores envolvidos, métodos qualitativos e abordagens cognitivas. Essa integração de elementos permite uma análise mais profunda e abrangente das complexas relações entre sociedade e governo, oferecendo insights valiosos sobre os processos de formulação e execução de políticas (Muller, 2021). A ação pública não apenas reflete, mas também molda as dinâmicas sociais, contribuindo para a construção de um diálogo mais efetivo entre os diferentes agentes envolvidos na gestão pública (Idem).

Daroit *et al.* (2023), explica que a importância da ação pública reside na sua capacidade de articular diferentes setores e entes federativos para lidar com problemas multidimensionais. Além disso, a ação pública se destaca por sua transversalidade, ou seja, sua capacidade de integrar diversas áreas do conhecimento e diferentes políticas para enfrentar desafios complexos, como a insegurança alimentar e a desigualdade social.

Esse caráter transversal permite que políticas sejam desenhadas e implementadas de forma mais eficaz, considerando a interdependência entre diferentes setores da administração pública e os contextos locais específicos (Daroit *et al.*, 2023).

Outro aspecto fundamental da ação pública é sua efetividade, que não se limita apenas ao cumprimento de metas administrativas, mas à real capacidade de transformação social. A efetividade é construída a partir da combinação de instrumentos, da participação ativa dos cidadãos e da capacidade de adaptação das políticas às realidades dinâmicas. Dessa forma, a

ação pública possibilita a criação de soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios contemporâneos (Daroit *et al.*, 2023). Portanto, a ação pública representa um elemento essencial para a governança democrática, pois fortalece a participação social, promove o desenvolvimento de políticas mais justas e eficazes e contribui para a construção de sociedades mais inclusivas e equitativas (Borges, 2018).

Como destacado, a construção de políticas públicas eficazes depende da interação entre diferentes atores e da consideração dos contextos locais. Nesse sentido, a cartografia social possibilita que grupos marginalizados –como comunidades tradicionais, movimentos sociais e coletivos urbanos expressem suas necessidades e participem ativamente do planejamento territorial e da formulação de políticas (Teixeira, *et al.*, 2023).

Além disso, com base nas contribuições dos estudos de Borges (2018), a análise da Cartografia Social realizada pelo Projeto Picaps incorporou a perspectiva do território, levando em consideração suas dimensões físicas e simbólicas. Nessa abordagem, a ação pública é construída por meio da interação entre diferentes atores, os quais possuem valores e culturas específicas, alinhados à realidade em que estão inseridos (Daroit *et al.*, 2023). Essa perspectiva permite compreender como as dinâmicas territoriais e as relações sociais se entrelaçam, influenciando a construção de políticas e práticas que refletem as particularidades do contexto em questão.

É importante destacar, com base nas análises de Daroit *et al* (2023) e Teixeira, *et al* (2023), que a cartografia social pode contribuir para a transversalidade da ação pública ao integrar diferentes dimensões, como identidade, equidade e reconhecimento, no processo de tomada de decisão. Outro aspecto relevante é o papel da cartografia social na construção de interfaces socio estatais. De acordo com Daroit *et al* (2023), a efetividade da ação pública não se limita ao alcance de metas administrativas, mas envolve a criação de espaços de diálogo e interação entre a sociedade e o governo. Assim, mapas participativos podem ser utilizados em fóruns, conferências e conselhos, promovendo maior transparência e democratização das decisões políticas (Teixeira, *et al.*, 2023).

3.2 Os Instrumentos de Ação Pública

De acordo com Hassenteufel e Oliveira (2021), nos últimos anos, a investigação sobre os instrumentos de ação pública tornou-se cada vez mais comum. Isso se deve a mudanças significativas no papel do Estado e nas dinâmicas das políticas públicas, que resultaram em uma

complexidade crescente em suas intervenções. A crise do Estado de bem-estar social, somada à necessidade de avaliar e legitimar as políticas adotadas, gerou reflexões profundas sobre como essas ferramentas estabelecem a conexão entre o Estado e a sociedade.

A análise de políticas públicas é permeada por uma tensão entre a perspectiva que atribui um papel preponderante ao Estado e suas intervenções na sociedade, privilegiando uma visão racional e hierárquica e uma segunda perspectiva que procura pelos fatores de transformação pelos grupos de interesse e pelos movimentos sociais que são poderosos atores nas transformações das políticas públicas. (Bessa e Nascimento, 2020)

Diante da crescente complexidade das políticas públicas e da ampliação da intervenção estatal em diversos setores, como saúde, educação e meio ambiente, o Estado se viu na necessidade de adaptar seus instrumentos para atender a essas demandas. Esse processo de adaptação tornou os mecanismos cada vez mais sofisticados e interconectados, conforme Hassenteufel e Oliveira (2021).

Além disso, estes autores, entendem que a crise do Estado de bem-estar social e o surgimento de novas formas de governança que promovem uma participação mais ativa da sociedade civil e do setor privado na formulação de políticas públicas exigem uma análise sobre a adequação dos instrumentos públicos habituais e a criação de novas abordagens dentro desse novo contexto. A crescente demanda por avaliações das políticas públicas salienta a relevância de entender como os instrumentos utilizados podem influenciar os resultados alcançados.

De acordo Daroit *et al* (2023) uma maneira de diferenciar política pública de ação pública é compreender a primeira como resultado da segunda. As políticas públicas emergem de um processo no qual a definição e qualificação dos problemas envolvem uma multiplicidade de atores em diversos níveis e com diferentes lógicas de atuação.

A ação pública, portanto, abrange a interação entre atores, mecanismos e processos de coordenação, bem como a formação de grupos, os jogos de normas e conflitos, e os processos de construção e inscrição de problemas nas agendas governamentais. Essa perspectiva sublinha a política pública como um produto de construção coletiva (Daroit, Cruz, Borges, 2023).

As mesmas autoras destacam, ainda, a relevância dos resultados como componentes fundamentais da ação pública. Nesse sentido, a eficácia da ação não pode ser dissociada de sua capacidade de responder aos problemas públicos identificados e construídos pelos atores envolvidos no processo. Assim, a ação pública é compreendida não apenas como um conjunto

de práticas, mas como um esforço articulado para solucionar questões coletivas de forma efetiva (Daroit *et al*, 2023).

Nos anos 2000, principalmente na França, as abordagens pelos instrumentos ganharam força com a hipótese de que as políticas públicas podem ser analisadas por meio das instituições, atividades governamentais e modalidades de implementação, incluindo orçamentos, normas e padrões. Diferentemente de abordagens tradicionais, que tratavam os instrumentos como elementos técnicos ou secundários, as análises mais recentes reconhecem que os instrumentos têm dimensões políticas profundas, tanto em sua escolha quanto em seus efeitos (Hassenteufel; Oliveira, 2021).

Lascoumes e Le Galès (2012), destacaram os instrumentos como indicadores de mudança nas políticas públicas e de recomposição do poder político. Tais análises estabeleceram uma conexão com os estudos sobre tecnologias de governança e estratégias de regulação, ampliando o entendimento dos instrumentos não apenas como ferramentas, mas como fatores políticos ativos (Hassenteufel; Oliveira, 2021).

De acordo com Muller (2018), as políticas públicas devem ser estudadas tanto em termos de sua formação quanto da multiplicidade de atores na construção de significado. Isso envolve a diversificação dos participantes, a fragmentação das crenças, a setorização e a devolução de poder ao estado, colocando o estado como um dos interessados dispersos do mercado.

Podemos ver a estrutura de uma política pública como um conjunto de princípios e ideias que moldam a maneira como um determinado problema é tratado pelo governo. Essas estruturas podem ser globais ou setoriais, como sugerido por Muller (2018). Desse modo, a referência global é uma concepção mais geral e é o primeiro passo para o desenvolvimento de uma política setorial. Busca-se a integração de diferentes, muitas vezes conflitantes, pontos de vista e preocupações em diretrizes políticas. Por outro lado, a abordagem setorial é mais ampla, focando em uma área específica de interesse, como saúde, educação ou meio ambiente, e estabelecendo as regras e processos para o controle daquela área específica.

Muller (2018), enfatiza ainda que um determinado setor possui várias interpretações quanto à sua natureza e escopo. Essas interpretações, frequentemente conflitantes, coabitam em paralelo. No entanto, uma dessas interpretações tende a prevalecer, muitas vezes porque está de acordo com a hierarquia estabelecida de todas as normas mais amplas que governam a política em questão.

Nesse mesmo sentido, a proposta de Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021) sobre os instrumentos de ação pública apresenta uma visão original e abrangente a respeito da capacidade desses dispositivos de além de simples ferramentas técnicas, serem considerados como a chave da compreensão das políticas públicas. Para eles, os instrumentos de ação pública devem ser vistos como dispositivos técnicos e sociais que geram efeitos significativos sobre a formulação, implementação e avaliação das políticas, refletindo as escolhas políticas e modular as relações entre o Estado e os cidadãos, sendo também diretamente influenciados por algumas dinâmicas de poder e governança (Daroit *et al*, 2023).

Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021) sustentam que os instrumentos não são neutros, já que encerram valores, escolhas e objetivos que traduzem interesses e traduzem os contextos sociais, políticos e históricos em que estas se inserem. Dessa forma, os instrumentos atuam como mediações entre as intenções governamentais e os resultados das políticas, significando que a escolha de um instrumento em lugar de outro pode beneficiar determinados grupos ou interesses enquanto marginalizam outros.

Assim, conforme Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021), a análise dos instrumentos deve ser o foco da análise de políticas públicas, o que exige também identificar como a escolha, o design e a operacionalização dos instrumentos influenciam o comportamento dos atores e os resultados das políticas. A instrumentação, isto é, a soma dos dispositivos e técnicas utilizadas para executar uma política, designa um indicativo importante para se identificar variações no exercício do poder e na configuração da ação pública.

Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021) nos mostram que a escolha dos instrumentos de governança está profundamente entrelaçada com os modelos de governança adotadas. Quando um governo opta por instrumentos baseados em investimentos financeiros, isso geralmente indica uma camada com um modelo de regulação de mercado. Em contraste, o uso de instrumentos normativos reflete um modelo de governança mais prescritivo. Assim, sob a perspectiva da relação entre instrumentos e governança, as escolhas técnicas podem ter implicações significativas na dinâmica de governança e nas relações de poder.

Além disso, os autores superam uma visão meramente instrumentalista, argumentando que os instrumentos atuam como ferramentas de transformação social. Mudanças nesses instrumentos — impulsionadas por fatores técnicos, econômicos ou políticos — frequentemente sinalizam reconfigurações no papel do Estado e nas suas formas de intervenção. Essa abordagem sociológica nos permite entender os instrumentos como construções sociais

que não apenas atendem aos objetivos previamente estabelecidos, mas também moldam as relações entre os atores envolvidos na ação pública, influenciando e sendo influenciados pelo contexto social em que estão inseridos.

Para discussão crítica das tipologias de instrumentos, Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021) apresentam ainda, a título indicativo, um catálogo mínimo de instrumentos de ação pública:

legislativo e de regulamentação, econômico e fiscal, convencional e incitativo, informativo e comunicativo (ver Quadro 1). É igualmente possível diferenciar os níveis de observação, distinguindo instrumentos, técnicas e ferramentas. O instrumento é um tipo de instituição social (recenseamento, cartografia, regulamentação, taxação etc.); a técnica é um dispositivo concreto que opera o instrumento (a nomenclatura estatística, o tipo de figuração gráfica, o tipo de lei ou de decreto); finalmente, a ferramenta é um microdispositivo dentro de uma técnica (a categoria estatística, a escala de definição do mapa, o tipo de obrigação previsto por um texto, uma equação que calcula um índice). (Halpern, Lascoumes; Le Galès, 2021, p. 35)

TABELA 1 - Catálogo Exemplificativo de Instrumentos de Ação Pública

Tipo de Instrumento	Tipo de Relação Política	Tipo de Legitimidade
Legislativo e de regulamentação	Estado tutor do social	Imposição de interesse geral por representantes eleitos ou altos funcionários
Econômico e fiscal	Estado produtor de riqueza, Estado redistribuidor	Busca de uma utilidade coletiva, eficiência social e econômica
Convencional e de incentivo	Estado mobilizador	Busca de engajamento direto
Informativo e comunicacional	Democracia pública	Explicitação das decisões e responsabilização dos atores
Normas e padrões de “boas práticas”	Ajustes na sociedade civil, mecanismos de concorrência	Misto: científico-técnico e democraticamente negociado e/ou competitivo, pressão dos mecanismos de mercado

Fonte: Halpern, Lascoumes, Le Galès (2021, p. 35)

Cada instrumento carrega uma história própria, permeada por valores e crenças que lhe foram atribuídos em consonância com o modo de regulação de um contexto específico. Esses instrumentos podem incorporar um sistema explicativo que aponta para transformações

frequentemente ignoradas quando são tratados como elementos meramente técnicos e neutros (Halpern, Lascoumes; Le Galès, 2021), conforme abaixo:

Os instrumentos da ação pública não são ferramentas com perfeita neutralidade axiológica e não estão disponíveis de forma igual. Não são puramente técnicos: produzem efeitos específicos independentes dos objetivos declarados (as metas que lhes são atribuídas) e estruturam a ação pública de acordo com a sua própria lógica (Halpern, Lascoumes; Le Galès, 2021, p. 36).

Por meio de uma abordagem que enfatiza os instrumentos de ação pública, torna-se possível realizar um trabalho de desconstrução das práticas governamentais. Essa perspectiva contribui significativamente para as críticas às abordagens clássicas dos estudos de políticas públicas, que tradicionalmente concentram sua atenção na substância e nos objetivos das políticas, relegando os instrumentos a um papel secundário Halpern, Lascoumes, Le Galès, (2021).

A instrumentação possibilita analisar como se estabelecem as relações entre o governo e a sociedade, ao mesmo tempo em que estrutura o espaço físico e evidencia as dinâmicas de poder entre governantes e governados. Por meio de técnicas específicas, ela não apenas enquadra o comportamento dos indivíduos, mas também orienta e regula suas condutas (*Id.*).

“À medida que são usados, tendem a produzir efeitos inéditos e, por vezes, inesperados” (Halpern; Lascoumes; Le Galès, 2021, p. 36). Do mesmo modo, é porque um instrumento tem um alcance genérico, isto é, tem vocação para se aplicar a problemas setoriais diversos, que se encontra mobilizado em políticas muito diferentes pela sua forma e seu fundamento (*Id.*).

Cada instrumento é uma forma condensada de saber sobre o poder social e os modos de o exercer; cada instrumento tem uma história, e as suas propriedades são indissociáveis das finalidades que lhe são atribuídas. São portadores de valores, alimentados por uma interpretação das concepções sociais e precisas do modo de regulação previsto. Também produzem uma representação específica da questão com que lidam e induzem uma problematização particular da questão, na medida em que hierarquizam variáveis e podem até envolver um sistema explicativo. Nesse sentido, a criação de instrumentos de ação pública pode servir de indicador de transformações profundas, por vezes invisíveis, da ação pública, do seu significado, do seu enquadramento cognitivo e normativo e dos seus resultados (Halpern; Lascoumes; Le Galès, 2021).

O modelo do Pentágono de Políticas Públicas (PPP), concebido por Lascoumes e Le Galès (2012), oferece uma estrutura abrangente para analisar as políticas públicas, desvendando

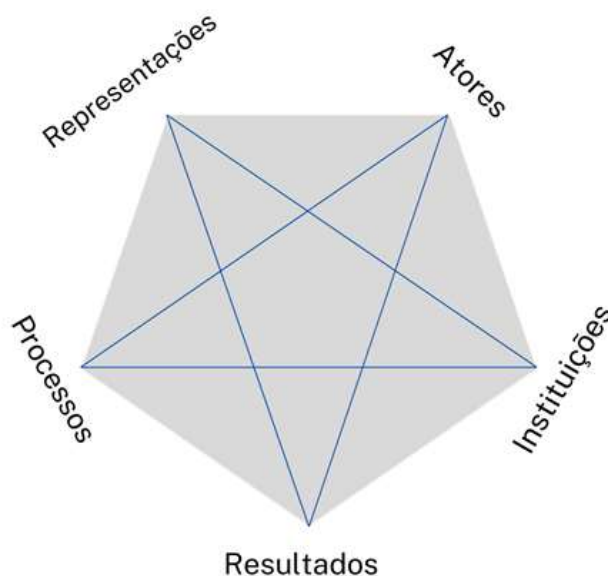
a complexidade que permeia sua formulação, implementação e avaliação. Ao invés de se concentrar em um único aspecto, como os objetivos ou resultados, essa ferramenta propõe uma visão holística, considerando cinco dimensões interligadas: referenciais, atores, recursos, instituições e processos.

Conforme Lascoumes e Le Galès (2012), as representações de uma política pública são os valores, crenças e objetivos que a fundamentam. São eles que conferem significado e legitimidade à política, moldando a forma como os problemas são compreendidos e as soluções são buscadas. Os atores, por sua vez, são os indivíduos, grupos e instituições que participam ativamente da construção da política, desde sua concepção até sua execução. A dimensão dos resultados, são os impactos, resultados e benefícios esperados e alcançados. As instituições englobam as regras, leis e estruturas organizacionais que moldam o ambiente em que a política é aplicada. Por fim, os processos dizem respeito às dinâmicas concretas de tomada de decisão, implementação e avaliação da política.

A utilização do PPP traz diversos benefícios. Ao analisar uma política sob essa perspectiva, é possível obter um entendimento mais profundo de seus mecanismos e impactos, identificando possíveis lacunas ou conflitos entre as diferentes dimensões. Essa ferramenta também auxilia na tomada de decisões mais estratégicas e na avaliação crítica de políticas existentes, permitindo identificar quais aspectos podem ser aprimorados (Halpern; Lascoumes; Le Galès, 2021).

Em suma, o PPP se apresenta como um instrumento valioso para pesquisadores, formuladores de políticas e qualquer pessoa interessada em compreender as nuances das políticas públicas. Ao considerar a interação entre as cinco dimensões, essa ferramenta contribui para uma análise mais completa e eficaz, superando visões simplificadas e reducionistas. Abaixo, segue uma ilustração exemplificativa:

Figura 1 - O pentágono das políticas públicas



Fonte: (adaptado de Lascoumes & Le Galès, 2012)

Os instrumentos de ação pública desempenham um papel crucial na efetividade das políticas públicas. Daroít e Cruz (2017) destacam que a combinação estratégica de diferentes instrumentos é essencial para atingir os objetivos das ações públicas com qualidade e para enfrentar problemas públicos complexos de maneira eficaz.

Enfatiza-se a importância de capacidades analíticas, gestionárias e políticas no processo de concepção, coordenação e implementação desses instrumentos. Essas capacidades são fundamentais para estabelecer conexões entre os objetivos propostos, os recursos disponíveis e as formas de ação necessárias, garantindo que as políticas públicas sejam não apenas bem desenhadas, mas também efetivamente executadas e orientadas para resultados concretos (Daroít; Cruz, 2017).

Nesse sentido, não se pode deixar de mencionar a análise de Andion e Magalhães (2021) que destacam a importância de uma abordagem pragmatista para compreender e agir diante dos problemas públicos. Andion e Magalhães (2021) argumentam que os modelos clássicos de governança e políticas públicas são insuficientes para lidar com os desafios contemporâneos, pois tendem a adotar abordagens normativas e prescritivas, limitando a capacidade de adaptação às complexidades e dinâmicas atuais.

A execução de políticas públicas, segundo Andion e Magalhães (2021), apoiados numa perspectiva pragmatista, deve ser vista como um processo de experimentação e investigação

pública, onde diferentes atores colaboram para resolver problemas complexos. Eles enfatizam a necessidade de uma governança colaborativa e experimentalista, que permita a participação ativa dos cidadãos e a adaptação contínua das políticas às realidades locais.

Além disso, de Andion e Magalhães (2021) destacam que a execução de políticas públicas não deve ser entendida apenas como a implementação de programas governamentais, mas como um processo dinâmico e interativo que envolve a coprodução de soluções por múltiplos atores em diferentes escalas.

3.3 Cartografia Social e Intersetorialidade

Para aprimorar a análise da ação pública, diversos conceitos foram incorporados ao longo do tempo, com o objetivo de auxiliar na explicação das dinâmicas de participação e negociação entre os atores envolvidos. Dentre eles, destaca-se a intersetorialidade, cujo conceito refere-se à articulação entre diferentes setores e atores sociais para enfrentar problemas complexos de forma integrada e colaborativa. No campo das políticas públicas, essa abordagem busca superar a fragmentação dos conhecimentos e das estruturas institucionais, promovendo ações coordenadas que envolvem múltiplos setores e visões de mundo, possibilitando soluções mais abrangentes e eficazes (Warschauer; Carvalho, 2014).

A intersetorialidade é uma prática social que busca criar sinergias entre diferentes áreas de atuação, combinando o conhecimento técnico com o saber comunitário. Essa abordagem envolve a cooperação entre profissionais de diversas áreas, a participação ativa da sociedade e a construção de redes que promovem o diálogo e a colaboração (Warschauer; Carvalho, 2014). Nesse contexto, a cartografia social se destaca como uma ferramenta essencial, pois permite identificar e mapear as dinâmicas territoriais, os pontos de vulnerabilidade e as potencialidades de uma comunidade (Carolino, 2023).

De acordo com a perspectiva de Warschauer e Carvalho (2014), é possível afirmar que a intersetorialidade pode promover um diagnóstico mais abrangente e participativo, no qual os atores locais não apenas contribuem com suas percepções, mas assumem um papel central como protagonistas no planejamento e na execução de ações coletivas. Essa abordagem favorece a construção de soluções contextualizadas, que consideram as especificidades do território e articulam diferentes formas de saber — técnico, tradicional e comunitário — para enfrentar desafios de maneira colaborativa e transformadora. Dessa forma, a combinação de

metodologias fortalece a governança participativa e a sustentabilidade das intervenções, garantindo que as ações sejam mais efetivas e alinhadas às reais necessidades e dinâmicas locais.

Custódio e Silva (2018) destacam diversas características essenciais da intersetorialidade no âmbito das políticas públicas. A intersetorialidade promove a articulação de saberes e experiências, incentivando a colaboração entre diferentes setores, profissionais e campos do conhecimento. Essa troca de conhecimentos possibilita abordar problemas complexos de maneira integrada, considerando suas múltiplas dimensões. Além disso, a prática intersetorial busca implementar ações integradas e conjuntas, superando a fragmentação dos serviços e políticas públicas. Essa abordagem permite atender às necessidades sociais de forma mais abrangente e eficiente, ampliando os resultados das iniciativas públicas.

Outro aspecto relevante é a valorização da participação social, um princípio central da intersetorialidade. Ela reconhece a importância do envolvimento ativo da sociedade na formulação, execução e avaliação das políticas, garantindo que as ações estejam alinhadas às reais demandas e prioridades das comunidades, fortalecendo sua legitimidade. A intersetorialidade também contribui para a eficiência e a eficácia da gestão pública, ao integrar setores e otimizar os recursos disponíveis. Dessa forma, reduz redundâncias e promove uma gestão mais coordenada e estratégica (Custódio; Silva, 2018).

Nesse sentido, a intersetorialidade tem como objetivo principal a promoção da inclusão social, enfrentando desigualdades e ampliando a proteção social. Por meio de ações integradas, busca abordar as múltiplas expressões da questão social de maneira abrangente e garantir a efetivação dos direitos (Custódio; Silva, 2018).

Para Cunill-Grau (2016), a noção de intersetorialidade refere-se à integração de diversos setores, sobretudo os governamentais, embora não se restrinja a eles, considerando também as parcerias estabelecidas com o setor privado. O objetivo central dessa integração é enfrentar problemas sociais de elevada complexidade de forma mais eficaz. Essa intersetorialidade pressupõe a construção de relações colaborativas que se caracterizam pela ausência de hierarquias rígidas e de vínculos exclusivamente contratuais, promovendo uma interação mais horizontal e cooperativa entre os atores envolvidos. Essas características mostram como a intersetorialidade pode contribuir para o aprimoramento das políticas públicas, promovendo iniciativas mais coerentes, integradas e orientadas para o enfrentamento de desafios sociais complexos.

Segundo Carla Bronzo (2010), a intersetorialidade desempenha um papel central na gestão de políticas públicas, pois possibilita uma abordagem integrada e eficaz para a resolução de problemas complexos. Ao promover a colaboração entre diferentes setores e áreas do governo, como saúde, educação, assistência social, habitação e segurança pública, a intersetorialidade permite o enfrentamento de questões que não podem ser solucionadas de forma isolada.

Essa abordagem é indispensável, uma vez que a realidade social é multifacetada, e os problemas enfrentados pela população, como a pobreza, a violência e a falta de acesso a serviços públicos, estão profundamente interconectados. A intersetorialidade não apenas facilita a criação de soluções mais abrangentes e coerentes, como também aumenta a eficácia dos resultados, ao evitar a fragmentação de esforços e a sobreposição de ações. Dessa forma, ela contribui para uma gestão pública mais estratégica, articulada e voltada para atender às reais necessidades sociais (Bronzo, 2010).

Bronzo (2010) estabelece ainda, que, as noções de intersetorialidade, autonomia e território desempenham um papel central no desenho das políticas públicas voltadas para a inclusão social. A autora destaca que essas categorias são fundamentais para a construção de estratégias mais abrangentes e eficazes no enfrentamento da pobreza, um fenômeno complexo e multidimensional.

A intersetorialidade é apresentada como uma abordagem de gestão que integra diferentes setores e políticas para enfrentar a pobreza de maneira mais eficiente. Bronzo (2010) argumenta que, por se tratar de um problema que abrange múltiplas dimensões, a pobreza exige ações coordenadas entre setores como saúde, educação e assistência social. Essa articulação permite que as políticas públicas atuem de forma mais completa, respondendo às necessidades interligadas das populações vulneráveis.

Bronzo (2010) destaca ainda que outro elemento essencial é a autonomia, compreendida como a capacidade de indivíduos e comunidades de tomarem decisões informadas e gerirem suas próprias vidas. Nesse sentido, as políticas públicas devem promover a autonomia ao fortalecer as competências e capacidades das pessoas, proporcionando-lhes os meios para superar a condição de pobreza de forma sustentável. A promoção da autonomia requer ações que empoderem os cidadãos, oferecendo-lhes oportunidades concretas de desenvolvimento pessoal e coletivo.

Bronzo (2010) enfatiza a necessidade de reconhecer as especificidades de cada território, já que as situações de pobreza variam significativamente entre diferentes contextos. A gestão ativa do território envolve não apenas a adaptação das estratégias às particularidades locais, mas também a criação de redes de serviços e infraestrutura social que sustentem as comunidades. Essa abordagem territorial possibilita que as intervenções sejam mais alinhadas às realidades vivenciadas pela população, aumentando a eficácia das políticas públicas.

Essas noções – intersectorialidade, autonomia e território – são integradas no desenho das políticas analisadas por Bronzo (2010), demonstrando como podem contribuir para a efetividade das estratégias de inclusão social. Ao considerar a complexidade da pobreza e as especificidades dos contextos territoriais, as políticas públicas ganham maior capacidade de transformar realidades e promover a justiça social.

É possível compreender a partir das reflexões propostas por Warschauer; Carvalho, (2014) que articulação entre a intersectorialidade e a cartografia social como instrumento de ação pública refere-se, de ambas, a capacidade de articular múltiplos atores, saberes e setores, possibilitando o enfrentamento de problemas complexos para o desenvolvimento de soluções colaborativas.

A intersectorialidade busca articular setores distintos, como saúde, educação, assistência social, meio ambiente, segurança e habitação, gestando uma gestão integrada e coordenada para o enfrentamento de problemas sociais que não podem ser enfrentados de forma isolada. Tal conceito tem sentido no respeito à colaboração entre instituições, à colaboração ativa da sociedade, no sentido da superação da fragmentação das políticas públicas (Warschauer; Carvalho, 2014).

A cartografia social, por sua vez, é uma ferramenta composta para a representação coletiva dos territórios, que vem sendo marcada por saberes locais e pela participação direta dos atores sociais envolvidos. Tal prática permite mapear vulnerabilidades, potencialidades, dinâmicas sociais e problemas específicos de uma comunidade. Ao organizar perspectivas diversas e propiciar conversas entre grupos, a cartografia social ainda propicia diagnósticos profundos e compartilhados do território e se faz essencial para a concepção de políticas públicas mais eficazes (Acsehrad, 2008).

Ao efetuar o mapeamento das necessidades e das potencialidades do território no modo da sua forma participativa, a cartografia social potencializa o reconhecimento de prioridades e, por conseguinte, a articulação das ações intersectoriais em conformidade com as especificidades

locais. Além disso, a cartografia social pode contribuir para o favorecimento da construção da governança colaborativa, pelo fato de que ela tem capacidade para ser um ponto de articulação entre diferentes setores que atuam em um território (Acselrad, 2008).

A Cartografia Social, torna possível a visualização do modo em que a saúde, a educação, o saneamento, a segurança e outros temas estão atrelados, possibilitando, desta forma, a construção de estratégias integradas (Acselrad, 2008). Assim, a intersectorialidade encontra na cartografia social um apoio prático para promover ações públicas mais inclusivas, colaborativas e adequadas às realidades locais, incrementando sua capacidade de causar impacto positivo sobre os territórios e sobre as populações envolvidas.

3.4 A Contribuição da Teoria Ator-Rede para a Cartografia Social

O pensamento de Latour (2012) oferece uma perspectiva inovadora para compreender o território, desafiando as dicotomias tradicionais entre natureza e sociedade, sujeito e objeto. Em sua crítica à "Constituição Moderna", Latour propõe a superação dessas divisões, sugerindo que o território deve ser entendido como uma rede de relações interdependentes entre entidades heterogêneas. Essa abordagem permite uma visão mais integrada e dinâmica da realidade territorial (Palácios, 2019).

Um dos conceitos centrais do autor é a teoria ator-rede (Actor-Network Theory – ANT), que redefine o social como conexões entre atores humanos e não humanos. Sob essa perspectiva, o território deixa de ser visto como um espaço físico fixo e passa a ser entendido como uma rede de interações materiais e imateriais (Palácios, 2019).

Milton Santos sobre espaço geográfico e território enfatiza que o território não é um mero suporte passivo, mas um agente ativo nas dinâmicas sociais e políticas. Para Santos (1979), o espaço geográfico configura-se como uma totalidade complexa, resultante da interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, cujas relações materiais e imateriais se entrelaçam. Essa abordagem destaca a necessidade de incorporar a dimensão espacial na formulação de políticas públicas, limitando o espaço não apenas como cenário, mas como um elemento que influencia e é influenciado pelas práticas sociais. Assim, o território deve ser compreendido como uma estrutura dinâmica e participativa, fundamental para a análise e a transformação da sociedade.

Para Palácios (2019), Latour também explora o território como uma forma particular de rede. Ele argumenta que o território não é uma entidade rígida, mas um efeito das interações entre múltiplos atores. Nesse sentido, o território é continuamente transformado pelas ações e relações que o constituem. Essa perspectiva desafia as visões fixas e hierárquicas do espaço, abrindo espaço para um entendimento mais fluido e dinâmico das dinâmicas territoriais (Santos, 1979).

Além disso, Latour utiliza conceitos como "móviles imutáveis" e "centros de cálculo" para explicar como o conhecimento sobre os territórios é produzido e acumulado. Os "móviles imutáveis" referem-se a elementos como mapas e gráficos, que preservam informações geográficas de forma estável, permitindo sua circulação e utilização em diferentes contextos. Já os "centros de cálculo" são os locais onde esses dados são reunidos, organizados e analisados, facilitando a produção de conhecimento estratégico que sustenta a ação a distância e, frequentemente, formas de dominação territorial (Santos, 1979; Palácios, 2019).

Essas referências trazem implicações significativas para a geografia política. Ao compreender o território como uma rede de relações complexas, é possível ir além das dicotomias tradicionais e explorar as dinâmicas espaciais de forma mais rica e abrangente. A análise territorial, nesse sentido, deve levar em conta não apenas as relações de poder entre atores humanos, mas também a agência de elementos não humanos, como infraestruturas, tecnologias e representações (Palácios, 2019).

Palácios (2019) destaca ainda como o pensamento de Latour pode enriquecer a geografia, oferecendo ferramentas teóricas que desafiam as convenções tradicionais e ampliam as possibilidades de análise. Ao propor uma visão não moderna do território, Latour nos convida a repensar as bases das relações espaciais e a considerar as múltiplas camadas de interação que constituem o espaço. Essa abordagem proporciona um entendimento mais profundo e dinâmico das relações entre sociedade, natureza e poder, contribuindo para uma análise territorial mais complexa e integrada.

Palácios (2019) explora a *Actor-Network Theory* (ANT) de Latour (2012), que redefine o social como um conjunto de associações entre atores diversos, reconhecendo que elementos materiais e imateriais desempenham papéis ativos na construção das dinâmicas territoriais. Essa perspectiva relacional transforma a visão tradicional do território, que deixa de ser um espaço fixo para ser compreendido como uma rede de relações que o produzem e reproduzem

continuamente. Assim, a ANT de Latour (2012) fornece uma base teórica para compreender como os territórios são moldados pelas interações entre múltiplos agentes.

A cartografia social, por sua vez, utiliza essa abordagem relacional para mapear o território de maneira participativa e inclusiva. Essa ferramenta incorpora as percepções, experiências e saberes das comunidades locais, promovendo a inclusão social e a democratização da informação (Acselrad, 2008). Ao envolver os cidadãos na construção do conhecimento territorial, a cartografia social não apenas revela as dinâmicas sociais, culturais e ambientais que estruturam o território, mas também empodera as comunidades, permitindo-lhes participar ativamente da formulação de políticas públicas (Carolino, 2023).

Uma conexão importante entre a ANT e a cartografia é a compreensão do território como uma rede de relações. Enquanto Latour (2012) enfatiza que as interações entre atores humanos e não humanos são responsáveis pela formação do território, a cartografia torna essas interações visíveis ao mapeá-las. Esse processo de visualização é crucial para identificar vulnerabilidades, potencialidades e dinâmicas territoriais que possam orientar intervenções públicas (Sbarra, 2021).

Outro ponto de convergência é a ênfase na participação e inclusão. A cartografia social pode refletir a ideia de Latour (2012) de que todos os atores agem e devem ser considerados no entendimento do território (Sbarra, 2021). Ao incluir as comunidades locais no processo de mapeamento, a cartografia social reconhece a importância dos saberes locais e promove a criação de políticas mais contextualizadas e eficazes (Landin Neto *et al.*, 2016). Essa prática ressoa com a ideia de Latour de que o conhecimento técnico e científico deve ser incorporado às práticas sociais e políticas para responder aos desafios complexos de maneira mais abrangente (Palácios, 2019).

Em contextos práticos, a cartografia social tem grande potencial para ser utilizada para resolver conflitos territoriais, proteger territórios tradicionais e integrar conhecimentos científicos aos saberes populares (Landin Neto *et al.*, 2016). Essa abordagem, alinhada à perspectiva relacional de Latour, reforça a visão do território como um espaço dinâmico e multifacetado, onde a participação ativa das comunidades é essencial para a construção de um conhecimento territorial inclusivo, sustentável e eficaz (Carolino, 2023).

3.5. Território, Territorialização e Cartografia Social

3.5.1 Território e Territorialização

O senso comum tende a associar o conceito de território ao Estado-nação, reduzindo seu significado à ideologia expressa em termos como pátria, bandeira e nação e, no contexto brasileiro, à máxima "Ordem e Progresso" (Souza, 2006). Na Geografia, entretanto, o território constitui uma categoria fundamental da Geografia Política, englobando tanto atributos naturais quanto sociais e configurando-se como espaço de enraizamento, construção identitária e exercício do poder político (Idem).

Santos (2006), nos mostra que o território vai muito além de ser apenas uma área no mapa, é um lugar onde as interações humanas o transformam e dão vida. Para Santos (2006), o território é moldado pelas relações sociais, políticas e econômicas que nele acontecem, refletindo as dinâmicas de poder e as desigualdades da sociedade. As práticas culturais, tradições e a história de um grupo estão profundamente ligadas ao lugar que ocupam. O território se torna então um espaço de resistência e luta por direitos, refletindo as esperanças e desafios das comunidades locais. Essa abordagem crítica e humanista é fundamental para entender as complexidades do espaço geográfico e as políticas públicas que o envolvem.

O conceito de território é essencial nas discussões sobre Estado e políticas públicas espaciais, pois envolve uma área geográfica delimitada onde um grupo ou entidade exerce controle e poder. Esse controle territorial é fundamental para a formação de identidades culturais, políticas e sociais, desempenhando um papel central na organização do espaço. O território não apenas delimita fronteiras físicas, mas também define as relações de poder e a implementação de políticas públicas, refletindo a dinâmica entre o espaço e as comunidades que nele habitam. Assim, o território se torna um elemento estratégico na gestão e governança do espaço (Steinberger, 2006).

Segundo Vasconcelos (2024), o conceito de território ocupa um papel central nos estudos geográficos, sendo frequentemente associado a outros conceitos fundamentais da disciplina, como espaço, lugar, paisagem e região. No entanto, sua relevância e inclusão entre os principais conceitos da Geografia variam conforme as abordagens teóricas e as tradições acadêmicas.

A obra *A Natureza do Espaço*, Santos (2006), também ilustra essa diversidade de interpretações. O autor distingue categorias analíticas internas do espaço, como paisagem, configuração territorial e divisão territorial do trabalho, além de recortes espaciais, como região, redes e escalas. No entanto, não inclui o território explicitamente em sua sistematização (Vasconcelos, 2024).

Vasconcelos (2024), cita outros geógrafos, como Bailly e Ferras (1997), Paul Claval (1997) e Rogério Haesbaert (2002), que também contribuíram para essa discussão, ora incluindo, ora omitindo o território entre os conceitos centrais da disciplina. Reconhece, ainda, que literatura mais recente reforça a crescente importância do conceito de território.

Dessa forma, embora o território nem sempre tenha sido considerado um dos conceitos centrais da Geografia, sua importância tem crescido ao longo do tempo, refletindo a evolução dos debates teóricos e metodológicos dentro da disciplina (Vasconcelos, 2024).

Nesse sentido, Vasconcelos (2024) continua explicando que o conceito de território na geografia moderna é multifacetado e dinâmico, sendo permeado por relações de poder, cultura e constante (re)significação. A literatura geográfica contemporânea, especialmente no Brasil, demonstra um esforço contínuo na elaboração e revisão desse conceito, buscando abranger sua complexidade e nuances. A análise bibliográfica revela diferentes perspectivas teóricas que ajudam a compreender as múltiplas dimensões do território.

Vasconcelos (2024) explica que autores como Sack (1986) e Souza (2000) enfatizam a centralidade das relações de poder na definição do território. Vasconcelos (2024) enfatiza que o território é essencialmente um espaço definido e delimitado a partir das relações de poder, sendo um campo de forças onde se estabelecem limites e diferenças. Destaca que o território exige um esforço constante para ser estabelecido e mantido, sendo uma forma socialmente construída das relações espaciais. Essa abordagem ressalta que o território não é um dado fixo, mas um fenômeno em permanente transformação, resultante de disputas, negociações e interações entre diferentes atores sociais.

A territorialidade, conceito intimamente ligado ao de território, refere-se à tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e afirmando controle sobre uma área geográfica (Santos, 2006). A territorialidade é como uma estratégia para estabelecer diferentes graus de acesso a pessoas, coisas e relações, sendo a principal forma espacial que o poder assume. Essa perspectiva permite compreender

como o território é apropriado e reivindicado em diferentes contextos, desde o espaço urbano até territórios políticos e culturais (Vasconcelos, 2024).

Outro aspecto relevante no estudo do território são os processos de desterritorialização e reterritorialização. A desterritorialização pode ser compreendida como a saída de um território, a superação do constrangimento da distância ou o esvaziamento das fronteiras. Em contraposição, a reterritorialização refere-se ao movimento de construção de novos territórios, sejam eles físicos, simbólicos ou políticos (Vasconcelos, 2024).

A dimensão do território como espaço vivido busca integrar as noções de espaço social e espaço vivido. O território descreve a inserção de cada sujeito em um grupo, traduz um modo de divisão e controle do espaço, constitui um campo simbólico e é influenciado por longos períodos e pela história. Essa perspectiva destaca que o território não é apenas um espaço físico, mas um espaço carregado de significados, memórias e identidades (Sposito; Saquet, 2016).

De acordo com Sposito e Saquet, (2016), a relação entre a materialidade do território e suas representações simbólicas é outro ponto de destaque na literatura geográfica. O território é um produto das relações entre sociedade e natureza e uma condição para a reprodução social e constitui um campo de forças que envolve obras e relações sociais historicamente determinadas. Essa abordagem reforça a importância de considerar tanto os aspectos concretos quanto os simbólicos na análise territorial (Santos, 2006).

O território é compreendido como um espaço delimitado a partir das relações de poder, destacando-se a relevância de territórios-enclaves e territórios-rede, que refletem dinâmicas específicas de controle e conexão. A noção de territorialidades flexíveis surge como um conceito-chave para analisar os processos de apropriação e disputa territorial, especialmente em contextos urbanos e periféricos, onde as fronteiras e os usos do espaço são constantemente redefinidos (Vasconcelos, 2024).

Vasconcelos (2024) destaca que o debate sobre desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialidade amplia a compreensão das territorialidades contemporâneas, evidenciando a complexidade dos processos de transformação espacial. Esses conceitos ajudam a entender como os indivíduos e grupos se deslocam, se reconectam e estabelecem múltiplas relações com diferentes espaços, muitas vezes simultaneamente.

Além disso, a análise do território deve considerar não apenas sua materialidade, mas também as relações de poder e a dimensão simbólica que o constituem. Essa abordagem integrada permite uma visão mais abrangente das dinâmicas territoriais, ressaltando a

importância de uma ciência territorial que seja popular e comunitária, ou seja, que dialogue com as experiências e necessidades das populações locais e promova uma compreensão mais inclusiva e democrática do espaço (Steinberger, 2006).

A análise bibliográfica realizada por Vasconcelos (2024), revela que o conceito de território na geografia moderna está em constante evolução, buscando dar conta da complexidade do espaço geográfico e das relações sociais que o constituem. A relação entre território e poder, a importância da territorialidade, os processos de desterritorialização e reterritorialização, a dimensão simbólica do território e a necessidade de uma abordagem multidimensional são alguns dos pontos centrais desse debate. O território não pode ser compreendido de maneira estática ou isolada, pois está sempre em interação com fatores econômicos, políticos e culturais que influenciam sua conformação (Santos, 2006).

A compreensão do conceito de território e territorialização é essencial para a análise do espaço geográfico e para a interpretação das relações sociais, políticas, econômicas e culturais que o constituem. Embora estejam interligados, apresentam distinções conceituais importantes (Sposito; Saquet, 2016).

O debate sobre o território na geografia moderna permanece em aberto, com novos desafios e perspectivas surgindo a partir das transformações do espaço geográfico e da sociedade. À medida que o mundo se torna cada vez mais interconectado, novas formas de territorialidade emergem, exigindo abordagens inovadoras e interdisciplinares para compreender as dinâmicas espaciais contemporâneas. Assim, o estudo do território continua a ser uma questão central na geografia, contribuindo para a formulação de políticas públicas, planejamento urbano e estratégias de desenvolvimento territorial (Vasconcelos, 2024).

Desse modo, o conceito de território tem sido amplamente revisitado e ressignificado dentro da Geografia, passando por diversas correntes teóricas e abordagens metodológicas. Desde sua recuperação na geografia clássica até seu aprofundamento na Geografia crítica e fenomenológica, o território passou a ser entendido de maneira mais complexa, incorporando novas dimensões analíticas, como a configuração territorial e a divisão territorial. Esse processo também envolveu substituições conceituais, como a adoção de “territórios de identidade” em substituição à ideia tradicional de região, especialmente em estudos de políticas agrárias (Vasconcelos, 2024).

As sociedades estabelecem diferentes relações com o território, influenciadas por suas ações, necessidades, cultura e possibilidades que moldam seus estilos de vida. Essas diversas

interações resultam em uma complexa rede de elementos materiais, imateriais e simbólicos, que são reconhecidos como territorialidades entrelaçadas. Nesse contexto, o território representa a fundação da existência e o espaço onde as sociedades incorporam seus mitos e narrativas fundamentais (Neto, et al, 2023).

Outro ponto relevante é a influência das diferenças linguísticas na formulação e interpretação do conceito de território. A tradução de obras clássicas frequentemente altera ou distorce o significado original dos termos, evidenciando a necessidade de um cuidado redobrado na apropriação desses referenciais teóricos (Vasconcelos, 2024).

Além disso, o debate sobre territorialização ampliou o escopo do conceito, incorporando novos termos como território-rede, território do cotidiano e território multidimensional, além de aprofundar a noção de territorialidade em termos como multiterritorialidade, transterritorialidade e interterritorialidade. No mesmo sentido, os processos de territorialização se desdobraram em desterritorialização e reterritorialização, reforçando a dinâmica contínua e relacional do território (Vasconcelos, 2024).

Por fim, uma questão central persiste: até que ponto esse intenso debate acadêmico tem efeitos concretos sobre as realidades locais, regionais e globais? Embora a complexificação teórica do conceito de território tenha gerado importantes reflexões, sua aplicabilidade e impacto prático ainda são temas de questionamento dentro da disciplina geográfica (Vasconcelos, 2024). Assim, a geografia contemporânea enfrenta o desafio de traduzir essa riqueza conceitual em instrumentos eficazes para a compreensão e transformação das desigualdades socioespaciais (Idem).

Conforme Sposito e Saquet (2016) o território é um espaço delimitado e apropriado por indivíduos, grupos sociais ou instituições, geralmente associado ao exercício de poder e controle. Ele pode ser definido de diversas formas, dependendo do contexto:

- Político-administrativo: delimitado por fronteiras oficiais, como países, estados e municípios.
- Cultural e simbólico: relacionado a identidades e pertencimentos, como territórios indígenas ou religiosos.
- Econômico e jurídico: espaços regulados por normas de uso e posse, como zonas industriais ou reservas ambientais.

Um território não é apenas um espaço físico, mas também um lugar dotado de significado social, político e simbólico, onde relações de poder são exercidas e disputadas (Santos, 2006).

A territorialização refere-se ao processo de construção e apropriação de um território. É a dinâmica pela qual um espaço se torna um território a partir das interações entre atores sociais, econômicos e políticos (Sposito; Saquet, 2016). Esse processo pode ocorrer de diversas formas:

- Natural ou espontânea: como no caso de comunidades tradicionais que ocupam e transformam um espaço ao longo do tempo.
- Imposta ou institucionalizada: quando o Estado, empresas ou grupos hegemônicos delimitam e organizam um território segundo interesses específicos.
- Reconfigurada: quando há disputas e ressignificações do território, como nos casos de conflitos fundiários ou urbanização.

Desse modo, com base na análise de Sposito e Saquet (2016), o quadro abaixo procura destacar as principais diferenças:

TABELA 2 - Diferenças entre Território e Territorialização

Território	Territorialização
Resultado de um processo de apropriação e delimitação de um espaço.	Processo dinâmico e contínuo de apropriação e ressignificação de um espaço.
Envolve poder, identidade e pertencimento.	Envolve disputa, negociação e transformação.
Pode ser estático, uma vez delimitado.	É dinâmico, pois pode mudar conforme os atores envolvidos.

Fonte: Sposito e Saquet (2016)

Nesse sentido, enquanto o território pode ser compreendido como um espaço apropriado, controlado e dotado de significados sociais, a territorialização refere-se ao processo dinâmico de transformação e construção desse espaço (Santos, 2006). Trata-se de uma ação contínua que redefine o território por meio das relações sociais, políticas, econômicas e culturais que nele se estabelecem. Assim, a territorialização configura-se como um conceito

dinâmico, multifacetado e em constante evolução, refletindo as interações e disputas que moldam a apropriação e o uso do espaço (Santos, 2006; Sposito; Saquet, 2016).

Compreender o conceito de território é essencial para analisar as dinâmicas da Cartografia Social nos territórios do Sol Nascente e Pôr do Sol, foco desta dissertação. Ao transcender a noção de espaço físico, o território é reconhecido como uma construção social, marcada por relações de poder, pertencimento e identidade (Santos, 2006). Essa perspectiva permite que os mapas construídos coletivamente expressem não apenas a geografia do lugar, mas também os conflitos, saberes e resistências das comunidades que o habitam. No contexto estudado, essa abordagem possibilita visibilizar as disputas por moradia, os vínculos comunitários e os saberes locais, fortalecendo a identidade territorial e promovendo o engajamento social. Além disso, a Cartografia Social poderia ter o potencial de atuar como instrumento estratégico para a gestão participativa e a luta por direitos, contribuindo para práticas de desenvolvimento mais justas e sustentáveis. Assim, o conceito de território torna-se chave para a leitura crítica e transformadora da realidade vivida nesses espaços.

3.5.3. Histórico e Evolução da Cartografia Social

A geografia crítica, que emergiu nas décadas de 1960 e 1970, foi um dos principais movimentos a desafiar a neutralidade da cartografia tradicional. Geógrafos críticos argumentavam que os mapas não eram apenas representações neutras do espaço, mas sim produtos sociais que refletiam relações de poder e desigualdades. Essa perspectiva abriu caminho para o desenvolvimento de uma cartografia mais engajada socialmente, que buscasse dar voz aos grupos marginalizados e denunciar as injustiças espaciais (Campos, 2001).

Os problemas urbanos enfrentados pelas cidades brasileiras são vastos e complexos, refletindo profundas desigualdades sociais que têm raízes históricas e estruturais. Entre os desafios mais significativos estão a exclusão social, a favelização e a violência, os quais se interrelacionam e intensificam a vulnerabilidade social, especialmente em regiões mais pobres (Bessa, 2019).

Acselrad (2008) demonstra que a cartografia sempre desempenhou um papel central na organização do espaço e na definição de territórios. Historicamente, os mapas foram instrumentos utilizados pelos Estados e por instituições de poder para administrar, explorar e controlar territórios, consolidando estruturas de dominação sobre povos e recursos naturais. No

entanto, a partir do final do século XX, um movimento alternativo começou a se desenvolver: a cartografia social. Essa abordagem propõe uma inversão na lógica tradicional da produção cartográfica, incorporando o conhecimento e as experiências de comunidades locais na construção de mapas que representam suas realidades e reivindicações.

Paralelamente, os movimentos sociais, como por exemplo os movimentos indígenas, quilombolas e de mulheres, também contribuíram para o surgimento da cartografia social. Esses movimentos utilizaram os mapas como ferramentas de luta e de afirmação de seus direitos, construindo representações alternativas do território que desafiavam as narrativas oficiais. (Da Costa, et al, 2016).

A cartografia social surgiu como um possível resposta às limitações da cartografia hegemônica, que frequentemente ignorava ou distorcia as territorialidades de grupos marginalizados, como povos indígenas, quilombolas, extrativistas e populações tradicionais. Esse novo paradigma cartográfico visa dar voz a essas comunidades, permitindo que expressem suas territorialidades de maneira legítima e politicamente significativa. O mapeamento participativo, característica fundamental da cartografia social, pode possibilitar que grupos sociais historicamente excluídos do processo de tomada de decisões sobre seus próprios territórios possam influenciar políticas públicas e fortalecer suas reivindicações territoriais (Ascelrad, 2010).

A cartografia social tem potencial de representar assim, uma ruptura com o monopólio das classificações identitárias e territoriais historicamente impostas pelo sistema colonial. Ao integrar diversos conhecimentos e metodologias, ela pretende capacitar comunidades a representar o território de forma mais justa e democrática, revelando suas dimensões sociais, culturais e políticas e promovendo a transformação social (Carolino, 2023).

A produção de mapas nunca é um processo neutro. Conforme argumentado na publicação *Cartografias Sociais e Território*, as representações cartográficas estão intrinsecamente ligadas a disputas políticas e territoriais (Ascelrad, 2010). A cartografia social, portanto, intenta emergir como uma estratégia de resistência de comunidades que enfrentam processos de expropriação, degradação ambiental e perda de seus territórios tradicionais (Carolino, 2023).

Carolino (2023) sugere que a cartografia social insurgiu como um produto dinâmico da confluência de processos históricos, intelectuais e políticos. Ao articular essas diferentes formas de conhecimento, se distingue por sua capacidade de integrar saberes científicos e

conhecimentos tradicionais, promovendo uma compreensão mais abrangente e contextualizada do território (Idem). Sua gênese não pode ser atribuída a uma descoberta isolada, mas sim a um campo de conhecimento que se desenvolveu a partir da confluência de múltiplas disciplinas, como a geografia, a antropologia e a sociologia, além da influência de movimentos sociais e de práticas participativas de mapeamento (Ascelrad, 2008).

Um exemplo emblemático dessa dinâmica no Brasil é a luta das populações extrativistas na Amazônia, que utilizaram o mapeamento para consolidar a reivindicação de reservas extrativistas. Os seringueiros, liderados por Chico Mendes nos anos 1980, perceberam que a produção de mapas representando suas formas tradicionais de uso do território poderia ser uma ferramenta poderosa para garantir direitos territoriais. Esse processo resultou na criação das primeiras reservas extrativistas, reconhecidas legalmente pelo governo brasileiro, estabelecendo um marco na utilização da cartografia como instrumento político (Ascelrad, 2008).

Destaca-se também a chamada "Guerra dos Mapas", que ocorreu na região do Programa Grande Carajás (PGC) nos anos 1990. Nesse contexto, os mapas elaborados pelo Estado e por grandes corporações estavam sendo utilizados para legitimar a apropriação de terras e a exploração mineral em larga escala. Em resposta, organizações comunitárias e movimentos sociais começaram a desenvolver suas próprias representações cartográficas, evidenciando conflitos fundiários, impactos ambientais e formas tradicionais de uso do território que estavam sendo ignoradas pelos mapas oficiais. Essa experiência reforçou a noção de que a cartografia não apenas descreve o espaço, mas também molda as relações de poder e pode ser apropriada como ferramenta de contestação (Ascelrad, 2008).

Embora a cartografia social tenha se consolidado no Brasil como um instrumento de resistência territorial, sua origem remonta a experiências desenvolvidas em outras partes do mundo. Na América do Norte, por exemplo, povos indígenas do Canadá e do Alasca começaram a utilizar mapas participativos nas décadas de 1960 e 1970 para documentar seus territórios e reivindicar direitos sobre a terra. Projetos como o *Inuit Land Use and Occupancy Project* envolveram centenas de indígenas na produção de mapas detalhados sobre suas atividades de subsistência, resultando no reconhecimento de territórios tradicionais pelo governo canadense (Ascelrad, 2008).

Na Ásia e na África, processos semelhantes foram conduzidos em resposta à expansão de megaprojetos de infraestrutura e exploração de recursos naturais. Comunidades rurais na

Tailândia, na Indonésia e no Quênia desenvolveram mapas tridimensionais para demonstrar suas formas tradicionais de manejo da terra e para fortalecer suas demandas por reconhecimento legal. Essas iniciativas foram fundamentais para a consolidação de metodologias participativas que mais tarde influenciariam a cartografia social no Brasil e em outros países da América Latina (Ascelrad, 2008).

A evolução tecnológica também desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da cartografia social. No início, os mapas eram produzidos manualmente, com base em esboços e desenhos feitos por membros das comunidades. Com o avanço das tecnologias geoespaciais, como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e o uso de GPS, os mapas sociais passaram a incorporar dados mais precisos e detalhados, aumentando sua legitimidade frente a instituições governamentais e jurídicas (Ascelrad, 2008).

No entanto, a adoção de tecnologias mais sofisticadas também trouxe desafios. Em muitos casos, a intermediação de técnicos e especialistas externos pode criar barreiras para a autonomia das comunidades no processo de mapeamento. Por essa razão, muitas iniciativas de cartografia social buscam equilibrar o uso de tecnologias avançadas com metodologias acessíveis que garantam o protagonismo das populações locais na produção dos mapas (Ascelrad, 2008).

Segundo seus defensores, a cartografia social tem impactos significativos em diversas áreas, desde a formulação de políticas públicas até a mobilização de comunidades em defesa de seus territórios (Ascelrad, 2008). No Brasil, o uso dessa ferramenta tem sido fundamental para a demarcação de terras indígenas e quilombolas, a implementação de planos diretores participativos em municípios e a defesa de territórios ameaçados por projetos de infraestrutura e agronegócio (Idem).

A geocolaboração baseia-se na premissa de que os usuários podem compartilhar seus conhecimentos locais, facilitando a identificação espacial de diversos fenômenos geográficos (Pelegrina, 2020). Ao compartilharem informações sobre o ambiente ao seu redor, os usuários possibilitam a identificação e mapeamento de uma ampla gama de fenômenos geográficos, políticos e sociais. Essa abordagem colaborativa não apenas enriquece os conjuntos de dados disponíveis, mas também promove uma compreensão mais abrangente e detalhada do território, facilitando a tomada de decisões em diversas áreas, desde o planejamento urbano até a gestão ambiental (Carolino, 2023).

Além disso, a geocolaboração pode ter a capacidade de refletir a realidade de uma determinada área geográfica segundo a perspectiva da comunidade residente. Esse processo, caracterizado pelo engajamento colaborativo entre especialistas técnicos e membros da comunidade local, envolve a coleta de informações pertinentes ao contexto territorial, que são então submetidas a um processo de transformação cartográfica utilizando metodologias apropriadas (Pelegrina, 2020). O produto cartográfico resultante é validado pela comunidade, consolidando-se como uma ferramenta aplicável em múltiplos domínios, tais como a promoção e salvaguarda de direitos, o desenvolvimento de estratégias de planejamento comunitário, a sensibilização ambiental e o fomento ao intercâmbio de conhecimentos e saberes (Teixeira *et al.*, 2023).

Ascelrad (2010), destaca a importância que a natureza participativa e empoderadora possui, pois coloca a comunidade no centro da construção de seus próprios mapas. Através de um processo abrangente que utiliza diversas técnicas, essa metodologia vai além da representação espacial, retratando a diversidade social, cultural, ambiental e política do território. Essa flexibilidade permite que a cartografia social se adapte às realidades e necessidades de cada comunidade, tornando-se uma ferramenta poderosa para o fortalecimento da identidade, autonomia e visibilidade dos grupos sociais (Idem).

Em decorrência disso, a cartografia social tem o propósito de fortalecer processos de organização comunitária ao estimular o reconhecimento e a valorização do conhecimento local. Ao mapear seus territórios, as comunidades não apenas documentam suas práticas tradicionais, mas também podem construir narrativas próprias sobre sua relação com o espaço, desafiando discursos hegemônicos que frequentemente desconsideram suas territorialidades (Ascelrad, 2008).

Desse modo, Ascelrad (2010) defende que a Cartografia Social, representa uma inovação metodológica e política no campo da geografia e dos estudos territoriais. Ao deslocar o poder de representação espacial dos grandes agentes institucionais para as comunidades locais, essa abordagem desafia as noções tradicionais de mapeamento e abre novas possibilidades para a democratização da informação geográfica (Idem).

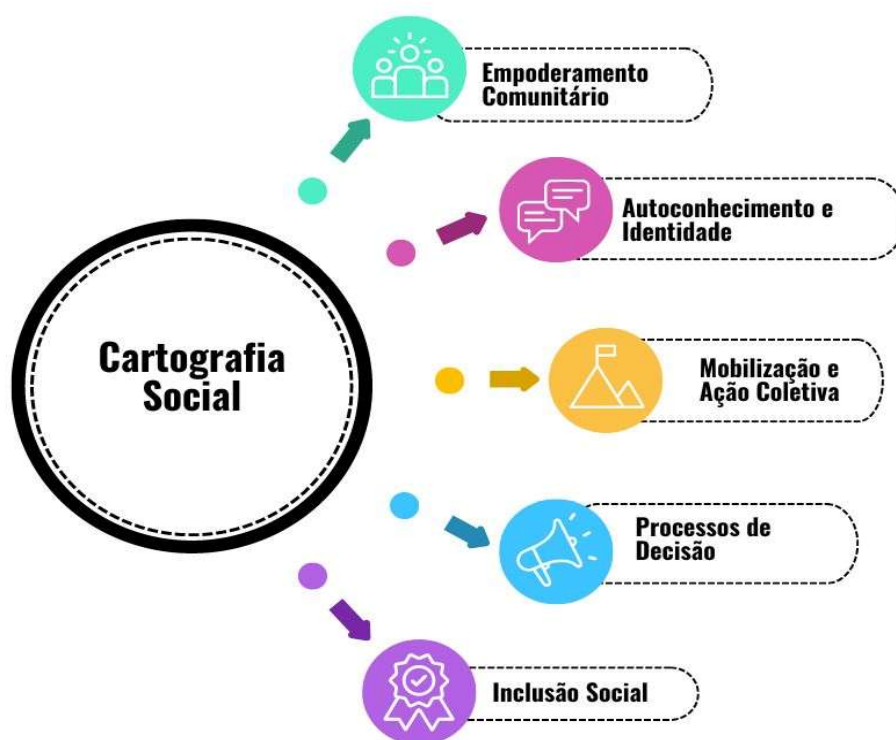
Carolino, (2023) enfatiza que é razoável concluir que a cartografia social tem o potencial de passar a existir como uma ferramenta essencial para a disseminação do conhecimento e oferecer uma abordagem inovadora para a análise e intervenção em comunidades vulneráveis. Ao mapear as relações sociais, os espaços de convivência, os recursos disponíveis e as redes de

apoio, seriam possíveis identificar áreas de concentração de vulnerabilidade e, assim, potencializar ações específicas (Teixeira *et al.*, 2023). A territorialização dessas políticas públicas, baseada em dados cartográficos, pode permitir uma alocação mais eficiente de recursos e uma abordagem mais direcionada. Dessa forma, é possível desenvolver estratégias que atendam de maneira mais precisa às necessidades da comunidade, promovendo um desenvolvimento mais equitativo e sustentável (Ascelrad, 2008).

Assim, a cartografia social poderia facilitar a participação ativa dos moradores no processo de planejamento e tomada de decisões, fortalecendo a coesão social e a resiliência comunitária (Carolino, 2023).

A Figura 2 ilustra os principais resultados esperados a partir do processo de mapeamento participativo:

Figura 2: Resultados Esperados da Cartografia Social



Fonte: Própria autoria.

A capacitação dos membros da comunidade insurge como um elemento crucial para que estes assumam uma posição proativa ao longo de todo o processo cartográfico, desde a coleta de dados até a finalização do produto (Da Costa, *et al.*, 2016). Por fim, conforme Ascelrad (2008) a legitimação institucional da cartografia social como uma abordagem metodológica

válida por parte das entidades públicas se revela essencial para conferir validade aos mapas produzidos e ampliar seu alcance e influência na esfera social.

No entanto, a abordagem dos desafios da cartografia social sob a ótica do método científico tem o potencial de revelar-se promissora e abrangente. Ao observar a participação da comunidade de forma quantitativa e analisar o impacto dos projetos qualitativamente, é possível obter uma compreensão mais completa e detalhada dos processos envolvidos. A experimentação com diferentes metodologias oferece a oportunidade de avaliar sua efetividade e adaptabilidade aos diversos contextos comunitários. Ademais, ao se fundamentar em teorias e práticas de participação social preexistentes, a cartografia social se beneficia de uma base teórica sólida e da experiência acumulada ao longo do tempo, proporcionando uma estrutura robusta para suas atividades e intervenções (Landin Neto, *et al.* 2016).

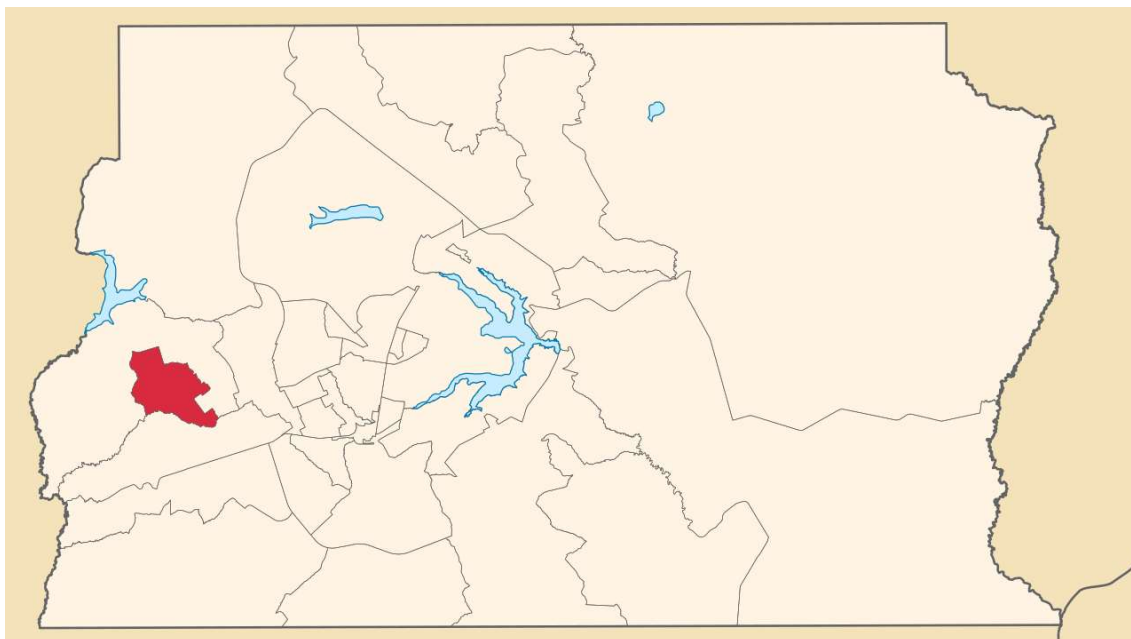
3.5.4. Panorama da Cartografia Social do Território do Sol Nascente e Pôr do Sol

3.5.4.1 A Região Administrativa do Sol Nascente/Pôr do Sol

O Sol Nascente/Pôr do Sol é um região administrativa do Distrito Federal, criada em 2019, após duas décadas de integração à Região Administrativa de Ceilândia. Composta por dois setores habitacionais distintos — Sol Nascente e Pôr do Sol —, a região se caracteriza pela proximidade física com Ceilândia, embora suas manchas urbanas não se conectem diretamente. Ainda assim, ambas estão conurbadas com a área urbana de Ceilândia, formando um território de forte interação social e econômica. Essa configuração reflete o crescimento populacional e a expansão urbana do Distrito Federal, evidenciando os desafios e as oportunidades para o planejamento e a gestão territorial (Administração Regional do Sol Nascente, 2024).

Abaixo, o Mapa do Distrito Federal, com destaque em vermelho para a Região do Sol Nascente/Pôr do Sol.

Figura 3: Território do Sol Nascente/Pôr do Sol dentro do Distrito Federal



Fonte: WIKIPÉDIA. *Sol Nascente/Pôr do Sol*

A região de Sol Nascente/Pôr do Sol, atualmente uma Região Administrativa do Distrito Federal, era originalmente uma área rural que, até o início dos anos 1990, integrava os setores P. Sul e P. Norte. O nome "Sol Nascente" está associado a duas referências históricas: a existência da "chácara do japonês", que remetia ao Japão, conhecido como a "terra do sol nascente", e o grupo de capoeira Sol Nascente, liderado pelo Mestre Romeu, que atuava desde 1976 em Ceilândia e, nos anos 1990, estabeleceu-se na área que hoje corresponde ao trecho 2 do Sol Nascente (WikiFavelas, 2025).

FIGURA 4: Foto da entrada principal do Sol Nascente/Pôr do Sol dentro do Distrito Federal



Fonte: WIKIPÉDIA. Placa Bem-Vindo a Pôr do Sol

O processo de ocupação da região ganhou força nos anos 1990, com o fracionamento irregular de terrenos, intensificando-se na década seguinte. Esse crescimento desordenado resultou em anos de precariedade, com infraestrutura mínima para atender à crescente população. Somente em 2008, os dois grandes setores que compõem a região — Sol Nascente e Pôr do Sol — foram reconhecidos como extensões habitacionais de Ceilândia (Administração Regional do Sol Nascente, 2024).

Em 2010, a região já abrigava mais de 78 mil habitantes, tornando-se uma das maiores ocupações irregulares do país, superando a comunidade da Rocinha em número de moradores. Nesse mesmo período, foi sancionada a Lei Complementar nº 785, de 14 de novembro de 2008, que transformou a área em uma Área de Regularização de Interesse Social (ARIS). Desde então, diversas medidas têm sido implementadas para melhorar a infraestrutura e possibilitar a regularização fundiária da região. Atualmente, alguns trechos já estão regularizados, enquanto outros permanecem em processo de regularização (Administração Regional do Sol Nascente, 2024).

Em 2019, o Sol Nascente/Pôr do Sol deixou de ser apenas um setor habitacional para se tornar oficialmente uma cidade, com a aprovação do Projeto de Lei nº 350/2019, consolidando-se como a 32ª Região Administrativa do Distrito Federal. Essa transformação marca um avanço significativo na gestão e no desenvolvimento territorial da região, destacando sua relevância no contexto socioeconômico do Distrito Federal (Administração Regional do Sol Nascente, 2024).

Em 2021, a população da Região Administrativa Sol Nascente/Pôr do Sol foi estimada em 92.217 habitantes pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) realizada no mesmo ano, a composição por gênero era equilibrada: 49,7% de homens e 50,3% de mulheres. A faixa etária da população revelou que 24,76% (22.430 pessoas) tinham menos de 15 anos, enquanto a maior parte, 75,24% (68.144 pessoas), estava na faixa entre 15 e 64 anos (Administração Regional do Sol Nascente, 2024).

Quanto à composição racial, 53,9% (50.243 pessoas) se identificaram como pardos, 30,3% (28.268 pessoas) como brancos, 14% (13.088 pessoas) como negros e 1,4% (1.308 pessoas) como amarelos. Em relação à origem geográfica, a maior parte da população era nascida no próprio Distrito Federal (56,7%, ou 52.895 pessoas), enquanto 43,3% (40.322 pessoas) eram de outros estados brasileiros. Entre os migrantes, destacaram-se os nascidos no Piauí (20,7%, ou 4.923 pessoas), Maranhão (18,1%, ou 4.300 pessoas) e Bahia (15,3%, ou 3.633 pessoas) (Administração Regional do Sol Nascente, 2024).

No que diz respeito à renda, 35,7% da população vivia em domicílios com renda per capita entre 2 e 5 salários-mínimos, indicando um perfil socioeconômico predominantemente de classe média-baixa, mas com significativa diversidade nas condições de vida. Esses dados destacam a complexidade e a diversidade sociocultural e econômica da região, que refletem tanto os desafios quanto as oportunidades para políticas públicas e intervenções sociais (Administração Regional do Sol Nascente, 2024).

Atualmente, a região administrativa de Sol Nascente/Pôr do Sol está subdividida em quatro áreas: Trecho 1, Trecho 2, Trecho 3 e Pôr do Sol. Essa divisão teve início em 2009, quando foram implementados os primeiros projetos de regularização fundiária, motivados pela rápida e significativa expansão territorial da região. Inicialmente, o Sol Nascente foi segmentado em três trechos, mas com o crescimento contínuo e a necessidade de organizar melhor o território, foi criado o quarto trecho, Pôr do Sol, resultando na configuração atual. A divisão por trechos visa facilitar a implementação de políticas públicas e a gestão do processo

de regularização, promovendo a melhoria das condições de infraestrutura e serviços para os moradores da região (Administração Regional do Sol Nascente, 2024).

Figura 5: Rua 7 do Sol Nascente, no Distrito Federal



Fonte: Reportagem: (G1, 2019) — Foto: Gabriel Jabur/Agência Brasília

3.5.5.1 A Plataforma de Inteligência Cooperativa com a Atenção Primária à Saúde (Picaps)

Para abordar a Cartografia Social realizada no território do Sol Nascente / Pôr do Sol, no Distrito Federal, é essencial contextualizar o papel da Picaps. Trata-se de uma iniciativa inovadora que integra ciência, tecnologia e cooperação social, com o objetivo de fortalecer o SUS.

Martins *et al.* (2024b) descrevem a criação da Picaps como uma resposta à pandemia de COVID-19. A Picaps surgiu no contexto da pandemia de COVID-19, em março de 2020. A iniciativa foi resultado da união de esforços entre a Fiocruz Brasília e a UnB para criar um dispositivo de inteligência destinado ao enfrentamento da crise sanitária causada pelo SARS-COV-2. A formalização dessa colaboração ocorreu por meio do Acordo de Parceria nº 175/2018, com o objetivo de produzir informações em parceria com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF).

A Picaps foi estabelecida com base no Acordo de Cooperação nº 70/2020, que formalizou a parceria entre a UnB e a Fiocruz, visando promover a cooperação acadêmica e

técnico-científica entre as instituições. O foco dessa cooperação inclui pesquisa, extensão, ensino, assistência à saúde, qualidade e meio ambiente (Martins *et al.* 2024b).

A plataforma foi desenvolvida para apoiar as estratégias de integração da Atenção Primária à Saúde (APS) e da vigilância à saúde nos territórios, inicialmente para enfrentar a COVID-19 e suas consequências, bem como outras crises sanitárias e emergências de saúde pública. A Picaps utiliza tecnologias digitais e infraestrutura de suporte para pessoas e unidades de saúde, sendo sediada no Parque Científico e Tecnológico da Universidade de Brasília (PCTec/UnB). Além de mitigar os impactos sanitários e sociais dessa crise, a plataforma se consolidou como um modelo de articulação interinstitucional e interdisciplinar (Marques, 2022).

Um dos pilares fundamentais da Picaps é o uso de tecnologias digitais e infraestrutura de suporte para otimizar a atuação de profissionais de saúde e melhorar a prestação de serviços. Ao incorporar ferramentas digitais inovadoras, a plataforma possibilita a transformação digital na área da saúde, tornando os processos mais ágeis e eficientes. Essa abordagem não apenas fortalece o acompanhamento e a gestão da saúde nos territórios, mas também contribui para a tomada de decisão baseada em evidências (Martins *et al.* 2024b).

Outro aspecto central da plataforma é a integração entre a atenção primária e a vigilância em saúde, uma estratégia essencial para ampliar o alcance das ações sanitárias e garantir uma resposta coordenada às demandas da população. Por meio da inteligência cooperativa, a Picaps busca articular esforços entre diferentes atores do sistema de saúde, promovendo inovação e agilidade na implementação de políticas e intervenções. Essa abordagem permite a criação de soluções mais eficazes para os desafios enfrentados em territórios vulneráveis, onde o acesso aos serviços de saúde muitas vezes é limitado (Martins *et al.* 2024b).

Além disso, a Picaps fomenta a cooperação acadêmica e técnico-científica entre instituições públicas e privadas, incentivando o desenvolvimento de projetos, programas e ações voltados para a melhoria da saúde, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental. A colaboração entre diferentes setores fortalece a capacidade de pesquisa e inovação na área da saúde, garantindo que as soluções desenvolvidas sejam baseadas em evidências científicas e atendam às necessidades reais da população (Martins *et al.* 2024b).

Sua abordagem, baseada na integração entre Atenção Primária e Vigilância em Saúde, proporciona soluções inovadoras que não apenas atendem às necessidades imediatas da população, mas também promovem ações sustentáveis e adaptadas às realidades locais. A

Picaps organiza suas ações em quatro eixos principais: cooperação social, inteligência epidemiológica, educação e saúde digital. Esses pilares permitem a articulação de estratégias para integrar a Atenção Primária com a Vigilância em Saúde, destacando-se como um exemplo de inovação e resiliência em momentos de crise. Essa abordagem interdisciplinar fortalece o SUS, tanto no enfrentamento de emergências sanitárias quanto na promoção de políticas públicas de longo prazo (Marques, 2022).

Uma das grandes inovações da Picaps é sua concepção como uma plataforma baseada no capital humano, que utiliza dados e informações dos territórios para produzir conhecimento direcionado. Essa inteligência cooperativa promove políticas públicas de precisão, baseadas em evidências científicas e adaptadas às realidades locais. Assim, a Picaps vai além de uma estrutura técnica, atuando como um dispositivo de articulação social e científica (Marques, 2022).

Segundo Martins *et al.* (2024b) a Picaps possui uma estrutura organizada em quatro áreas norteadoras, cada uma com funções específicas voltadas para a inovação em saúde. Essas áreas – Inovação Digital, Inovação Social, Inovação Educacional e Inovação em Serviços – trabalham de forma integrada para promover soluções que fortalecem a atenção primária e a vigilância em saúde nos territórios.

A área de Inovação Digital concentra-se no desenvolvimento de soluções tecnológicas para o monitoramento e controle de processos em saúde. Um exemplo prático dessa atuação foi o mapeamento dos processos de monitoramento da COVID-19 na atenção básica no DF. Esse mapeamento incluiu a vigilância da doença, o controle de testes e vacinas, o acompanhamento de síndromes gripais e a construção de painéis situacionais com indicadores operacionais alinhados à Agenda 2030. Além disso, essa área promove hackathons, que é um evento que reúne profissionais de diferentes áreas para resolver problemas, desenvolver protótipos ou criar soluções, e ainda feiras tecnológicas para fomentar a criação de novas ferramentas digitais aplicadas à saúde (Martins *et al.* 2024b).

Já a área de Inovação Social tem como foco a ativação de redes sociotécnicas nos territórios, promovendo a mobilização de atores sociais, públicos e privados. Por meio do Radar de Territórios do Distrito Federal, são realizadas oficinas de planejamento participativo e cartografias sociais, possibilitando a criação de cenários estratégicos para os territórios. Essa abordagem fortalece o diálogo entre Estado e sociedade, permitindo a construção de soluções coletivas e adaptadas às realidades locais (Martins *et al.* 2024b).

Para Martins (2024a), a Inovação Educacional se dá por meio da oferta de programas formativos voltados para profissionais de saúde. A teleorientação é um dos principais eixos dessa área, promovendo disciplinas integradas em programas de residência da Escola de Governo Fiocruz Brasília (EGFB). Essas atividades incluem encontros pedagógicos semanais realizados na plataforma Microsoft Teams. Além disso, são oferecidos cursos em vigilância popular em saúde, voltados para a formação de agentes comunitários que atuam nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) das diversas Regiões Administrativas do DF.

Por fim, a área de Inovação em Serviços se dedica à inteligência epidemiológica, utilizando ferramentas e métodos para analisar as dinâmicas territoriais e aprimorar a vigilância em saúde. Essa abordagem envolve a integração de dados provenientes de diferentes bancos, combinando informações estruturadas – obtidas por métodos tradicionais de vigilância – e não estruturadas – coletadas diretamente pelas comunidades locais. Esse modelo cooperativo de vigilância permite uma compreensão mais ampla e detalhada dos fenômenos de saúde nos territórios, favorecendo uma resposta mais eficaz a desafios epidemiológicos (Martins *et al.* 2024b).

Com o objetivo de criar oportunidades para o desenvolvimento local justo e solidário, o projeto busca minimizar os impactos da pobreza e promover a geração de trabalho e renda nas comunidades atendidas. Ao articular ações que combinam a saúde pública com iniciativas econômicas e sociais, o Radar de Territórios alinha-se diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforçando compromissos globais com a redução de desigualdades, a promoção de saúde e bem-estar e o estímulo a parcerias locais (Marques, 2022).

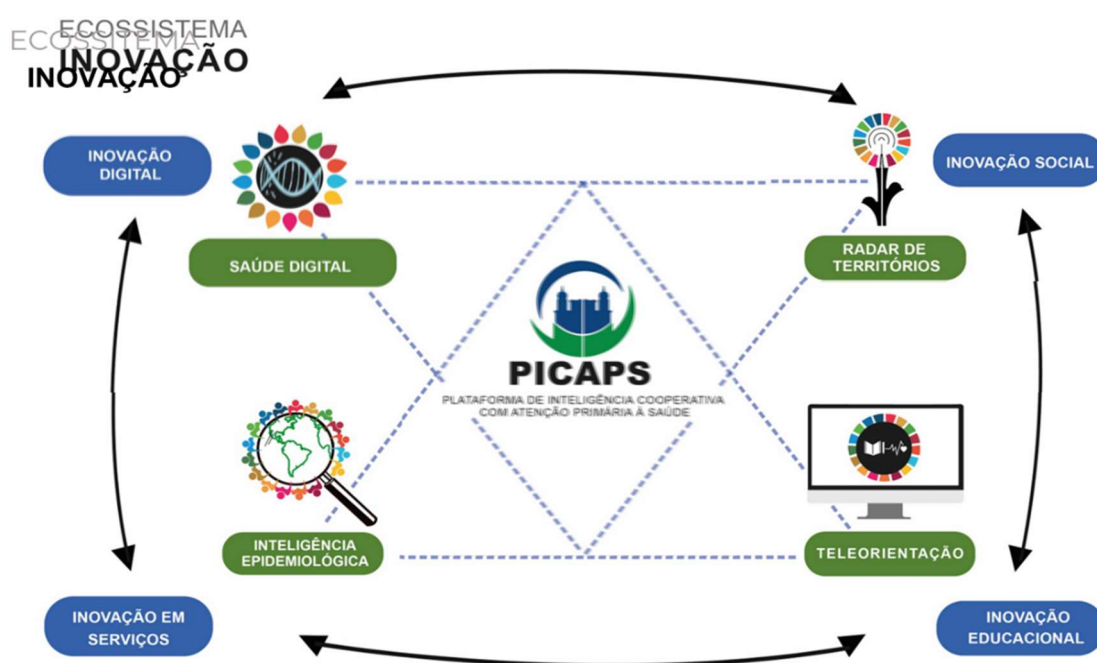
Com essa estrutura multidisciplinar e colaborativa, a Picaps se consolida como um instrumento estratégico para o fortalecimento da saúde pública, especialmente em contextos de crise. Seu enfoque em inovação, tecnologia e cooperação permite ampliar a capacidade de resposta a emergências sanitárias e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à população. Ao integrar diferentes áreas do conhecimento e utilizar tecnologias avançadas, a plataforma se destaca como um modelo de transformação digital e fortalecimento da atenção primária, contribuindo significativamente para a construção de um sistema de saúde mais resiliente e eficaz (Martins *et al.* 2024b).

A importância da Picaps é evidente em seus impactos diretos: redução das desigualdades sociais, fortalecimento da saúde pública e promoção de soluções para problemas

complexos, como a insegurança alimentar e os desafios da saúde mental pós-pandemia. Além disso, sua integração com a extensão universitária e a educação popular reforça o papel transformador da ciência no desenvolvimento social e territorial (Marques, 2022).

Ao consolidar sua atuação desde sua criação, a Picaps demonstra que a inovação em saúde vai além do uso de tecnologias avançadas, colocando a cooperação e a participação social no centro das políticas públicas. Ela se apresenta como um modelo a ser replicado em outros contextos, provando que soluções inovadoras e colaborativas são essenciais para superar crises e promover a equidade em saúde (Marques, 2022).

Figura 6: Estrutura metodológica da Picaps e respectivas áreas de inovação



Fonte: Martins *et al.* (2024b)

Nesse contexto, a Figura 6 demonstra a Cartografia Social no Território do Sol Nascente/Pôr do Sol reflete o potencial transformador da Picaps, combinando conhecimento científico e engajamento comunitário para responder aos desafios específicos da região (Marques, 2022).

3.5.5.2 Rede de Radares de Territórios DF

Antes de detalhar a Cartografia Social do Território do Sol Nascente e Pôr do Sol, é importante contextualizar também a proposta do Radar de Territórios. O Radar de Territórios é uma iniciativa que integra o projeto "Rede de Radares de Territórios DF: Sala de Cooperação Social", desenvolvido em colaboração entre a Picaps e IPEDF sob a coordenação da Fiocruz Brasília. Este projeto tem como principal objetivo monitorar e avaliar as vulnerabilidades sociais e territoriais, especialmente aquelas relacionadas à Covid-19. O foco está no fortalecimento das governanças locais e na promoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial sustentável (Martins *et al.* 2024b).

O Radar de Territórios foi concebido para realizar o monitoramento de indicadores sociais, econômicos e de saúde. Ele pretende identificar ameaças, vulnerabilidades e resiliências nos territórios, utilizando metodologias participativas como os Diálogos Prospectivos para construir cenários futuros e planejar ações de mitigação (Martins *et al.* 2024).

A iniciativa está alinhada com a Agenda 2030 da ONU, buscando contribuir para o cumprimento dos ODS. Especial atenção é dada à redução das desigualdades e à promoção de territórios saudáveis e sustentáveis (Martins *et al.* 2024b).

De acordo com Martins *et al.* (2024a), uma das principais ferramentas do Radar de Territórios é a Sala de Cooperação Social, um espaço tanto virtual quanto físico que reúne dados estruturados e não estruturados sobre os territórios. A Sala de Cooperação Social funciona como um dispositivo de inteligência cooperativa, integrando pesquisa, educação e ações estratégicas, direcionando a ação coletiva e a tomada de decisões com base em evidências.

Martins *et al.* (2024b), enfatiza ainda que o Radar de Territórios incentiva a participação ativa das comunidades locais. A formação de pesquisadores populares, que são moradores capacitados para coletar dados e analisar informações, é fundamental. Estes pesquisadores contribuem diretamente para a construção de soluções para problemas locais, fortalecendo lideranças comunitárias e a Rede Sol, uma rede sociotécnica que reúne representações sociais e técnicas de órgãos públicos.

Assim, utilizando metodologias como Cartografia Social e Diálogos Prospectivos, o projeto visa mapear problemas e construir cenários futuros com a participação dos moradores. Esta abordagem busca permitir a identificação de temas prioritários e a elaboração de estratégias de ação coletiva (Martins *et al.* 2024b).

As ações do Radar de Territórios são concentradas em áreas de alta vulnerabilidade social, como os territórios do Sol Nascente e Pôr do Sol, no Distrito Federal. Estes territórios foram selecionados devido aos altos índices de vulnerabilidade social, conforme indicadores como o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) (Martins *et al.* 2024b).

Martins *et al.* (2024) apresenta no Relatório Final da Cartografia do Território do Sol Nascente as principais atividades do Radar de Territórios que incluem:

1. Fortalecer a governança local: Promovendo a participação comunitária e a integração entre governo, sociedade civil e academia para a construção de políticas públicas mais eficazes.
2. Monitorar e avaliar indicadores sociais: Utilizando dados estruturados e não estruturados para identificar problemas e propor soluções.
3. Promover o desenvolvimento territorial sustentável: Focando na redução das desigualdades e na melhoria das condições de vida da população local.
4. Capacitar pesquisadores populares: Formando moradores como agentes de transformação, capacitados para coletar dados e contribuir com a elaboração de políticas públicas.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1. Relatório Final da Cartografia do Território do Sol Nascente e Pôr do Sol

Neste capítulo, será analisada a experiência de utilização da Cartografia Social no Sol Nascente/Pôr do Sol, tendo como foco sua implementação pelo Colaboratório de Ciência, Tecnologia, Inovação e Sociedade (CTIS/FIOCRUZ), em colaboração com o Laboratório de Pesquisas sobre Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático da Universidade de Brasília (LAP2D/UnB). Além disso, serão discutidos os desafios e oportunidades relacionados à incorporação desse método como instrumento de ação pública, especialmente no que tange à promoção da inclusão social, da democracia participativa e do desenvolvimento de políticas governamentais mais eficazes e responsivas às demandas da população local.

A Cartografia Social tem sido cada vez mais considerada uma opção metodológica para a compreensão e gestão territorial, sobretudo em contextos marcados por vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais. No Distrito Federal, a experiência realizada no território do Sol Nascente/Pôr do Sol, concluída em junho de 2022, representou um marco significativo na aplicação desse instrumento participativo. Desenvolvido no âmbito do projeto Rede de Radares para Territórios Saudáveis e Sustentáveis: Sala de Cooperação Social, o trabalho foi conduzido em parceria entre a Fiocruz Brasília, a Universidade de Brasília (UnB) e o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF), contando com a ativa participação de representantes comunitários (Caixeta, 2022).

A iniciativa teve início em maio de 2022 e culminou na elaboração de um mapa colaborativo que identifica e sistematiza aspectos fundamentais do território, como vulnerabilidades, ameaças e potencialidades de resiliência. Esse processo não apenas gerou um diagnóstico detalhado da realidade local, mas também promoveu o fortalecimento do diálogo entre instituições acadêmicas, governamentais e a comunidade. Como resultado, o material produzido foi incorporado à plataforma digital Ágora (<https://agora.fiocruz.br/>), tornando-se acessível a todos os integrantes da Sala de Cooperação Social, o que favorece a continuidade das ações e a ampliação do debate sobre o território (Caixeta, 2022).

Guiada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, a cartografia social destacou temas prioritários como saúde, segurança pública, acesso à água e ao saneamento, cultura, agricultura e redução da mortalidade infantil. Utilizando um mapa

físico, os participantes identificaram áreas críticas que demandam intervenções para atender às necessidades locais (Caixeta, 2022).

A oficina teve momentos de grande significado simbólico, como a fala de Ivanete Silva dos Santos, representante da Casa da Natureza. Ela convidou os participantes a refletirem sobre a transformação do território ao longo de 20 anos, destacando a riqueza do solo e o sonho de revitalizar a Lagoinha, um importante recurso hídrico local (Caixeta, 2022).

Caixeta (2022) registra que o trabalho realizado no Sol Nascente/Pôr do Sol está integrado a um plano maior de desenvolvimento territorial sustentável. De acordo com Caixeta (2022) uma vez que foi concluída a cartografia social e a classificação de risco, o próximo passo será a geração de cenários, possibilitando a visualização dos dados e das discussões realizadas. A criação de uma Sala de Cooperação Social on-line permitirá o monitoramento contínuo de indicadores, capacitando a comunidade local por meio de formações e ações educativas, como cursos para pesquisadores populares (Idem).

De acordo com Edmi Moreira, da organização Ecos do Cerrado, a cartografia social é fundamental para compreender a realidade do território e suas necessidades. Ele destacou a importância desse processo para subsidiar as decisões do poder público, identificando pontos de vulnerabilidade e priorizando os investimentos em áreas críticas (Caixeta, 2022).

A Rede de Radares para Territórios Saudáveis e Sustentáveis busca integrar pesquisa, inovação e ação coletiva para melhorar as condições de vida em territórios de alta vulnerabilidade social. A iniciativa, é fruto da parceria entre a Fiocruz Brasília, UNB e o IPEDF, e busca estabelecer um modelo de governança local que visa fortalecer as políticas públicas alinhadas aos ODS (Caixeta, 2022).

Caixeta (2022) destaca que, por meio da criação de espaços de inteligência cooperativa, o projeto representa um passo significativo para a democratização do acesso à informação e para a construção de soluções coletivas. Este modelo tem potencial para orientar a tomada de decisões governamentais e estimular o protagonismo das comunidades na busca por um desenvolvimento territorial mais justo e sustentável.

Figura 6: Reunião de Planejamento com representantes da Fiocruz, Codeplan e UnB



Fonte: Martins *et al.* (2024)

De acordo com o Relatório de Atividades do projeto Rede de Radares de Territórios do DF (2024): Sala de Cooperação Social - Territórios: Sol Nascente e Pôr do Sol, a Cartografia Social, teve início com uma reunião entre representantes da Fiocruz, da UnB e da então Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), hoje Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF, que consolidou um plano de ação alinhado à Agenda 2030, com foco na estruturação das SCS e na definição de territórios prioritários.

As Salas de Cooperação Social configuram-se como espaços participativos para a análise e discussão das políticas locais, permitindo a interação entre a população e os gestores públicos. De acordo com Sellera *et al.* (2019), essas instâncias são instrumentos fundamentais para a mobilização comunitária e a deliberação sobre os rumos do desenvolvimento territorial (Martins *et al.* 2024).

Durante o encontro, os territórios de Sol Nascente e Pôr do Sol foram definidos como prioritários para a implementação da Rede, considerando-se sua elevada vulnerabilidade social, conforme apontado pelo Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) da Codeplan. Esses territórios já vinham sendo mobilizados pelo Radar de Territórios desde outubro de 2021, em parceria com a Rede Sol, que desempenha um papel central na interlocução entre a sociedade civil e o poder público (Martins *et al.* 2024).

A Rede Sol, caracterizada como uma rede sociotécnica local, desempenha um papel estratégico na articulação entre lideranças comunitárias e técnicos de diferentes setores da

administração pública, incluindo saúde, assistência social, educação e segurança pública. Suas reuniões mensais são fundamentais para o debate e a tomada de decisões conjuntas sobre os desafios enfrentados pelas comunidades. Segundo Lima (2022), essa abordagem colaborativa fortalece a governança local e contribui para a formulação de políticas públicas mais eficazes e contextualizadas às necessidades da população (Martins *et al.* 2024).

Para Martins *et al.* (2024), a institucionalização da Rede de Inteligência Cooperativa e das Salas de Cooperação Social reforça a importância da participação social na construção de estratégias de desenvolvimento territorial. Ao integrar diferentes saberes e experiências, essa iniciativa promove um modelo de governança inovador, comprometido com a redução das desigualdades e a promoção do bem-estar coletivo no Distrito Federal.

Martins *et al.* (2024), relata que após a definição dos territórios de Sol Nascente e Pôr do Sol, realizou-se a primeira reunião com as representações sociais mobilizadas, a fim de dialogar sobre o projeto e compreender suas expectativas, mediadas pela Rede Sol. Nessa ocasião, os representantes locais foram apresentados à proposta e puderam expressar seu interesse na construção conjunta da iniciativa. Observou-se um grande entusiasmo e confiança por parte da comunidade, que acolheu positivamente a ideia da criação da SCS e da formação de pesquisadores populares para atuar na gestão do espaço.

Essa abordagem visa desenvolver um projeto piloto que contribua para a formulação de estratégias voltadas à promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS). Como encaminhamento, definiu-se uma agenda de ações para dar início à implementação do projeto nos territórios (Martins *et al.* 2024).

Iniciou-se então a formação dos membros do projeto, envolvendo a rede dos territórios de Sol Nascente/Pôr do Sol e suas respectivas instituições e movimentos sociais. Foi possível avançar nas discussões e promover uma maior aproximação desses territórios com a Agenda 2030 da ONU e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que apresentam o eixo (Martins *et al.* 2024).

Diversas instituições sociais já trabalharam em consonância com a Agenda 2030, ainda que, para uma parcela significativa dos participantes, os ODS ainda não eram amplamente conhecidos. Diante desse cenário, tornou-se essencial realizar um planejamento conceitual junto aos presentes, de modo a garantir a compreensão da relevância dessas iniciativas para o desenvolvimento (Martins *et al.* 2024).

Com esse objetivo, foi realizada, em março de 2022, uma dinâmica no ambiente virtual, na qual se evidenciou que os próprios participantes já desenvolveram ações alinhadas à Agenda 2030. Para isso, foram utilizadas as experiências compartilhadas na reunião anterior, realizada em fevereiro do mesmo ano. Essa abordagem permitiu estabelecer conexões entre os temas de cada ODS e as práticas cotidianas dos representantes locais, a relação entre a Agenda 2030 e as atividades desempenhadas por instituições e movimentos sociais atuantes no território (Martins *et al.* 2024).

Martins *et al.* (2024), relata ainda que em decorrência dos encontros anteriores, que promoveram avanços na construção conjunta do projeto SCS e estabeleceram a Agenda 2030 e seus 17 ODS como referência para o trabalho, foi organizada uma nova reunião presencial no auditório da Escola Parque Anísio Teixeira. Localizada próxima aos territórios de Sol Nascente e Pôr do Sol, a reunião contou com a participação de quase 80 representantes dessas comunidades, além de técnicos da Fiocruz, da Codeplan e da Universidade de Brasília (UnB).

Nesse encontro, foi dado o primeiro passo para aplicar a metodologia de Diálogos Prospectivos (DP), que consiste na construção de cenários futuros a partir de um planejamento participativo guiado por reflexões estratégicas (MARTINS *et al.*, 2017; MAIA, 2021). Devido à complexidade e extensão da metodologia DP, as etapas foram divididas em três: 1) análise situacional para investigação dos temas; 2) processo de cartografia social, a partir da classificação de risco; e 3) geração de cenários para antecipação do futuro (Martins *et al.* 2024).

Martins *et al.* (2024), destaca que durante esse encontro, foi iniciada a construção do planejamento futuro do território para o ano de 2030, focando na identificação, pelos representantes dos territórios, dos temas prioritários para Sol Nascente e Pôr do Sol. Foram realizadas rodas de conversa com os participantes, divididos em grupos, para iniciar o processo de investigação sobre quais temas seriam prioritários para os territórios (1ª etapa da metodologia de DP).

Dessa maneira, foram incorporados temas do dia a dia de maneira abrangente, reconhecendo que esta é uma etapa crucial para guiar as ações e a capacitação de pesquisadores locais. Além disso, trata-se de um esforço para fortalecer a liderança e a Rede Sol (Martins *et al.* 2024).

Um instrumento foi desenvolvido, que reúne temas pertinentes vinculados aos ODS da Agenda 2030, assim como perguntas para investigação, organizados em oito grupos de trabalho. Esses grupos contavam com membros das comunidades locais e atuantes na área, encarregados

de analisar assuntos relacionados a dois ODS. Cada grupo teve facilitadores para monitorar as discussões e auxiliar na resolução de quaisquer questionamentos que surgissem. Na parte quantitativa, ao final da primeira fase do workshop de DP, foram considerados 123 temas, dos quais 114 foram identificados como os mais significativos, de acordo com o nível de importância. Para isso, foram atribuídas notas de 1 a 5 a cada tema analisado, que posteriormente foram agrupados em diferentes políticas. A parte qualitativa também atribuída aos 114 temas possibilitou avaliar sua relevância e compilar várias observações feitas pelos facilitadores, enriquecendo a pesquisa (Martins *et al.* 2024).

Conforme Martins *et al.* (2024), a análise das duas abordagens, quantitativa e qualitativa, possibilitou a classificação dos temas ligados a 30 políticas, que foram organizadas em categorias de ameaças, vulnerabilidades e resiliências. Essas categorias formam a base para a elaboração do mapa de risco das áreas, uma ferramenta que oferece uma representação visual de um conjunto de fatores presentes nos locais, os quais podem impactar negativamente a população. Este recurso ajudou a entender quais fatores externos podem causar efeitos adversos aos habitantes de uma determinada área (ameaças), como a situação de vida da população, tanto individual quanto em grupo, os torna mais suscetíveis aos efeitos prejudiciais (vulnerabilidades) e identificar as habilidades de indivíduos ou grupos para enfrentar situações desafiadoras e encontrar formas de superá-las, ou seja, resistir e recomeçar (resiliências).

Após a realização da primeira oficina, onde foram analisados tópicos significativos nas comunidades, tornou-se viável criar, de maneira colaborativa, uma cartografia social. Esta abordagem é definida por facilitar processos democráticos e participativos, mostrando através de mapas a realidade espacial dos desafios sociopolíticos enfrentados pelos grupos (Martins *et al.* 2024).

Para Martins *et al.* (2024), é importante reconhecer o chamado "conhecimento coletivo" como uma ferramenta essencial para a coleta de dados e para a expansão da compreensão sobre essa questão. No âmbito das oficinas, a criação da cartografia social foi realizada com a contribuição ativa dos representantes locais, que usaram adesivos para marcar elementos no mapa físico elaborado das áreas do Sol Nascente/Pôr do Sol (SNPDS).

Essa atividade ocorreu em dois encontros nos meses de maio e junho de 2022, nos quais os tópicos previamente organizados—ameaças, vulnerabilidades e resiliências, identificados na fase inicial, concluindo assim a 2ª etapa da metodologia de DP, que foram inseridos no mapa físico pelos próprios participantes. Depois, esses dados foram transferidos para um formato

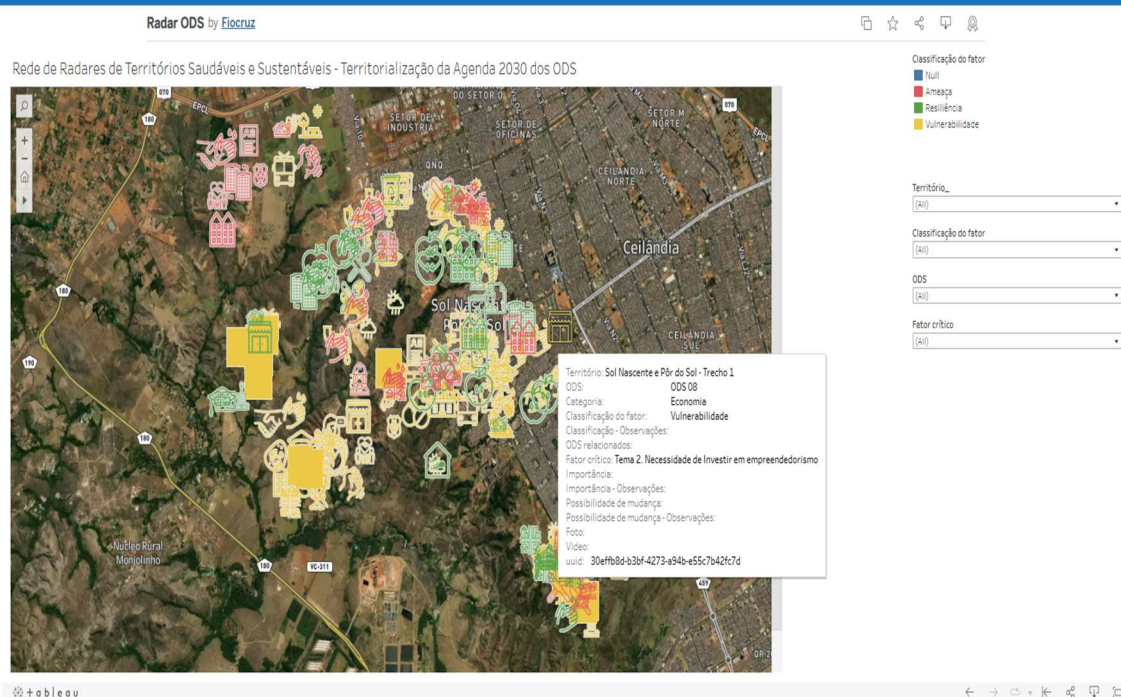
digital, assegurando sua representação espacial e geograficamente referenciada e permitindo a vinculação dessas informações aos objetivos da Agenda 2030 (Martins *et al.* 2024).

Figura 7: Primeiro encontro da segunda etapa da Oficina de Diálogos Prospectivos.



Fonte: Martins *et al.* (2024)

Figura 8: Cartografia social digital dos territórios de SNPDS



Fonte: Martins *et al.* (2024)

A Equipe do Projeto Rede de Radares de Territórios do DF prosseguiu com uma terceira etapa prevista na metodologia de Diálogos Prospectivos (DP) que envolveu representantes das organizações locais presentes no encontro de planejamento de futuro, para a construção de cenários mais prováveis de acontecer até o ano de 2030 nos territórios (Martins *et al.* 2024).

Nesse encontro, foram apresentados os produtos desenvolvidos até o momento e lançada a Sala de Cooperação Social dos territórios, situada na Plataforma Ágora em meio virtual. A Sala disponibiliza diversos dados públicos estruturados relativos a questões de doenças, violência, vacinação, entre outros, além de dados não estruturados coletados em oficinas anteriores, que resultaram no Mapa de Risco (vulnerabilidades, ameaças e resiliências) e na Cartografia Social digital local. Tais produtos estão inseridos na Plataforma Ágora.

Dando continuidade à metodologia DP, a partir dos temas relevantes identificados na primeira etapa da metodologia, foi possível identificar e selecionar 18 incertezas críticas que poderiam gerar impactos significativos nos territórios de Sol Nascente e Pôr do Sol. Essas incertezas foram cuidadosamente analisadas para compreender seus potenciais consequências e contribuir para a elaboração de estratégias robustas e adaptáveis frente aos desafios futuros.

Dessa forma, os participantes foram organizados em 5 grupos, cada um responsável por elaborar hipóteses que deram origem a cenários possíveis, conforme ilustrado na Figura 11. Esse processo foi guiado por uma reflexão crítica conduzida pelos próprios participantes, que possuíam conhecimentos profundos e experiências relevantes sobre a realidade analisada (Jesus *et al.*, 2017; Maia, 2021). A colaboração entre os grupos permitiu a construção de cenários robustos e contextualizados, refletindo as diversas perspectivas e vivências dos envolvidos (Martins *et al.* 2024).

Ao final da atividade, foram elaborados e selecionados, em plenária, 16 cenários pelos membros representantes. Esses cenários permitiram a construção de um texto coerente, que descreve situações possíveis para os territórios de Sol Nascente e Pôr do Sol no ano de 2030, incorporando diversos elementos de incerteza que precisam ser abordados pela sociedade (Martins *et al.* 2024).

Martins *et al.* (2024), ressalta que os insumos gerados nesse processo possibilitaram a identificação de pontos relevantes nos territórios, referentes às certezas identificadas — ou seja, elementos reais que impactam diretamente a realidade local. Além disso, o planejamento prospectivo desenvolvido permite antecipar futuros, criando capacidades para que a sociedade, no presente, possa manter ou até mesmo potencializar situações positivas, bem como transformar situações negativas em oportunidades de mudança (NELSON, 1977; MAIA, 2021).

Ressalta-se ainda a relevância desse produto como ferramenta estratégica para atuar junto a espaços decisórios governamentais, influenciando a formulação e/ou avaliação de políticas públicas direcionadas aos territórios de Sol Nascente e Pôr do Sol (JESUS *et al.*, 2021; MAIA, 2021). Dessa forma, o trabalho contribui não apenas para a reflexão, mas também para a ação, promovendo transformações concretas e alinhadas às necessidades e potencialidades locais (Martins *et al.* 2024).

4.1.1 Curso de Formação de Pesquisadores Populares

Considerando o foco na comunidade e nos objetivos do Projeto, foi lançado um curso livre de formação de pesquisadores populares que teve início no dia 15/04, no sábado seguinte ao seu lançamento, com uma atividade de ambientação dos participantes. Em um primeiro momento, os alunos tiveram a oportunidade de conhecer o conteúdo do 1º módulo e os docentes responsáveis por ministrar as disciplinas. Esses pesquisadores populares atuaram na coleta, sistematização e divulgação de dados que serão disponibilizados na Sala de Cooperação Social.

O curso foi estruturado em 3 módulos, organizados por um grupo de professores dedicados à iniciativa (Martins *et al.* 2024).

A formação foi realizada em Ceilândia, visando garantir o acesso dos moradores dos Trechos 1, 2 e 3 do Sol Nascente e do Pôr do Sol, considerando a necessidade de facilitar o deslocamento por meio do transporte público. O curso foi planejado de acordo com os recursos disponíveis e contou com a parceria de organizações sociais e governamentais da Rede Sol, do Instituto de Pesquisas e Estatísticas do DF – IPEDF e da UnB (Martins *et al.* 2024).

Durante o curso, os pesquisadores populares, em colaboração com os professores, elaboraram formulários de entrevistas qualitativas. Esses instrumentos foram desenvolvidos para aprofundar a compreensão sobre os temas mapeados na classificação de risco, com o objetivo de criar estratégias que possibilitem soluções para os problemas complexos enfrentados pelos territórios de Sol Nascente e Pôr do Sol, com ênfase na área da saúde (Martins *et al.* 2024).

Conforme destacado por Martins *et al.* (2024), os pesquisadores populares, em parceria com os professores, desenvolveram formulários de entrevistas qualitativas com foco em temas prioritários. Esses temas incluíram uma lista detalhada com exemplificações sobre Ameaças, Vulnerabilidades Sociais e Resiliências, todos devidamente relacionados e contextualizados no Apêndice A desse estudo. Essa abordagem metodológica permitiu uma análise aprofundada das dinâmicas sociais, contribuindo para uma compreensão mais clara dos desafios e das capacidades de superação presentes na comunidade do Pôr do Sol e Sol Nascente no Distrito Federal.

Martins *et al.* (2024), também relaciona as temáticas prioritárias que foram estruturadas da seguinte forma:

TABELA 3 - Temáticas Prioritárias Estruturadas

ODS	Descrição ODS	Temas	Impacto	Categorização
ODS 1	Erradicação da Pobreza	Tema 2. Pessoas que vivem na pobreza	5	Pobreza
		Tema 3. Desemprego	4	Trabalho
		Tema 4. Propriedade e controle sobre a terra	4	Cidades
		Tema 5. Emprego e Renda	5	Trabalho
		Tema 6. Desnutrição	4	Fome

ODS 2	Fome Zero e Agricultura Sustentável	Tema 1. Alimentos seguros	5	Fome
		Tema 2. Segurança alimentar	5	Fome
		Tema 3. Soberania alimentar	5	Fome
		Tema 4. Produção Agroecológica	5	Agricultura
		Tema 5. Sistemas de produção de alimentos	4	Agricultura
		Tema 6. Cultura alimentar local	4	Agricultura
		Tema 8. Repartição de benefícios	5	Trabalho
		Tema 10. Produtos locais	4	Agricultura
ODS 3	Saúde e Bem-Estar	Tema 1. Epidemias	5	Saúde
		Tema 2. Mortalidade Infantil	4	Saúde
		Tema 3. Mortalidade materna	5	Saúde
		Tema 4. Mortalidade Neonatal (4 primeiras semanas de vida)	4	Saúde
		Tema 5. Serviços de saúde	5	Saúde
		Tema 6. Medicamentos e vacinas	4	Saúde
		Tema 7. Álcool e outras drogas	5	Saúde
		Tema 8. Saúde sexual e reprodutiva	5	Saúde
		Tema 9. Saúde mental	5	Saúde
		Tema 11. Violência	5	Violência
		Tema 13. Elevação de serviços de proteção social devido à pandemia	5	Desigualdade
ODS 4	Educação de Qualidade	Tema 1. Educação	5	Educação
		Tema 2. Educação técnica e profissional	5	Educação
		Tema 3. Cuidados na primeira infância	5	Educação
		Tema 4. Educação pré-escolar	5	Educação
		Tema 5. Analfabetismo	5	Educação
		Tema 6. Educação de jovens e adultos	5	Educação
		Tema 7. Instalações físicas para a educação	5	Educação
		Tema 8. Formação de professores	5	Educação
		Tema 9. Contingente de professores	5	Educação
		Tema 10. Ambiente de aprendizagem	5	Educação
ODS 5	Igualdade de Gênero	Tema 1. Igualdade de gênero	5	Desigualdade
		Tema 2. Participação plena e efetiva das mulheres em espaços políticos.	5	Desigualdade
		Tema 4. Tecnologias de Informação e Comunicação	4	Tecnologia
		Tema 5. Gravidez na adolescência	5	Desigualdade
		Tema 6. Violência doméstica	5	Violência
		Tema 7. Violência contra todas as mulheres e meninas	5	Violência
ODS 6	Água Potável e Saneamento	Tema 1. Saneamento e higiene	5	Saneamento
		Tema 2. Contaminação e poluição (ar, água e solo)	5	Saneamento
		Tema 3. Qualidade da água Tema 4. Recursos hídricos	5	Água
		Tema 5. Uso da água	5	Água
		Tema 6. Gestão da água e do saneamento	5	Água

			5	Água
ODS 7	Energia Limpa e Acessível	Tema 1. Tecnologias limpas e renováveis	5	Energia
		Tema 2. Energia renovável	5	Energia
		Tema 3. Infraestrutura de energia	5	Energia
		Tema 4. Disponibilidade de dados e informações	4	Desigualdade
		Tema 5. Preços acessíveis a serviços de energia	5	Energia
ODS 8	Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Tema 1. Ambientes de trabalho seguros	5	Trabalho
		Tema 2. Empreendedorismo, criatividade e inovação	5	Trabalho
		Tema 3. Atividade produtiva	5	Trabalho
		Tema 4. Micro pequena e média empresas	4	Trabalho
		Tema 5. Serviço financeiro	5	Trabalho
		Tema 6. Remuneração	5	Trabalho
		Tema 7. Direito trabalhista	5	Trabalho
		Tema 9. Emprego	5	Trabalho
		Tema 10. Trabalho infantil	5	Violência
ODS 9	Indústria, Inovação e Infraestrutura	Tema 1. Infraestrutura verdes	4	Cidades
		Tema 2. Indústria local	4	Indústria
		Tema 3. Bancos de desenvolvimento	5	Indústria
		Tema 4. Crédito para micro e pequenas empresas e cooperativas	4	Indústria
		Tema 5. Sistema de bicicletários públicos	5	Cidades
ODS 10	Redução das Desigualdade	Tema 1. Tecnologia digital	5	Tecnologia
		Tema 2. Inclusão social econômica e política	5	Desigualdade
		Tema 3. Práticas discriminatórias	5	Desigualdade
		Tema 4. Proteção Social	5	Desigualdade
		Tema 5. Igualdade Racial e Étnica	5	Desigualdade
ODS 11	Cidades e Comunidades Sustentáveis	Tema 1. Segurança nos espaços públicos	5	Segurança
		Tema 2. Gestão de resíduos	5	Cidades
		Tema 3. Urbanização	4	Cidades
		Tema 5. Serviços públicos, infraestrutura	4	Cidades
		Tema 6. Imóveis para famílias de baixa renda (minha casa minha vida)	4	Cidades
		Tema 7. Patrimônio cultural e natural	5	Cidades
		Tema 8. Saneamento ambiental	5	Saneamento
		Tema 9. Riscos de catástrofes e desastres	5	Cidades
		Tema 10. Pobres e pessoas em situação de Vulnerabilidade	4	Cidades
		Tema 11. Gestão de riscos e desastres	5	Cidades
ODS 12	Consumo e Produção Responsáveis	Tema 1. Recursos naturais e manejo ambiental	4	Indústria
		Tema 2. Tecnologias ambientais de produção	4	Tecnologia
		Tema 3. Reciclagem, redução e reuso	5	Indústria
		Tema 4. Pesquisa, desenvolvimento e inovação	5	Tecnologia
		Tema 5. Produção e consumo	5	Indústria
		Tema 6. Desperdícios de alimentos	5	Fome

		Tema 7. Cultura e produtos locais	5	Cultura
		Tema 8. Economia circular	5	Economia
ODS 13	Ação Contra a Mudança Global do Clima	Tema 1. Prevenção, controle do desmatamento do ambiente	5	Clima
		Tema 2. Mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima	4	Clima
		Tema 3. Educação Ambiental	5	Educação
ODS 15	Vida Terrestre	Tema 2. Solos para o uso sustentável	5	Ecossistema
		Tema 3. Florestas e desertificação	4	Ecossistema
		Tema 4. Secas e inundações	5	Ecossistema
		Tema 7. Preservação dos ecossistemas e da biodiversidade	5	Ecossistema
ODS 16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Tema 1. Canais de denúncias	5	Violência
		Tema 2. Redes de proteção (crianças, adolescentes e idosos (as))	5	Violência
		Tema 3. Formas de violência	5	Violência
		Tema 4. Transparência institucional	4	Instituições
		Tema 5. Tomada de decisão responsiva e participativa	4	Instituições
		Tema 6. Identidade legal e registro de nascimento	4	Desigualdade
		Tema 7. Liberdades fundamentais	5	Violência
		Tema 8. Fluxo de armas ilegais	5	Violência
ODS 17	Parcerias e Meios de Implementação	Tema 1. Parcerias multissetoriais	5	Parcerias
		Tema 2. Cooperação (instituições de pesquisa, ensino e extensão)	5	Parcerias
		Tema 3. Mobilização de recursos	5	Parcerias
		Tema 4. Capacidade de arrecadação de receitas	5	Parcerias
		Tema 5. Desenvolvimento local	5	Parcerias
		Tema 6. Promoção de investimento locais	5	Parcerias
		Tema 7. Captação de recursos	5	Parcerias
		Tema 8. Uso de tecnologias de capacitação	5	Parcerias
		Tema 9. Empoderamento social	5	Desigualdade

Fonte: Martins *et al.* (2024)

Martins et al. (2024) realizam uma análise abrangente e detalhada dos resultados obtidos, com ênfase na projeção dos cenários mais prováveis para os territórios de Sol Nascente e Pôr do Sol até o ano de 2030. Os dados foram sistematizados e organizados de maneira clara, conforme exposto no Apêndice B.

Desse modo, o relatório apresenta que até 2030, os territórios de Sol Nascente e Pôr do Sol enfrentam desafios complexos e multifacetados, incluindo a escassez de empregos, a insuficiência de serviços básicos e a falta de opções de lazer. Problemas ambientais, como ocupações irregulares, desmatamento, erosão e tráfico de fauna e flora, agravam a situação. A

urbanização desordenada intensifica questões de infraestrutura, como alagamentos frequentes, enquanto a produção agrícola local, insuficiente e de baixa qualidade, contribui para o aumento dos custos dos alimentos (Martins *et al.* 2024).

Por outro lado, avanços significativos são observados em áreas como a conscientização ambiental e de gênero, com um aumento notável na participação feminina em cargos de liderança e uma redução nos casos de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). O empreendedorismo e a capacitação profissional ganham impulso, impulsionados pela adoção de tecnologias sociais e práticas de economia circular. No entanto, persistem desigualdades no acesso à informação e à tecnologia, o que limita o potencial de desenvolvimento integral desses territórios (Martins *et al.* 2024).

A violência, embora ainda seja uma preocupação, vem sendo combatida com maior eficácia por meio da participação comunitária ativa e da implantação de equipamentos de segurança, o que tem contribuído para a promoção de uma cultura de paz e a redução dos índices de criminalidade. Na educação, observam-se melhorias, com diminuição da evasão escolar e do analfabetismo. Contudo, a integração comunitária e a gestão eficiente de recursos públicos permanecem como desafios críticos a serem superados (Martins *et al.* 2024).

Em síntese, embora os territórios de Sol Nascente e Pôr do Sol apresentem progressos em diversas áreas, a superação dos desafios estruturais exigirá esforços contínuos e integrados, com foco no desenvolvimento sustentável e na promoção da equidade social (Martins *et al.* 2024).

De acordo com Martins et al. (2024), a pesquisa contou com o apoio do CoLaboratório CTIS e do Laboratório de Pesquisas sobre Ação Pública para o Desenvolvimento Democrático (LAP2D). Os resultados obtidos poderão beneficiar diretamente a população local, oferecendo subsídios para influenciar decisões relacionadas a políticas públicas nos territórios. Além disso, a iniciativa contribuirá para que órgãos governamentais possam compreender melhor a realidade local e, assim, atuar de forma mais eficaz.

4.2. O Papel dos Atores, Processos, Instituições, Representações e Resultados

A Cartografia Social supostamente tem emergido como um instrumento fundamental na formulação e implementação de políticas públicas, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social (Ascelrad, 2008). Seu potencial como ferramenta de ação pública reside na capacidade de integrar conhecimentos técnicos e saberes locais, fortalecendo a participação

cidadã e promovendo a inclusão social (Carolino, 2023). No entanto, sua incorporação enfrenta desafios estruturais, institucionais e políticos que precisam ser analisados para garantir sua efetividade (Ascelrad, 2008). Este capítulo discute esses desafios e oportunidades a partir da experiência da Picaps e sua atuação na Região Administrativa do Sol Nascente/Pôr do Sol, no Distrito Federal.

Neste capítulo, apresentamos as evidências obtidas por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A análise dessas evidências será realizada a partir dos cinco elementos que compõem o PPP, em um determinado contexto territorial – atores, representações, instituições, processos e resultados (Figura 1), com foco na promoção da inclusão, democracia e desenvolvimento de políticas governamentais, no território do Sol Nascente e Pôr do Sol. Entretanto, a análise isolada de cada um desses elementos foi bastante cautelosa, dada sua interdependência e interconexão no desenho e na implementação da ação pública. Por essa razão, os elementos atores e instituições foram unificados, levando em consideração as interações e relações identificadas ao longo do estudo. Essa abordagem permite uma análise mais integrada e contextualizada, destacando como as dinâmicas entre indivíduos e organizações influenciam os processos e resultados observados.

Cada tópico abordado não é apenas uma análise, mas também as respectivas discussões, sempre em alinhamento com os objetivos gerais e específicos desta pesquisa. O objetivo é compreender as dinâmicas da incorporação da cartografia social nos processos de instrumentação da ação pública, no território escolhido, com o intuito de fomentar a formulação de ações mais inclusivas e democráticas.

Conforme Daroit *et al.*, (2023), a análise de políticas públicas, exige uma abordagem integrada e abrangente, que considere a complexidade das interações entre diversos atores e setores.

A análise do Relatório da Elaboração da Cartografia Social, sob a ótica do pentágono de políticas públicas de Lascoumes e Le Galès, revela uma intrincada rede de interações. Os atores, desde os participantes da cartografia até os envolvidos nos Diálogos Prospectivos (DP), moldam as representações, tanto da realidade social mapeada quanto dos cenários futuros construídos. As instituições, como a metodologia DP, estabelecem os processos, desde a elaboração da cartografia até o planejamento participativo. Os resultados, por sua vez, conectam-se em um ciclo contínuo, onde a cartografia serve de base para os DP, cujos cenários futuros retroalimentam o planejamento do território. Essa dinâmica evidencia a não

neutralidade das escolhas, influenciadas por crenças e valores dos atores, e a importância de compreender as articulações subjetivas nos processos de ação pública.

De acordo com essa ilustração da Figura 1, a compreensão da Cartografia Social, como um instrumento de ação pública e objeto central desta pesquisa, será desenvolvida a partir da articulação de cinco elementos fundamentais, definidos da seguinte forma (adaptado de Lascoumes & Le Galès, 2012):

- a) **Atores** – incluem indivíduos, coletivos e comunidades diretamente envolvidos no processo de construção da Cartografia Social. Esses atores podem trazer consigo percepções específicas da realidade local, conhecimentos situados e narrativas próprias que influenciam tanto a formulação das instituições quanto a escolha dos instrumentos utilizados. No contexto da Cartografia Social, esses atores são frequentemente protagonistas na identificação de territórios, dinâmicas sociais e demandas comunitárias;
- b) **Representações** – referem-se aos referenciais cognitivos e normativos que dão sentido às ações dos atores. No caso da Cartografia Social, tais representações englobam as concepções de território, identidade, memória coletiva e os significados atribuídos pelos grupos envolvidos. Essas representações podem permitir destacar perspectivas frequentemente invisibilizadas nos processos de planejamento e ação pública, ressignificando os mapas como ferramentas culturais e políticas;
- c) **Instituições** – englobam normas, regras e procedimentos que estruturam as ações. No âmbito da Cartografia Social, considera-se o mapeamento como um tipo peculiar de instituição, capaz de moldar comportamentos e fortalecer os processos de organização e reivindicação coletiva. Além disso, o uso da Cartografia Social tem potencial para evidenciar como as instituições públicas e comunitárias podem colaborar na construção de territórios simbólicos e políticos;
- d) **Processos** – abrangem as formas de interação realizadas ao longo do tempo. Na Cartografia Social, os processos envolvem práticas colaborativas, como oficinas, rodas de conversa e mapeamentos participativos, onde os atores constroem coletivamente representações do território. Tais processos não apenas

possibilitam a troca de saberes, mas também podem promover o fortalecimento de laços sociais e a valorização do conhecimento local;

e) **Resultados** – representam os efeitos e consequências gerados pelas ações públicas. No contexto da Cartografia Social, os resultados incluem a produção de mapas que revelam realidades socioespaciais, a valorização da identidade coletiva, o fortalecimento da autonomia comunitária e a ampliação do acesso a políticas públicas. Esses mapas, mais do que ferramentas técnicas, podem vir a ser instrumentos políticos de resistência, reivindicação de direitos e reconhecimento territorial.

4.3. Os Atores Sociais Envolvidos e Instituições

Os atores desempenham um papel central na análise da ação pública, uma vez que suas representações e visões de mundo influenciam diretamente os rumos que uma política pode tomar. Esses atores podem ser pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, individuais ou coletivas, que interagem entre si com o objetivo de alcançar um consenso por meio de debates e da problematização dos temas em discussão, dentro de um território específico (Halpern; Lascoumes; Le Galès, 2021).

Nesse contexto, as instituições – que englobam normas, regras e procedimentos que estruturam as ações – desempenham um papel fundamental ao moldar as interações e os processos decisórios. No âmbito da Cartografia Social, por exemplo, considera-se o mapeamento como um tipo peculiar de instituição, capaz de influenciar comportamentos e fortalecer os processos de organização e reivindicação coletiva (Acselrad, 2008). Além disso, o uso da Cartografia Social evidencia como as instituições públicas e comunitárias podem colaborar na construção de territórios simbólicos e políticos, reforçando a importância dessas estruturas na mediação e na legitimação das ações coletivas (Carolino, 2023). Assim, as instituições não apenas regulam as interações entre os atores, mas também contribuem para a formação de identidades e práticas sociais que orientam a ação pública.

Para esta pesquisa, foi fundamental identificar e analisar os diversos atores e instituições que integram o território do Sol Nascente/Pôr do Sol, buscando compreender as dinâmicas e relações que os conectam. Essa identificação não apenas mapeia os agentes envolvidos, mas também permite desvendar os motivos por trás de suas escolhas, estratégias e instrumentos utilizados na ação pública. Ao explorar essas interações, é possível entender como os diferentes

atores — sejam eles indivíduos, grupos, instituições públicas ou privadas — influenciam e são influenciados pelo contexto em que estão inseridos.

A análise dessas relações contribui para a compreensão dos comportamentos estabelecidos pelos atores, revelando como suas visões, interesses e práticas moldam as políticas e ações desenvolvidas no território. Essa abordagem permite uma visão mais ampla e integrada dos processos sociais e políticos que ocorrem no Sol Nascente/Pôr do Sol, destacando a complexidade e a interdependência entre os atores e suas decisões. Dessa forma, a pesquisa não apenas identifica os agentes envolvidos, mas também oferece insights sobre os mecanismos que orientam suas ações e os impactos gerados no território.

Conforme detalhado no Relatório de Atividades do Projeto Rede de Radares de Territórios do DF - Sala de Cooperação Social Territórios: Sol Nascente e Pôr do Sol, que apresenta a Cartografia Social realizada nessas localidades, foram realizadas duas reuniões estratégicas. A primeira contou com a participação de representantes da Fiocruz, da Universidade de Brasília (UnB) e da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) (conforme ilustrado na Figura 1). O objetivo central desse encontro foi a elaboração de um plano de ação alinhado ao acordo firmado para a criação de uma Rede de Inteligência Cooperativa, voltada ao desenvolvimento territorial do Distrito Federal. Como diretriz principal, adotou-se a Agenda 2030, que serviu como instrumento norteador para as ações propostas (Martins *et al.*, 2024).

Conforme Martins *et al.* (2024), durante a reunião, os territórios do Sol Nascente e Pôr do Sol foram definidos como foco prioritário, considerando que já eram áreas de atuação do Radar de Territórios, que, desde outubro de 2021, vinha realizando ações de mobilização de lideranças comunitárias em parceria com a Rede Sol. Essa rede reúne representantes sociais locais e técnicos de diversos órgãos públicos do Distrito Federal, abrangendo áreas como saúde, assistência social, educação, segurança pública, entre outras. Os participantes se encontram mensalmente para discutir problemas locais relacionados às políticas públicas e, de forma colaborativa, decidem sobre as ações a serem implementadas para a resolução desses desafios (Lima, 2022).

Carvalho (2024) realizou um estudo abrangente, baseado em observação sistemática e mapeamento dos atores e instituições participantes das reuniões da Rede Sol. Essa rede sociotécnica local destaca-se por seu caráter dialógico e deliberativo, características que a

tornaram a escolha ideal para a construção coletiva de projetos, incluindo a elaboração da Cartografia Social.

A análise de Carvalho (2024), revelou que, ao longo das reuniões, novas instituições se integraram gradualmente à Rede Sol, ampliando seu escopo. No entanto, foi observado um desequilíbrio na representatividade, já que as instituições presentes eram majoritariamente do Poder Executivo, com pouca ou nenhuma participação de órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário. A inclusão dessas instituições é essencial para garantir paridade nos processos de gestão participativa e governança territorial.

Além disso, a participação de instituições comunitárias trouxe maior visibilidade e reconhecimento ao Território, alinhando-se com a perspectiva de Paiva (2016) sobre a importância da troca abrangente e assertiva de informações entre diferentes pontos de vista. Nesse sentido, embora haja diversidade institucional, incluindo entidades públicas e privadas focadas no social, persiste uma fragilidade na busca por equilíbrio e representatividade (Carvalho, 2024).

No caso do território Sol Nascente/Pôr do Sol, a pesquisa de Carvalho (2024) evidencia a multiplicidade de atores envolvidos nas reuniões da Rede Sol e suas interações dentro do Pentágono. O Estado, representado majoritariamente pelo Poder Executivo (Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal - SSP-DF, entre outros), assume um papel central na formulação e implementação das políticas públicas, embora se observe um déficit na participação de órgãos do Poder Legislativo, o que pode comprometer a pluralidade de perspectivas necessárias para a construção de ações mais equilibradas. O Poder Judiciário e o Ministério Público aparecem em menor escala, mas sua presença é crucial para garantir a legalidade e a justiça social dentro dos processos decisórios.

A Sociedade Civil se manifesta na Rede Sol por meio das instituições de iniciativa comunitária, como a Rede Sociotécnica Local, o Instituto Mãos Solidárias e os Movimentos Sociais. Esses atores desempenham um papel essencial na promoção da participação social, ampliando o reconhecimento das demandas locais e fortalecendo a governança democrática. Sua atuação reforça a perspectiva de Paiva (2016) sobre a necessidade de troca de informações entre múltiplos agentes para potencializar a efetividade das políticas públicas.

Os Profissionais, representados por técnicos da assistência social, saúde e educação, desempenham um papel fundamental na mediação entre as diretrizes institucionais e as necessidades da população. Sua presença nas reuniões da Rede Sol permite uma leitura mais aprofundada dos desafios enfrentados pelo território, bem como a proposição de soluções adaptadas à realidade local.

Por fim, a Mídia, embora não esteja explicitamente mencionada na pesquisa de Carvalho (2024), possui um papel estratégico na disseminação de informações e na mobilização social. A ampliação de sua participação poderia contribuir para aumentar a transparência das ações e fomentar um engajamento mais amplo da comunidade e dos tomadores de decisão.

Dessa forma, ao integrar a cartografia social à análise da ação pública, é possível visualizar as conexões e lacunas entre os diferentes atores do Pentágono de Políticas Públicas. Essa abordagem tem potencial para fortalecer a governança territorial, permitindo a formulação de ações mais inclusivas e democráticas, ancoradas na participação ativa dos múltiplos agentes que compõem o cenário político e social do território Sol Nascente/Pôr do Sol.

4.4. Os Processos de Articulação e Participação Social

A dimensão dos processos no Pentágono de Políticas Públicas refere-se à articulação entre a cooperação com a gestão local e a participação social nas ações desenvolvidas. Segundo Carvalho (2024), essa dinâmica foi observada no projeto RRDF, que contou com significativa receptividade da comunidade da RA XXXII. A participação ativa dos representantes da Rede Sol, muitos atuando como pesquisadores populares, evidenciou a importância da construção coletiva do conhecimento. A cartografia social, conduzida pela Fiocruz, destacou-se como ferramenta essencial, permitindo a identificação de áreas críticas e desafios em saúde, segurança e assistência social.

A formação dos pesquisadores populares, um dos componentes do Projeto que envolveu a Cartografia Social do território do Sol Nascente e Pôr do Sol, foi crucial para o sucesso do projeto. Eles atuaram como mediadores entre a comunidade e os espaços de decisão, promovendo a inclusão de todos os segmentos sociais, inclusive pessoas não alfabetizadas (Martins *et al.*, 2024). A estratégia de uniformização e identificação dos pesquisadores ajudou a estabelecer confiança e facilitou a comunicação com a comunidade, disseminando as

atividades do projeto e conscientizando a população sobre a importância de sua participação (Carvalho, 2024).

No entanto, o projeto enfrentou desafios, como a estrutura do questionário utilizado na pesquisa de campo, que continha muitas perguntas repetitivas, gerando desconforto entre os participantes. A integração insuficiente dos pesquisadores populares na Rede Sol também foi um problema, limitando seu potencial de contribuição para a governança local. A falta de envolvimento pleno desses pesquisadores nas discussões territoriais poderia ter impactado negativamente o desenvolvimento territorial e a gestão participativa (Carvalho, 2024).

Carvalho (2024), esclarece que apesar dos desafios, o projeto trouxe contribuições significativas. A participação dos pesquisadores populares na reunião do PDOT permitiu a discussão de problemas concretos e a proposição de soluções baseadas em evidências. A construção de cenários futuros, alinhados à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), refletiu as prioridades locais e foi elaborada de forma participativa, contribuindo para a elaboração de planos de ação mais efetivos (Martins et al., 2024).

A Rede Sol é apresentada como um espaço democrático e horizontal, onde as pautas são escolhidas coletivamente e as decisões são tomadas de forma participativa. A rede valoriza a troca de informações e o engajamento dos participantes, fortalecendo a governança participativa. A gestão participativa promove o diálogo entre diversos atores, como líderes comunitários, assistentes sociais, pesquisadores da UnB, representantes de unidades básicas de saúde, defensores públicos, arquitetos e geógrafos, contribuindo para a geração de conhecimento e informação (Martins et al., 2024). A prática de discutir as dificuldades do território de forma integrada e democrática é alinhada à visão de Paiva (2016), que destaca a importância de ações conjuntas para a resolução de problemas locais (Carvalho, 2024).

A dinâmica dos "processos" no Pentágono de Políticas Públicas, oferece uma lente analítica valiosa para compreender como a incorporação da cartografia social pode transformar a instrumentação da ação pública, fomentando a formulação de ações mais inclusivas e democráticas. A cartografia social, enquanto ferramenta participativa, não apenas mapeia o território, mas também revela as complexidades e desafios vivenciados pelas comunidades, tendo condições de tornar-se um instrumento essencial para a governança territorial.

No caso do projeto RRDF, a cartografia social foi conduzida de forma colaborativa com a comunidade da RA XXXII, permitindo a identificação de áreas críticas e a visualização de problemas concretos em temas como saúde, segurança e assistência social. Essa abordagem

participativa reforça a ideia de que a ação pública deve ser construída a partir do diálogo entre o conhecimento técnico das instituições e os saberes locais da comunidade. Ao incluir os moradores no processo de mapeamento, a cartografia social demonstrou que possui qualidades para auxiliar na democratização do acesso à informação, mas também para empoderar a comunidade, permitindo que ela se reconheça como agente ativo na construção de soluções para seus próprios problemas (Martins et al., 2024).

Conforme o Relatório de Atividades do projeto Rede de Radares de Territórios do DF: Sala de Cooperação Social Territórios: Sol Nascente e Pôr do Sol, a formação dos pesquisadores populares, que atuaram como mediadores entre a comunidade e os espaços de decisão, foi um elemento-chave para o sucesso dessa dinâmica. Esses pesquisadores, sendo parte da própria comunidade, trouxeram uma compreensão profunda das realidades locais, facilitando a comunicação e a construção de confiança. Essa mediação foi crucial para garantir que todos os segmentos da sociedade, incluindo pessoas não alfabetizadas, fossem incluídos no processo. A estratégia de uniformização e identificação dos pesquisadores, por exemplo, demonstrou como pequenos ajustes metodológicos podem promover a inclusão e a participação ativa (Martins et al., 2024).

No entanto, a incorporação da cartografia social nos processos de ação pública também enfrenta desafios. A estrutura do questionário utilizado no projeto RRDF, por exemplo, mostrou-se inadequada em alguns aspectos, gerando desconforto e inquietação entre os participantes (Carvalho, 2024). Isso evidencia a necessidade de adaptar os instrumentos de coleta de dados às realidades locais, garantindo que sejam eficientes e menos cansativos para os entrevistados. Além disso, a integração insuficiente dos pesquisadores populares na Rede Sol limitou seu potencial de contribuição para a governança local, destacando a importância de uma participação plena e contínua desses atores nas discussões territoriais.

Apesar desses desafios, a cartografia social demonstrou seu potencial como um instrumento para transformar a ação pública em um processo mais inclusivo e democrático. A participação dos pesquisadores populares na reunião do PDOT, por exemplo, permitiu a discussão de problemas concretos e a proposição de soluções baseadas em evidências. A construção de cenários futuros, alinhados à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), refletiu as prioridades locais e foi elaborada de forma participativa, contribuindo para a elaboração de planos de ação mais efetivos e alinhados às necessidades da comunidade (Martins et al., 2024).

A Rede Sol, como espaço democrático e horizontal, desempenhou um papel fundamental nesse processo. Ao valorizar a troca de informações e o engajamento dos participantes, a rede fortaleceu a governança participativa e promoveu o diálogo entre diversos atores, como líderes comunitários, assistentes sociais, pesquisadores da UnB, representantes de unidades básicas de saúde, defensores públicos, arquitetos e geógrafos (Martins et al., 2024).

Em síntese, a dinâmica dos "processos" no Pentágono de Políticas Públicas, aliada à incorporação da cartografia social, demonstra como a ação pública pode se tornar mais inclusiva e democrática. Ao envolver a comunidade no mapeamento e na discussão de seus próprios desafios, a cartografia social não apenas pode gerar informações precisas e contextualizadas, mas também contribuir para o fortalecimento da participação social e a governança territorial. Essa abordagem participativa, apesar dos desafios, oferece um caminho promissor para a construção de políticas públicas mais efetivas e alinhadas às necessidades reais das comunidades.

4.5. As Representações Simbólicas e Espaciais

As representações, no âmbito do Pentágono de Políticas Públicas, são os sistemas de crenças, valores e ideias que os atores utilizam para interpretar o mundo e dar sentido às suas ações (Lascoumes; Le Galès; 2012). A representação se manifesta na forma como os atores constroem narrativas sobre os problemas públicos e as soluções possíveis. As representações podem ser compartilhadas por um grupo de atores ou ser específicas de um ator individual.

A escolha dos pesquisadores populares para a pesquisa de campo facilitou a comunicação com a comunidade, garantindo que todos, inclusive os não alfabetizados, compreendessem o projeto. O engajamento da sociedade local e a criação de um instrumento de pesquisa adequado à realidade dos moradores foram cruciais para o sucesso da iniciativa (Martins et al., 2024).

Evidencia-se, com base nos registros analisados por Carvalho (2024), a importância da formação dos pesquisadores populares, aspecto fundamental para a compreensão da dinâmica das representações:

Foram percebidas emoções como solidariedade e empatia, pois os pesquisadores visavam a inclusão social nas suas ações de pesquisa, como um dos elementos importantes percebidos na ação pública (Lascoumes; Le Galès, 2012). A título de exemplificação, em uma determinada

ação territorial, em função de haver pessoas que não eram alfabetizadas nos territórios, foi sugerida a possibilidade do uso de carro de som, além da comunicação impressa, para contemplar este grupo.

Ao mobilizar representações compartilhadas sobre a realidade territorial, fornecendo informações qualificadas sobre o estado das políticas públicas no território, essas informações alimentaram uma percepção crítica e engajada entre os atores locais, o que foi essencial para a construção coletiva de futuros desejáveis. A elaboração de cenários com a participação da Rede, alinhada à Agenda 2030, traduziu os interesses e valores locais em narrativas legítimas de desenvolvimento, refletindo formas específicas de ver e nomear os problemas públicos. Assim, reforçou-se a capacidade simbólica e política da população em reivindicar direitos, revelando a força das representações na consolidação de uma gestão participativa e orientada por princípios de justiça social (Martins et al., 2024).

A apropriação do conhecimento gerado, por parte da comunidade local, evidenciada pela atuação de uma moradora no processo do PDOT, revelou a resignificação do lugar da população nas decisões públicas, conferindo visibilidade e legitimidade às suas experiências cotidianas. Essa participação não apenas indicou o impacto do projeto, mas também materializou representações sociais que conectam saber local e ação política, fortalecendo o sentimento de pertencimento ao território. A formação dos pesquisadores populares, centrada no empoderamento e na governança territorial, potencializou novos imaginários sobre o território e o papel dos sujeitos na produção de políticas públicas, favorecendo debates mais assertivos e uma gestão participativa enraizada em significados compartilhados e legitimados socialmente (Carvalho, 2024).

A participação de diversos representantes da comunidade na Rede Sol produz e legitima representações plurais sobre o território, ampliando o repertório de significados compartilhados sobre as necessidades e potencialidades locais. Esse processo de construção coletiva do conhecimento fortalece a compreensão do território não apenas como espaço físico, mas como espaço vivido, dotado de sentidos e valores que orientam a formulação de políticas públicas (Martins et al., 2024).

A cartografia social, nesse contexto, pode contribuir como uma ferramenta que traduz as representações dos atores locais em informações espacializadas e participativas, permitindo a construção de narrativas coletivas sobre o território (Acsehrad, 2008). Ao envolver pesquisadores populares no processo de pesquisa, o projeto garantiu que as vozes da comunidade, incluindo aqueles não alfabetizados, fossem ouvidas e consideradas (Martins et

al., 2024). Essa abordagem reforçou a legitimidade das representações locais e promoveu a inclusão de grupos tradicionalmente marginalizados no debate público (Teixeira, et al, 2023).

A incorporação da cartografia social do Sol Nascente e Pôr do Sol evidenciou como as representações territoriais construídas pela própria comunidade traz um ambiente favorável para sua apropriação como instrumentos de ação pública, conferindo visibilidade a realidades historicamente invisibilizadas. Ao traduzir vivências e percepções em linguagem cartográfica, o processo reforçou narrativas locais que expressam modos singulares de compreender o espaço e seus desafios, legitimando-os como base para a intervenção estatal e comunitária (Teixeira, et al, 2023).

A construção de cenários futuros alinhados à Agenda 2030 refletiu visões locais de desenvolvimento, projetando expectativas e aspirações coletivas, o que ampliou a capacidade da sociedade civil de nomear seus problemas e reivindicar políticas públicas a partir de um lugar de reconhecimento e legitimidade (Martins et al., 2024).

O empoderamento dos pesquisadores populares e a apropriação do conhecimento gerado pela pesquisa foram elementos-chave para o sucesso do projeto. Carolino (2023) argumenta que esse processo de empoderamento e fortalecimento da governança territorial contribuiu para a construção de debates assertivos e para a promoção de uma gestão mais democrática e inclusiva.

Apesar dos avanços, o Relatório de Atividades do projeto Rede de Radares de Territórios do DF: Sala de Cooperação Social Territórios: Sol Nascente e Pôr do Sol, demonstra que existem desafios significativos para a consolidação da cartografia social como instrumento de ação pública. A necessidade de aprimorar os instrumentos de pesquisa, fortalecer a integração dos pesquisadores na Rede Sol e garantir a ocupação de espaços institucionais de participação, como o conselho de cultura, destacam a complexidade da tarefa de transformar representações locais em políticas públicas efetivas.

É importante destacar que a identificação da dinâmica das representações a partir de documentos apresenta desafios significativos, uma vez que tais registros, por sua natureza institucional ou formalizada, tendem a condensar, estabilizar ou silenciar os conflitos, ambiguidades e disputas simbólicas que caracterizam o processo político. As representações — entendidas como construções sociais que atribuem sentidos aos problemas públicos, aos atores envolvidos e às soluções propostas — são, em grande medida, produzidas e negociadas no plano das interações, das narrativas cotidianas e das práticas discursivas situadas. Documentos, ao

priorizarem a linguagem técnica, normativa ou descritiva, muitas vezes não capturam a complexidade desses sentidos compartilhados, tampouco revelam os mecanismos pelos quais determinados discursos se tornam hegemônicos enquanto outros são marginalizados.

A Rede Sol ilustra como as representações locais podem ser mobilizadas para promover a inclusão, o empoderamento comunitário e a governança participativa. No entanto, a efetividade dessas iniciativas depende da superação de desafios estruturais e do investimento contínuo na capacitação de atores locais e no fortalecimento de espaços de participação democrática. A cartografia social, nesse sentido, não é apenas uma ferramenta técnica, mas um instrumento político que pode transformar representações em ações públicas mais justas e igualitárias (Teixeira, et al, 2023).

4.6. A Dimensão dos Resultados Alcançados

No contexto das políticas públicas, o conceito de resultados refere-se aos efeitos e consequências gerados pela implementação de ações governamentais ou intervenções públicas. Esses resultados são um dos elementos centrais do chamado Pentágono de Políticas Públicas – PPP. Os resultados, representam o impacto concreto das políticas na sociedade, refletindo tanto os efeitos imediatos quanto as consequências de longo prazo. Eles podem ser observados em diferentes níveis, desde mudanças tangíveis, como a melhoria de indicadores sociais ou econômicos, até transformações intangíveis, como alterações na percepção ou no comportamento dos cidadãos (Halpern; Lascoumes; Le Galès, 2021).

Compreender os resultados é essencial para avaliar a eficácia e a eficiência das políticas públicas, permitindo identificar se os objetivos propostos foram alcançados e se os recursos foram utilizados de forma adequada. Além disso, a análise dos resultados contribui para o aprendizado e o aprimoramento contínuo das ações governamentais, orientando a tomada de decisão e a formulação de políticas futuras (Halpern; Lascoumes; Le Galès, 2021).

Exploraremos em detalhes a dimensão dos resultados, oferecendo uma visão direcionada sobre o impacto das ações públicas na sociedade. Nesse contexto, é fundamental destacar que a Cartografia Social realizada nos Territórios do Sol Nascente e do Pôr do Sol permitiu ao projeto RRDF consolidar uma parceria estratégica com a Rede Sol. Essa iniciativa destacou-se como um exemplo emblemático de ciência cidadã, na qual a participação ativa dos moradores dos territórios estudados foi crucial não apenas para a geração de conhecimento, mas

também para a construção de políticas públicas mais inclusivas, eficazes e alinhadas com as reais necessidades da comunidade.

Um dos principais resultados foi a produção de um estado da arte da pesquisa aplicada, que serviu como insumo para a governança territorial e para subsidiar gestores do GDF na formulação de políticas públicas para a RA XXXII (Maia, 2021). Nesse sentido, Carvalho (2024) relata que essa abordagem participativa, que envolveu a sociedade na construção de instrumentos como mapas digitais de riscos, cenários futuros e indicadores operacionais, refletiu os sentidos e necessidades da população local, fortalecendo a governança e a gestão participativa.

Os registros realizados por Carvalho (2024), descrevem que a formação de 20 pesquisadores populares foi outro resultado significativo, capacitando-os para atuar no desenvolvimento territorial e contribuir com a governança local. Esses pesquisadores, ao se apropriarem dos instrumentos gerados pelo projeto, puderam utilizá-los de forma eficaz para influenciar espaços de decisão e pleitear políticas públicas mais assertivas. Assim, Carvalho (2024) registra que a comunicação colaborativa entre os pesquisadores e a comunidade foi fundamental para o sucesso da aplicação dos questionários, gerando informações valiosas que configuram um retrato detalhado do território.

A Rede Sol, com sua estrutura horizontal e participativa, desempenhou um papel crucial na organização e mobilização da sociedade local (Martins et al., 2024). A ausência de filiação partidária permitiu a inclusão de diversas instituições parceiras, priorizando as demandas do território. No entanto, desafios como a necessidade de aprimorar os instrumentos de pesquisa e fortalecer a integração dos pesquisadores na Rede Sol foram identificados, destacando a importância de investir na capacitação de lideranças locais e na ocupação de espaços de participação, como conselhos e fóruns decisórios.

Um exemplo prático do potencial da participação popular oriunda da Cartografia Social realizada, foi a discussão sobre a falta de policiamento na RA XXXII, onde os pesquisadores populares identificaram problemas de infraestrutura urbana, como ruas esburacadas e esgoto a céu aberto, como fatores que dificultam a segurança. Sugestões como a criação de uma via interna para melhorar a mobilidade e a socialização no território foram propostas, evidenciando a capacidade da comunidade de identificar soluções para problemas locais (Carvalho, 2024).

A participação dos pesquisadores populares no PDOT também foi um marco importante, demonstrando como a inclusão de vozes locais pode influenciar a formulação de

políticas públicas mais específicas e eficazes. Essa experiência reforçou a importância de espaços consultivos para a governança participativa, especialmente em contextos de vulnerabilidade, como o enfrentado durante a pandemia de Covid-19 (Carvalho, 2024).

Em síntese, a Cartografia Social parece ter contribuído como ferramenta para viabilizar a governança territorial participativa. A formação de pesquisadores populares, a construção coletiva de instrumentos de ação pública e a ocupação de espaços decisórios também foram elementos relevantes para o sucesso da iniciativa (Carvalho, 2024). No entanto, a continuidade desses esforços e o fortalecimento da Rede Sol são essenciais para garantir a sustentabilidade das ações e a efetiva transformação da realidade territorial, promovendo um desenvolvimento mais justo e igualitário.

Com base no estudo do projeto RRDF e da Rede Sol, realizado por Martins et al., (2024) e Carvalho (2024), evidencia-se que a participação social e a produção de conhecimento coletivo podem transformar representações locais em resultados concretos para a governança territorial. Dessa forma, observam-se efeitos tangíveis e intangíveis da ação pública, avaliados em termos de eficácia, eficiência e impacto social. No caso do projeto RRDF, a incorporação da cartografia social como ferramenta e instrumentação pública parece auxiliar na tradução das representações dos moradores da RA XXXII em ações concretas, tais como mapas digitais de riscos, cenários futuros e indicadores operacionais. Esses produtos não apenas refletem as demandas e percepções da comunidade, mas também buscam fortalecer a governança territorial ao subsidiar a formulação de políticas públicas mais alinhadas com a realidade local.

A cartografia social, ao envolver ativamente os moradores na produção de conhecimento, parece apresentar condições favoráveis para transformar-se em um mecanismo de empoderamento comunitário (Carolino, 2023). A formação de 20 pesquisadores populares, por exemplo, foi um resultado direto dessa abordagem, capacitando indivíduos para atuarem como agentes de mudança em seus territórios (Carvalho, 2024). Esses pesquisadores, ao se apropriarem dos instrumentos gerados pelo projeto, puderam utilizá-los para influenciar espaços de decisão, como o PDOT, e pleitear políticas públicas mais assertivas e inclusivas (Maia, 2021). Esse processo demonstra como a cartografia social pode ser instrumentalizada para gerar resultados que fortalecem a participação social e a transparência na gestão pública.

A incorporação da cartografia social no projeto RRDF parece ter destacado a importância da ação pública cooperativa entre Estado e sociedade. A construção coletiva dos instrumentos de pesquisa e a comunicação colaborativa entre os pesquisadores e a comunidade

foram fundamentais para garantir a legitimidade e a eficácia dos resultados. Por exemplo, a discussão sobre a falta de policiamento na RA XXXII, que levou à identificação de problemas de infraestrutura urbana e à proposição de soluções como a criação de uma via interna, ilustra como a participação social pode gerar resultados práticos e transformadores (Carvalho, 2024).

Além disso, a ocupação de espaços consultivos, como o PDOT, pelos pesquisadores populares reforçou a importância da inclusão de vozes locais na formulação de políticas públicas. Essa experiência não apenas aumentou as chances de formulação de políticas mais específicas e eficazes, mas também promoveu a redução de desigualdades sociais ao priorizar o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, dentro do próprio território (Carvalho, 2024). Esses resultados destacam a capacidade da cartografia social de transformar representações locais em ações públicas que promovem a justiça social e a equidade.

Apesar dos avanços, o projeto RRDF apontou desafios significativos para a consolidação dos resultados gerados pela cartografia social. A necessidade de aprimorar os instrumentos de pesquisa, fortalecer a integração dos pesquisadores na Rede Sol e garantir a ocupação de espaços institucionais de participação, como conselhos e fóruns decisórios, destacam a complexidade da tarefa de transformar resultados participativos em políticas públicas efetivas e sustentáveis (Carvalho, 2024).

A ausência de filiação partidária na Rede Sol, por um lado, permitiu a inclusão de um leque diversificado de instituições parceiras e priorizou as demandas do território (Carvalho, 2024). Por outro lado, essa característica também pode limitar a capacidade de articulação política em escalas mais amplas. Investir na capacitação de lideranças locais e no fortalecimento da sociedade civil é, portanto, essencial para superar esses desafios e garantir a sustentabilidade das iniciativas participativas.

A dinâmica dos "resultados", no contexto do PPP, oferece um quadro analítico valioso para compreender a incorporação da cartografia social nos processos de instrumentação da ação pública. O caso do projeto RRDF e da Rede Sol ilustra como a participação social e a produção de conhecimento coletivo podem gerar resultados concretos que fortalecem a governança territorial e promovem a inclusão e a equidade. No entanto, a efetividade dessas iniciativas depende da superação de desafios estruturais e do investimento contínuo na capacitação de atores locais e no fortalecimento de espaços de participação democrática. A cartografia social, nesse sentido, não parece ser apenas uma ferramenta técnica, mas um instrumento político que

pode transformar representações em resultados mais justos e igualitários, contribuindo para a construção de um futuro mais inclusivo e democrático (Carolino, 2023).

Desse modo, com base nas análises e discussões apresentadas ao longo desta dissertação, é possível formular algumas recomendações para aprimorar a utilização da Cartografia Social como instrumento de ação pública em comunidades vulneráveis. Essas recomendações visam não apenas fortalecer a aplicação dessa metodologia, mas também garantir que ela contribua de forma efetiva para a promoção da inclusão social e da justiça territorial.

Em primeiro lugar, é fundamental investir na capacitação de atores locais, como pesquisadores populares, lideranças comunitárias e técnicos que atuam em territórios vulneráveis. A formação desses agentes é crucial para que possam utilizar a Cartografia Social de forma autônoma e eficaz, garantindo que a metodologia seja apropriada pela comunidade e aplicada de maneira contínua e sustentável. Essa capacitação deve incluir não apenas o domínio técnico da ferramenta, mas também a compreensão de seu potencial como instrumento de mobilização e transformação social.

Outro ponto essencial é o fortalecimento de espaços de participação democrática. A criação e consolidação de fóruns comunitários, conselhos gestores e oficinas de planejamento participativo são estratégias importantes para garantir que a população local possa se engajar ativamente na construção, implementação e monitoramento de políticas públicas. Esses espaços devem ser inclusivos e representativos, permitindo que diferentes vozes e perspectivas sejam consideradas no processo decisório.

Além disso, é imprescindível garantir o acesso à informação sobre o território, suas dinâmicas e seus desafios. A disponibilização de dados claros e acessíveis permite que a população tome decisões informadas e participe de forma mais qualificada na elaboração de políticas públicas. Para isso, é necessário investir em mecanismos de comunicação e disseminação de informações que sejam adaptados às realidades locais, superando barreiras linguísticas, culturais e tecnológicas.

A superação das desigualdades sociais e territoriais também é um aspecto central para o sucesso da Cartografia Social como ferramenta de ação pública. As disparidades existentes em comunidades vulneráveis limitam o acesso a direitos básicos e oportunidades, o que dificulta a plena participação dessas populações. Portanto, é urgente combater essas desigualdades,

promovendo políticas redistributivas e ações afirmativas que garantam maior equidade e justiça social.

Por fim, é importante integrar a Cartografia Social a outras ferramentas de ação pública, como o planejamento participativo, o orçamento participativo e a avaliação de políticas públicas. Essa integração permite potencializar os resultados da metodologia, criando sinergias entre diferentes iniciativas e promovendo a construção de políticas públicas mais abrangentes e eficazes. Ao articular a Cartografia Social com outras práticas participativas, é possível ampliar seu impacto e contribuir para a construção de um desenvolvimento territorial mais inclusivo e sustentável.

Em síntese, essas recomendações buscam não apenas aprimorar a utilização da Cartografia Social, mas também fortalecer o protagonismo das comunidades vulneráveis na construção de políticas públicas que respondam às suas necessidades e aspirações. A implementação dessas ações requer o compromisso de diversos atores, incluindo governos, organizações da sociedade civil e a própria comunidade, em um esforço coletivo para promover a justiça social e a democratização do território.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação percorreu um caminho teórico e empírico que permitiu compreender a Cartografia Social não apenas como uma ferramenta de mapeamento, mas como um potencial instrumento político e estratégico para a territorialização da ação pública em comunidades vulneráveis. A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidenciou que a Cartografia Social, ao integrar saberes locais, pode promover a participação comunitária e gerar conhecimento coletivo pode contribuir significativamente para a construção de políticas públicas mais inclusivas, democráticas e efetivas.

A pesquisa partiu de uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de documentos e experiências concretas, como o caso do território do Sol Nascente e Pôr do Sol no Distrito Federal, e de iniciativas como a Picaps e o Radar de Territórios. Essas experiências demonstraram como a Cartografia Social pode ser aplicada para enfrentar desafios e promover o desenvolvimento territorial sustentável. Além disso, o estudo destacou a importância de iniciativas como o Curso de Formação de Pesquisadores Populares, que capacitam atores locais para atuarem como agentes de transformação em seus territórios.

Um dos principais achados desta pesquisa é que a Cartografia Social, ao incorporar as perspectivas dos atores locais e promover a produção de conhecimento coletivo, tem potencial para auxiliar em uma compreensão mais profunda e detalhada dos territórios vulneráveis. Essa compreensão é essencial para a formulação de políticas públicas que sejam verdadeiramente inclusivas e que respondam às necessidades reais das comunidades. Nesse sentido, a Cartografia Social pode ser considerada como um instrumento capaz de transformar representações sociais em resultados concretos, fortalecendo a governança territorial e promovendo a equidade.

A análise realizada com base no PPP composto por atores, representações, instituições, processos e resultados – permitiu identificar as dinâmicas e interconexões que influenciam a incorporação da Cartografia Social nos processos de ação pública. A interdependência entre esses elementos evidenciou que a efetividade das políticas públicas depende não apenas da qualidade dos instrumentos utilizados, mas também da capacidade de articulação entre os diferentes atores e instituições envolvidos. Nesse contexto, a Cartografia Social se mostrou como uma ferramenta capaz de auxiliar na promoção e integração entre saberes locais e técnicos, fortalecendo a participação democrática e a inclusão social.

O caso do projeto RRDF e da Rede Sol ilustrou como a Cartografia Social pode vir a gerar resultados concretos que impactam positivamente a vida das comunidades. A participação social e a produção de conhecimento coletivo foram fundamentais para o sucesso dessas iniciativas, que contribuíram para o fortalecimento da governança local e para a promoção de políticas públicas mais justas e equitativas. No entanto, a pesquisa também evidenciou que a efetividade dessas iniciativas depende da superação de desafios estruturais, como a falta de recursos, a fragilidade das instituições locais e a necessidade de capacitação contínua dos atores envolvidos.

Enquanto o território refere-se a um espaço delimitado e marcado por relações de poder, a territorialização é um processo dinâmico que envolve a apropriação e a transformação desse espaço pelos atores sociais. A Cartografia Social, nesse sentido, se revelou como uma ferramenta importante para a territorialização da ação pública, ao permitir que as comunidades se apropriem de seus territórios e participem ativamente da construção de políticas públicas que impactam suas vidas.

A Picaps foi um exemplo concreto de como a Cartografia Social pode ser aplicada para enfrentar desafios complexos. Essa iniciativa demonstrou a importância da articulação interinstitucional e interdisciplinar para a promoção de políticas públicas efetivas e inclusivas. A Picaps, mostrou como a integração entre tecnologias digitais, saberes locais e ações de saúde pode contribuir para o enfrentamento de crises sanitárias e para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

Em síntese, esta pesquisa procurou demonstrar que a Cartografia Social tem grande potencial como um instrumento estratégico para a territorialização da ação pública em comunidades vulneráveis. Ao integrar saberes locais, promover a participação comunitária e gerar conhecimento coletivo, a Cartografia Social contribui para a construção de políticas públicas mais inclusivas, democráticas e efetivas (Carolino, 2023). No entanto, a efetividade dessas iniciativas depende da superação de desafios estruturais, como a falta de recursos, a fragilidade das instituições locais e a necessidade de capacitação contínua dos atores envolvidos.

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidenciou que a Cartografia Social não é apenas uma ferramenta técnica, mas um instrumento político que pode transformar representações sociais em resultados concretos. Ao auxiliar na promoção e participação democrática e a inclusão social, a Cartografia Social contribui para a construção de um futuro

mais justo e igualitário. Nesse sentido, a Cartografia Social pode ser uma ferramenta útil para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável e para a construção de políticas públicas que respondam às necessidades reais das comunidades vulneráveis.

A Cartografia Social, embora seja uma ferramenta poderosa de valorização do saber local e de fortalecimento comunitário, não está imune a críticas. Uma das principais questões envolve sua natureza subjetiva, que pode levar à produção de mapas enviesados, refletindo apenas as perspectivas dos grupos envolvidos, o que pode resultar na exclusão de outras visões relevantes do território. Além disso, há desafios técnicos e metodológicos, especialmente quando os participantes não possuem familiaridade com ferramentas cartográficas ou acesso adequado a recursos tecnológicos. Também são apontadas críticas quanto às relações de poder que podem emergir no processo, com o risco de certos grupos serem sub-representados ou manipulados conforme interesses específicos. A dificuldade em padronizar informações limita a comparabilidade dos dados gerados. Por fim, o uso indevido por governos ou empresas pode transformar essa prática emancipatória em instrumento de controle. Reconhecer essas limitações é essencial para garantir uma aplicação ética e transformadora que pode ser a Cartografia Social.

Por fim, esta pesquisa reforça a importância de investir em iniciativas que promovam a capacitação de atores locais, o fortalecimento das instituições e a criação de espaços de participação democrática. A Cartografia Social, ao integrar saberes locais e técnicos, pode contribuir para a construção de políticas públicas mais inclusivas e efetivas, fortalecendo a governança territorial e promovendo a equidade. Nesse sentido, a Cartografia Social se revela como um instrumento considerável para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável e para a construção de um futuro mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.
- ACSELRAD, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.
- ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SOL NASCENTE. SOL. **Nascente Conheça a RA. Distrito Federal**, (2024). Disponível em: <https://www.solnascente.df.gov.br/conheca-a-ra>. Acesso em: 18 jan. 2025.
- ANDION, C; MAGALHÃES, T. **(Re)aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas: experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática**. Revista Sociedade e Estado, v. 36, n. 2, p. 513-537, 2021.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BESSA, L.F.M. **Estado, Sociedade e Cidades (Eixo1)**. Curso Direito à cidade na perspectiva da população em situação de rua com foco na população negra (mimeo). Brasília, 2019.
- BESSA, Luiz Fernando Macedo; NASCIMENTO, W. M. M. **O preto no branco da política habitacional de Brasília: a intersecção das pautas étnico-raciais e de direito à moradia**. In: Manoel Carlos Silva; Luis Vicente Baptista; Fernando Bessa Ribeiro; Joel Felizes; Ana Maria Nogales Vasconcelos. (Org.). **Espaço Urbano e Habitação Básica como primeiro direito**. 52ed.Braga: Editora Humus, 2020, v. 1, p. 243-260.
- BORGES, Z. **Perspectivas territoriais na produção da ação pública entre sociedade e estado**. Revista Nau Social, v. 9, p. 24-32, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31443>. Acesso em: 05 fev. 2025.
- BRAVO CRUZ, F. N.; DAROIT, D. **From the path to democratic development: internal rules of public policy councils as instruments of public action and participatory**. GIGAPP Estudios Working Papers, v. 4, n. 66-71, p. 231-254. 2017.
- BRONZO, C. **Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza**. Planejamento e Políticas Públicas, n. 35, p. 120-156, jul./dez. 2010. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3992/5/PPP_n35_Intersetorialidade.pdf. Acesso em: 27 jan. 2025.
- CAIXETA, H. **Finalizada cartografia social no DF**. Portal da Fiocruz Brasília, 27 jun. 2022. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/finalizada-cartografia-social-do-sol-nascente-por-do-sol/>. Acesso em 24 jan. 2025.
- CAMPOS, R. R. **A geografia crítica brasileira na década de 1980: tentativas de mudanças radicais**. Geografia, Rio Claro, v. 26, n. 3, p. 5-36, dez. 2013.

CAROLINO, A. R.; TEODÓSIO, A. S. S. **Cartografia Social e Não-Extrativismo na Pesquisa em Administração: protagonismo e autonomia de uma comunidade quilombola em Brumadinho/MG**. In: VIII Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, 2023, Florianópolis. Anais do VIII Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração. Florianópolis: Imaginar o Brasil, 2023. p. 1081-1102.

CARVALHO, Grazielle Santos de. **Fortalecimento da governança territorial: uma análise de territórios em situação de vulnerabilidade social**. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Gestão de Políticas Públicas, 2024. Monografia.

CHRISTIAN, L; DONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: UFMG: ArtMed, 1999.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2021**. Relatório. Brasília: Codeplan, 2022. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/pdad-2021-3/>. Acesso: 18 jan. 2025.

CONNELL, R. **Wrighting for research**. 2015. E-book. Disponível em: <http://www.raewynconnell.net/p/writing-for-research.html>. Acesso em: 05 fev. 2025.

CRUZ, F. N. B. **Desenvolvimento democrático em tempos incertos: os desafios e os instrumentos da ação pública transversal e participativa**. Brasília: Editora UnB, 2020. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/63>. Acesso em 03 fev. 2025.

CUNILL-GRAU, N. **A intersectorialidade nas novas políticas sociais: uma abordagem analítico conceitual**. In: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – N. 26 (2016) -. Brasília, DF Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudos%2026.p> df. Acesso em 14 jan. 2025.

CUSTÓDIO, A. V.; SILVA, C. R. C. **A Intersetorialidade nas Políticas Sociais Públicas**. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/23711943/A_intersetorialidade_nas_pol%C3%ADticas_sociais_p%C3%ABlicas. Acesso em: 27 jan. 2025.

DA COSTA, N. O. **Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas**. ACTA geográfica, p. 73-86, 2016.

DA SILVA, C. N.; VERBICARO, C. **O mapeamento participativo como metodologia de análise do território**. Scientia Plena, [S. l.], v. 12, n. 6, 2016. DOI: 10.14808/sci.plena.2016.069934. Disponível em: <https://scientiaplena.emnuvens.com.br/sp/article/view/3140>. Acesso em: 15 jan. 2025.

DAROIT, D; CRUZ, F. N. B.; BORGES, *Zet al.* **Múltiplos Atores e Múltiplas Efetividades: Redes e Transversalidade da Ação Pública**. 2023. Disponível em: <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/server/api/core/bitstreams/c63c6021-1404-440c-ab4f-d77dca259a64/content>. Acesso em: 27 jan. 2025.

FIOCRUZ. **Projeto: Fortalecimento da capacidade do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (SNVS) para promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos.** Brasília, 2023.

FIOCRUZ/GEREB, Ata de Reunião. Elaboração de Plano de Ação TED 137/2024. **Reunião para Construção do Plano de Ação do Projeto Territórios de Periferias**, 2024.

G1. **Pôr do sol, Sol Nascente se torna a 32ª região administrativa do DF.** G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/08/14/por-do-solsol-nascente-se-torna-a-32a-regiao-administrativa-do-df.ghtml>. Acesso em: 18 de jan. 2025.

HALPERN C. *et al.* **As abordagens a partir dos Instrumentos da ação pública.** Osmany Porto De Oliveira; Patrick Hassenteufel. Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos, Escola Nacional de Administração Pública (Brasil), pp.31 - 59, 2021.

HASSENTEUFEL, P; OLIVEIRA, O. Capítulo 1 *In*: AUTOR, D. L. **Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos.** Brasília: Enap, 2021. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6338/1/1_Osmany%20Porto%20de%20Oliveira_Sociologia%20pol%C3%ADtica_9969.pdf. Acesso em: 23 jan. 2025.

KRIPKA, R.M. L; *et al.* de Lara. **Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização.** Revista de Investigações UNAD, Bogotá Colômbia, No. 14, julho-dezembro 2015. ISSN 0124-793X.

LACOSTE, Y. **A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra;** tradução Maria Cecília França. 19. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LANDIM NETO, F. *et al.* **Cartografia Social instrumento de construção do conhecimento territorial: reflexões e proposições acerca dos procedimentos metodológicos do mapeamento participativo.** Revista Casa da Geografia de Sobral. Universidade Estadual vale do Acaraú, v. 18, n. 2, p. 56-70, 2016.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologie de l'action publique: domaines et approches.** Paris: Armand Colin, 2012.

LASCOUMES, P; LE GALÈS, P. **A Ação Pública Abordada pelos seus Instrumentos.** Revista Pós Ciências Sociais, v. 9, n. 18, 18 Abr 2013 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1331>. Acesso em: 20 jan. 2025.

LATOURE, B. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator- Rede.** Salvador: Ed. UFBA, Bauru: Edusc, 2012.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas.** Belo Horizonte (MG): UFMG, 1999.

LIMA, Antônia S.G. **Relatório de Execução Físico-Financeiro: Contrato 21/021.** Gereb, Fiocruz, 2024.

MACHADO, J; *et al.* **Territórios saudáveis e sustentáveis: contribuição para saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial.** Com. Ciências Saúde, Brasília, v. 28, n. 2, p. 243-249, 2017.

MARQUES, F. **Plataforma de Inteligência faz balanço de 2 anos.** Portal da Fiocruz Brasília, 06 mar. 2022. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/plataforma-de-inteligencia-picaps-faz-balanco-de-2-anos/> Acesso em: 24 jan. 2025.

MARTINS, W. J. *et al.* **Plataforma de Inteligência Cooperativa com a Atenção Primária à Saúde (Picaps): soluções tecnocientíficas em saúde digital no enfrentamento da COVID-19 e outras crises.** Ciência & Saúde Coletiva, Brasília, v. 29, n. 10, 2024b.

MARTINS, W. J. *et al.* **Relatório de Atividades do projeto Rede de Radares de Territórios do DF: Sala de Cooperação Social.** Brasília-DF, maio. 2024a. Relatório em PDF.

MENDES, J. S. *et al.* **Impactos Socioambientais em Comunidades Atingidas pelos Empreendimentos de Energia Eólica: Ocaso de Xavier, Camocim, Ceará.** In: GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V. (Orgs). **Cartografia social e cidadania: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005, p. 135-166.

MINISTÉRIO DA SAÚDE; FIOCRUZ BRASÍLIA. **Saúde nas periferias: Periferia Saudável, Sustentável e Solidária.** Brasília, DF, 2025.

MULLER, P. **As políticas públicas.** Niterói: Eduff, 2018.

MULLER, P. Prefácio. **Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos.** Brasília: Enap, 2021. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6338/1/1_Osmany%20Porto%20de%20Oliveira_Sociologia%20pol%C3%ADtica_9969.pdf. Acesso em: 23 jan. 2025.

NETO, D. **Cartografia social participativa como metodología de investigación territorial: un estudio de caso en el Pacífico afrocolombiano.** Perspectiva Geográfica, 28(1), 1. Epub nov 24. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-37692023000100005&lng=en&tlng=es. Acesso em: 23 jan. 2025.

PAIVA, F. J. **Gestão participativa: impactos sobre a produtividade organizacional.** Curitiba: Appris, 2016.

PELEGRINA, M. A. **Cartografia social e uso de mapeamentos participativos na demarcação de terras indígenas: o caso da TI Porto Limoeiro-AM.** GEOUSP Espaço e TEMPO (Online), São Paulo, Brasil, v. 24, n. 1, p. 136–152, 2020. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.138814. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/138814>. Acesso em: 15 jan. 2025.

PUSSININI, N; *et al.* **Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais no Paraná: novas perspectivas temáticas para a cartografia.** Entre-Lugar, Dourados, MS, ano 3, n. 5, p 19-36, 2012.

RAMÍREZ PALACIOS, D. A. **O Território Desde uma Perspectiva Não Moderna.** Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n. 46, p. 85-110, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura>. Acesso em: 27 jan. 2025.

SACK, R. D. **Human territoriality: it's theory and history.** Cambridge: Cambridge Univ. Press. 1986.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

SBARRA, M. **Bruno Latour e o uso da Cartografia de Controvérsias em Arquitetura: reconectando teoria e prática no ensino de arquitetura na contemporaneidade.** 16, n. 5, p. 70-83, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/download/19402/12157/>. Acesso em 16 fev. 2025.

SILVA, G. de C.; *et al.* **A compreensão do território através da cartografia social para identificação de conflitos socioambientais em comunidades tradicionais costeiras no Ceará, Brasil.** *Mares: Revista de Geografia e Etnociências*, v. 3, n. 2, p. 53-66. 2022.

SOUTO, R. D. *et al.* **Mapeamento participativo e cartografia social: aspectos conceituais e trajetórias de pesquisa.** Rio de Janeiro: Dos Autores, 2021. *E-book* (214 p.).

SOUZA, M. J. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** in: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar de Costa; Corrêa, Roberto Lobato (org). *Geografia: conceitos e temas.* 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77-116.

SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **O conceito de território no Brasil: entre o urbano e o rural.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 38, v. 2, p. 84-112, 2016.

STEINBERGER, M. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais.** Brasília, Paralelo 15: LGE Editora, 2006.

TEIXEIRA, M.; *et al.* **Cartografia social como instrumento de resistência: O mapa como ferramenta de empoderamento de povos e comunidades tradicionais no Alto Solimões no Estado do Amazonas.** *Revista Tocantinense de Geografia, Tocantins*, v. 10, n. 22, p. 36–53, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/geografia/article/view/12847>. Acesso em: 26 jan. 2025.

VASCONCELOS, P. de A. **O conceito de território na Geografia.** *GeoTextos*, [S. l.], v. 20, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/60032>. Acesso em: 3 fev. 2025.

WARSCHAUER, M.; CARVALHO, Y. M. de. **O conceito de intersetorialidade: contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP.** *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 191-203, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000100015>. Acesso em: 27 jan. 2025.

WIKIFAVELAS. Favela Sol Nascente. **WikiFavelas**, 14 set. 2023. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Favela_Sol_Nascente. Acesso em: 18 jan. 2025.

APÊNDICE -A: Lista Pesquisadores Populares

Lista de Ameaças:

Desemprego;

Falta de renda suficiente;

Geração de emprego;

Regulação ambiental;

Fome;

Machismo;

Violência;

Escassez de água;

Direitos trabalhistas;

Inação do Estado para gerar acesso à internet;

Discriminação de raça, de classe e de sexo;

Discriminação da população do território;

Omissão do governo em prol da população no território;

Preconceito da polícia contra negros no território;

Riscos de investimento no território por empresas privadas;

Cultura homofóbica, racista e fascista;

Direito à moradia;

Percepção de ausência do Estado no território;

Questionamentos sobre denúncias causam perda em prosseguir o processo;

Falta de incentivo do Estado no estabelecimento de parcerias com o território;

Dificuldades estruturais e burocráticas para mobilização de recursos;

Saneamento básico;

Esporte e lazer;

Segurança pública;
Pavimentação;
Transporte;
Falta de comunicação entre as políticas de habitação (aquisição x renda);
Elevação de mortalidade materna na pandemia;
Violação de direitos de mulheres, de jovens e de crianças;
Elevação de serviços de proteção social devido à pandemia.

Lista de Vulnerabilidades Sociais:

Gastos próprios para trabalhar;
Necessidade de elevar a qualidade da educação;
Necessidade de Investir em empreendedorismo;
Necessidade de educação em economia circular;
Analfabetismo;
Saúde mental;
Venda de produtos a menores preços no território
Necessidade de empoderamento feminino;
Necessidade de ações de EJA no território;
Violência sexual;
Gravidez na adolescência;
Violência doméstica;
Contaminação de água;
Contaminação de lençol freático;
Disseminação de doenças;
Erosão;
Insuficiência de água tratada e potável;

Necessidade de abastecimento de água regularizada;

Riscos de acidente de trabalho;

Riscos de contaminação;

Falta de EPI nas cooperativas/sucatas;

Descarte incorreto de lixo por usuários;

Trabalhadores informais;

Falta de investimento financeiro no território;

Falta de acesso a linhas de crédito;

Trabalho infantil;

Evasão escolar e consequentes problemas de saúde mental em crianças e adolescentes durante a pandemia (depressão, mutilação, ansiedade e suicídio);

Consumo de drogas;

Desigualdade de acesso a tecnologias;

Moradores de área rural sem acesso à internet;

Falta de estrutura para chegar à internet em lugares remotos;

Cidadãos não politizados;

Falta de orientação aos serviços públicos aos cidadãos;

Falta de acesso ao CRAS/CREAS;

Falta de educação básica no território;

Falta de infraestrutura no território;

Falta de segurança no território;

Baixo grau de conhecimento de direitos pela população;

Baixo acesso a serviços públicos;

Influência de determinadas igrejas no território que elevaram práticas discriminatórias

Insuficiência de instituições públicas para a proteção no território;

Necessidade de educação ambiental nas escolas;

Necessidade de formação técnica com foco em tecnologias sustentáveis;

Falta de infraestrutura local;

Falta de ações governamentais no território;

Falta de informações sobre os canais existentes;

Falta de humanização em atendimento a denúncias;

Falta de orientação devida ao cidadão que denuncia;

Redes de proteção de crianças, adolescentes e idosos não funcionam apropriadamente;

Falta de segurança no território;

Necessidade de descentralização de atendimento em saúde;

Falta de orientação devida sobre onde ser atendido no caso da pandemia;

Falta de transparência institucional em determinados serviços públicos;

Ocorrência de situações em que progenitores não registram filhos em cartórios;

Entrave na vontade dos agentes públicos devido à clara necessidade de demonstrar retorno (capital político, associação das ações);

Desenvolvimento do comércio local;

Dificuldade de desenvolvimento do comércio pela falta de renda dos moradores;

Necessidade de formação da comunidade para utilização de tecnologias

Existência de esgotos a céu aberto;

Fragilização da sociedade local devido à falta de saneamento básico;

Falta de bancos públicos no território;

Falta de infraestrutura de segurança no território (iluminação, policiamento, quadras de esporte seguras em detrimento das com brita ou terra batida);

Falta de parque ecológico;

Parque recreativo existente sem estrutura devida;

Rio local recebe os resíduos de Ceilândia (contaminação da água);

Uso de água contaminada por parte da população local;

Dificuldade de educação ambiental junto à população;

Falta de urbanização como um todo no território;

Caminhão de limpeza da SLU não entra em diversas ruas no território devido ao espaço da via;

Falta de planejamento na urbanização do território;

Transporte público precário;

Não há escolas de ensino médio no território;

Não há postos policiais no território;

Não há bombeiros no território;

Problemas de moradia no território;

Falta de infraestrutura verde no território;

Transbordo de água em épocas de chuva;

Não há bicicletários;

Não há ciclovias;

Precariedades e dificuldades de acessibilidade das moradias;

Ruas e o transporte público foram citados como inadequados;

Distribuição de resíduos de forma desorganizada;

Cultura e o desinformação sobre pandemias e resíduos no território;

Sem espaços de participação social para opinar;

Não reconhecimento de moradores no território entre comunidades vizinhas;

Crianças em situação de vulnerabilidade;

Poucos equipamentos sociais públicos no território;

Crianças sob risco de violência;

Falta de conhecimento do jovem sobre seu corpo e de como se prevenir gravidez precoce;

Aumento da violência doméstica;

Problemas de saúde mental, agravados no contexto da pandemia.;

Alto índice de mortes e doenças devido à contaminação da água e ao saneamento básico precário;

Elevada ocorrência de acidentes de motos no território;

Ocupação de ruas sem planejamento (bicicleta, moto, animais e crianças);

Trânsito caótico, sendo que não existe faixa de pedestre e nem calçadas no território;

Chuvas e ocorrência de muitas crateras no território devido ao desmatamento.

Lista de Resiliências:

Solidariedade contra a fome;

Ocupação de espaços para habitar;

Uso de carro pipa no território;

Uso de poços artesianos no território;

Uso de água de córrego no território;

Incentivo educacional;

Solidariedade no território;

Entidades sociais locais atuam como moderadores para a proteção social;

Compreensão dos moradores para acesso à educação libertária e laica;

Criação de hortas comunitárias;

Produção de alimentos sem agrotóxicos;

Segurança alimentar para a comunidade;

Ocupação de espaços no território;

Criação da RA;

Conscientização de processos institucionais para garantir a rede de proteção e possibilidades;

Mães que geralmente registram os filhos para terem registros;

Parcerias estabelecidas entre terceiro setor e comunidade;

Busca ativa pela comunidade em estabelecimento de parcerias;

Permeabilidade de instituições de ensino superior no território;

Atuação de lideranças para estabelecimento de parcerias;

Construção de consciência de classe por meio das entidades que atuam no território;

Papa-lixo e papa-entulho;

Ações de economia circular no território;

Potenciais turísticos para a região;

Politização dos problemas por movimentos sociais.

APÊNDICE - B: Cenários mais Prováveis dos Territórios de Sol Nascente e Pôr do Sol para 2030

No ano de 2030, os territórios de Sol Nascente e Pôr do Sol apresentam a característica de ser uma cidade dormitório, no sentido de ser um espaço ainda carente de empregos, lazer e oferta de serviços locais. A questão de ocupações de moradias em áreas de preservação ambiental ainda permanece e áreas rurais já ocupadas estão sendo impactadas, com desestímulo de permanência de parte da sociedade devido à intensificação da urbanização e alteração do uso do solo rural para urbano. Há ocorrência de tráfico de fauna e de flora nos territórios, inclusive com extração da madeira local e fortes ocorrências de impermeabilização e erosão nos solos.

Em 2030, a urbanização dos territórios apresenta impactos na infraestrutura incompatível devido ao crescimento desorganizado e até mesmo insuficiente, persistindo os alagamentos. Nos territórios, há maior presença do tema de educação ambiental nas escolas e existência de maior pressão da população para melhorias ambientais.

Nesse sentido, apesar de haver diversas ações locais de produção de alimentos que não trazem impactos ambientais em uso nos territórios, em 2030, inclusive com aproveitamento de águas pluviais para irrigação e uso de infraestrutura das redes fluviais (mesmo não havendo disponibilidade de informação sobre o seu uso). Assim, a produção agrícola existente ainda é baixa e de má qualidade, acarretando aumento do custo e dos preços devido aos deslocamentos para acesso ao alimento. Os territórios atuam para a redução da desnutrição e da fome, que geram impactos no cotidiano das pessoas, até mesmo na destruição da cultura alimentar, a partir da promoção de ações de economia sustentável.

A população local de Sol Nascente e Pôr do Sol, em 2030, apresenta maior conscientização sobre questões de gênero (direitos de igualdade, sexualidade, gravidez na adolescência etc.), contribuindo para a redução das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) nos territórios e para maior comprometimento da sociedade em promover a consciência da saúde coletiva e do planejamento familiar. Dessa forma, há maior participação social nas ações territoriais, todavia, ainda de forma desorganizada. Há maior ocupação por mulheres em espaços de poder nos cargos existentes e maior quantidade do gênero feminino presente nos processos de desenvolvimento nos territórios. Entretanto, quanto às discussões sobre demais políticas prioritárias, ainda ocorre falta de integração da comunidade para contribuir com o Estado diante de má empregabilidade de recursos públicos e erros em seus direcionamentos.

Os territórios de Sol Nascente e Pôr do Sol, em 2030, sob a lente do trabalho, apesar de ainda haver seletividade no âmbito profissional relativo à inserção no mercado, as pessoas possuem maiores chances de empreendedorismo devido ao fortalecimento de tecnologias sociais locais, ao aumento da capacitação profissional e à economia circular. Isso contribui com a geração de renda local, sobretudo para a agricultura familiar.

A questão educacional nos territórios de Sol Nascente e Pôr do Sol, em 2030, apresenta baixo índice de evasão escolar e analfabetismo, devido ao processo de acompanhamento das escolas para sua redução, com fortalecimento das políticas de educação formal e profissional.

Acerca de questões institucionais e de oferta de serviços públicos locais, a população de Sol Nascente e Pôr do Sol está sendo beneficiada pela maior presença de órgãos públicos, com destaque para o fortalecimento do conselho tutelar. Contudo, apesar do amplo acesso à informação disponível em meios eletrônicos, ainda ocorrem situações de falta de acesso à informação pelos cidadãos e impossibilidade de controle social em determinados casos, assim como eventuais manipulações de informações para uso indevido (fake news). Além disso, há desigualdade de participação e restrição de acesso aos espaços tecnológicos ofertados.

Um dos pontos importantes a serem destacados nessa temática diz respeito à violência. Em 2030, as instituições valorizam a escuta territorial, contribuindo com o acompanhamento de forma mais eficaz nos casos de violência, no entanto, ainda há problemas de restrição entre denúncias (seleção conveniente).

Nos últimos 8 anos, houve aumento do fluxo de armas ilegais dentro dos territórios de Sol Nascente e Pôr do Sol, gerando pressão sobre a segurança pública devido aos impactos no aumento da criminalidade. Dessa forma, já ocorreu a implantação de aparelhos sociais segurança pública (CRAS, delegacia etc.). Em paralelo, a população local compreende a necessidade da discussão dos temas e, com isso, há maior participação da comunidade nas escolas para promoção da cultura de paz, contribuindo com a redução drástica da violência a crianças, adolescentes e idosos (Martins *et al.*, 2024, p. 29-31).